

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA**

HAROLD MAURICIO NIETO CASTILLO

**UMA HISTORIA DE LUTA INDÍGENA CONTRA A MINERAÇÃO:
A CRIAÇÃO DO PARQUE NACIONAL NATURAL YAIGOJÉ-APAPORIS
NA AMAZÔNIA COLOMBIANA**

**BELO HORIZONTE
2018**

HAROLD MAURICIO NIETO CASTILLO

**UMA HISTORIA DE LUTA INDÍGENA CONTRA A MINERAÇÃO:
A CRIAÇÃO DO PARQUE NACIONAL NATURAL YAIGOJÉ-APAPORIS
NA AMAZÔNIA COLOMBIANA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós- Graduação em Antropologia da Universidade Federal de Minas Gerais, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Mestre em Antropologia Social.

Orientadora: Prof^ª Dr^ª Ana Beatriz Vianna Mendes

**BELO HORIZONTE
2018**

306
N677h
2018

Nieto, Harold Mauricio

Uma historia de luta indígena contra a mineração [manuscrito] : a criação do Parque Nacional Natural Yaigojé-Apaporis na Amazônia colombiana / Harold Mauricio Nieto Castillo . - 2018.

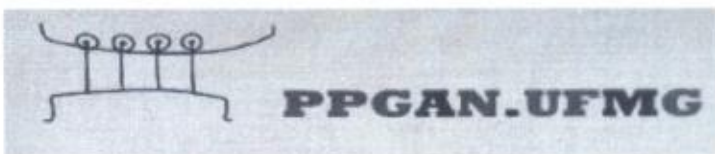
152 f. : il.

Orientadora: Ana Beatriz Mendes Vianna.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas.

Inclui bibliografia

1. Antropologia – Teses. 2. Índios – Teses. 3. Amazônia - Teses. 4. Parque Nacional Natural Yaigojé-Apaporis 5. Minas e recursos minerais - Teses. I. Mendes, Ana Beatriz. II. Universidade Federal de Minas Gerais. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.



ATA DA DEFESA DE DISSERTAÇÃO DE Mestrado em Antropologia de Haroldo Mauricio Nieto Castillo (Matrícula Nº 2016671305)

Aos 21 (vinte e um) dias do mês de maio de 2018 (dois mil e dezoito), reuniu-se no Auditório Baesse, 4º andar do prédio da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais a Comissão Examinadora para julgar, em exame final, a Dissertação intitulada: "**UMA HISTORIA DE LUTA INDÍGENA CONTRA A MINERAÇÃO: A Criação do Parque Nacional Natural Yaigojé-apaporis na Amazônia Colombiana**", requisito final para a obtenção do Grau de Mestre em Antropologia, Área de Concentração: Antropologia Social - Linha de Pesquisa: Território, Poder e Ambiente. A Comissão Examinadora foi composta pelos professores doutores: **Ana Beatriz Vianna Mendes – orientadora (PPGAN/UFMG), Ana Flávia Moreira Santos (PPGAN/UFMG), Pedro Rocha de Almeida e Castro (FAE/UFMG)**. Abrindo a sessão, a Presidente da Comissão, Profa. Dra. Ana Beatriz Vianna Mendes, após dar a conhecer aos presentes o teor das Normas Regulamentares do Trabalho Final, passou a palavra ao mestrando Haroldo Mauricio Nieto Castillo, para apresentação de sua Dissertação. Seguiu-se a arguição pelos examinadores, com a respectiva defesa do candidato. Logo após a arguição dos examinadores, a Comissão se reuniu, sem a presença do mestrando e do público, para julgamento e expedição do resultado final. Concluída a reunião, os membros da Comissão Examinadora aprovaram a Dissertação por unanimidade e o resultado foi comunicado publicamente ao candidato pela Presidente da Comissão. Nada mais havendo a tratar, a Presidente encerrou a reunião e lavrou a presente ATA, que será assinada por todos os membros participantes da Comissão Examinadora. Belo Horizonte, 21 de maio de 2018.


Profa. Dra. Ana Beatriz Vianna Mendes
(Orientadora)


Profa. Dra. Ana Flávia Moreira Santos


Prof. Dr. Pedro Rocha de Almeida e Castro

AGRADECIMENTOS

Estes agradecimentos têm a ver não apenas com a realização desta pesquisa, mas também com a maravilhosa experiência que foi morar e estudar no Brasil. No decorrer deste tempo tive a fortuna de conhecer pessoas maravilhosas que contribuíram para que a *saudade de casa* fosse menor. Quero começar por agradecer aos meus colegas/amigos da turma de mestrado 2016 do PPGAN, a Mayara (pessoa sempre disposta a ajudar os outros, nunca esquecerei nossa aventura na travessia Lapinha-Tabuleiro), Natália (obrigado por me acolher na sua casa e por os almoços paraenses), Thethê (grande amiga, foi muito legal morar com você, saudade de nosso café pelas manhãs), João Paulo (foram muito instrutivas para mim nossas conversas sobre Colômbia-Brasil), Marcinho (debatedor entusiasta em nossas aulas), Ribamar (o doutorando que caminhou com nossa turma, muito grato de ter te conhecido, você é um grande amigo, te espero na Colômbia), e Fernanda (poderia gastar várias páginas mencionando os belos momentos juntos, estou muito agradecido e orgulhoso de nossa amizade, você compartilhou seus amigos comigo, e agora, eles também são meus amigos: João, Maíra, Pedro, Lânia, Nathan, Ana, Luiza, ¡viva o mucegão de meia noite!). Quero igualmente agradecer à minha amiga Marília, disfrutei muito nossas conversas, e Yasmín, obrigado por tudo.

Também estou muito grato com os professores do PPGAN por sua amabilidade e ensinanças, especialmente com Ana Beatriz Vianna Mendes, minha orientadora, que sempre me animou diante das reiteradas dificuldades acontecidas nesta pesquisa, Ana Flávia Moreira Santos, de quem aprendí muito no meu estágio docente e quem amavelmente aceitou participar da minha banca, e Aderval Costa Filho, pela revisão do meu artigo publicado em 2017, que está baseado em parte deste trabalho. Igualmente à Aninha, a força do PPGAN. Gratidão à Família Pinedo Murayari que me recebeu na sua casa em Leticia, sua amabilidade e atenções me fizeram sentir como em casa. Também aos membros da associação indígena do Yaigojé-Apaporis, e ao professor Juan Álvaro Echeverry da *Universidad Nacional de Colombia* por sua ajuda em Leticia. Da *Fundación Gaia* sou grato com Nelson Ortiz e Olga Chols, e de *Parques Nacionales* com Hernan Montero e David Novoa. Por último, quero agradecer aos meus pais, sem o apoio deles, sua confiança, e amor, esta experiência não teria sido possível. Igualmente aos meus amigos na Colômbia, que *El Parche del Tinto Frío* perdure eternamente, e a minha amiga Alejandra, nossas horas de vídeochamada foram alimento para o meu espírito.

RESUMO

A promessa do “desenvolvimento” tem produzido inumeráveis conflitos socioambientais na América do Sul, sendo a Amazônia um território propício para esta situação, tendo em vista sua importância em termos ambientais e culturais. O presente texto trata sobre o processo de conformação do *Parque Nacional Natural Yaigojé-Apaporis* (criado em 2009), em uma área em que já havia um *resguardo indígena*, na Amazônia colombiana. Essa mobilização passou a ocorrer a partir de 2007, como forma de proteger o território contra a iniciativa de uma multinacional canadense com projeto de mineração a ser desenvolvido na área. Apresento uma análise sobre as formas de organização política e territorial dos povos indígenas do baixo Apaporis, Noroeste amazônico. Igualmente destaco a participação de múltiplos atores (instituições governamentais e não governamentais, pesquisadores, associações indígenas, a mineradora, entre outros) assim como a aparição de conflitos, no processo de conformação do parque nacional. O trabalho foi feito a partir de levantamento bibliográfico e documental, entrevistas e conversas informais com lideranças indígenas, gestores e pesquisadores.

Palavras chave: *resguardo indígena*, parque nacional, Amazônia, mineração, conflito, território.

ABSTRACT

The promise of "development" has produced innumerable socio-environmental conflicts in South America, with the Amazon being a propitious territory for this situation, considering its importance in environmental and cultural terms. The current text deals with the process of conformation of the Yaigojé-Apaporis Natural National Park (created in 2009), in an area where there was already an indigenous reservation, in the Colombian Amazon. This mobilization started to occur in 2007, as a way to protect the territory against the initiative of a Canadian multinational with a mining project to be developed in the area. I present an analysis about the forms of political and territorial organization of the indigenous peoples of the lower Apaporis, Northwest Amazon. I also emphasize the participation of multiple actors (governmental and non-governmental institutions, researchers, indigenous associations, and the mining company, among others) as well as the emergence of conflicts in the process of creation of the national park. The work was done from a bibliographical and documentary survey, interviews and informal conversations with indigenous leaders, managers and researchers.

Key words: Indigenous reservation, national park, amazon, mining, conflict, territory.

LISTA DE SIGLAS

AAA: Projeto corredor Amazonas, Andes, Atlántico
AATI: Asociaciones de Autoridades Tradicionales Indígenas
ACAIFI: Asociación de Capitánes y Autoridades Tradicionales Indígenas del Pirá Paraná
ACIMA: Asociación de Capitanes Indígenas del Mirití-Paraná Amazonas
ACIYA: Asociación de Capitánes Indígenas del Yaigojé-Apaporis
ACITAVA: Asociación de Capitánes Indígenas de Taraira-Vaupés
ACIYAVA: Asociación de Capitánes Indígenas del Yaigojé-Apaporis y Vaupés
AIPEA: Asociación indígena de la Pedrera Amazonas
ANM: Agencia Nacional de Minería
ASOMIVA: Asociación de Mineros del Vaupés
CANOA: Cooperación y Alianza en el Norte y Oeste Amazónico
COAMA: Programa de Consolidación Amazónica
ETI: Entidad Territorial Indígena
FARC: Fuerzas Armadas Revolucionarias de Colombia
FGA: Fundación Gaia Amazonas
FOIRN: Federação de Organizações Indígenas do Rio Negro
ICANH: Instituto Colombiano de Antropología e História
IGAC: Instituto Geográfico Agustín Codazzi
INDERENA: Instituto Nacional de los Recursos Naturales Renovables y del Ambiente
INGEOMINAS: Instituto Colombiano de Geología y Minería
ISA: Instituto Socioambiental
MADS: Ministerio de Ambiente y Desarrollo Sostenible
MMA: Ministerio del Medio Ambiente
MAVDT: Ministerio de Ambiente, Vivienda y Desarrollo Territorial

MME: Ministerio de Minas y Energía
ONG: Organização não governamental
OPIAC: Organización de los Pueblos Indígenas de la Amazonia Colombiana
ORPIA: Organización Regional de los Pueblos Indígenas del Amazonas
PIN: Plano de Integração Nacional
PNN: Parques Nacionales Naturales
PNNYA: Parque Nacional Natural Yaigojé-Apaporis
PNUD: Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
POT: Plan de Ordenamiento Territorial
POTA: Plan de Ordenamiento Territorial del Bajo Apaporis
PRORADAM: Proyecto radargramétrico del Amazonas
RADAM: Projeto Radar na Amazônia
RAISG: Red Amazónica de Información Socioambiental Georreferenciada
REM: Régimen Especial de Manejo
SEMIYA: Secretaria de Mujeres Indígenas de Yaigojé-Apaporis
SINA: Sistema Nacional Ambiental
SINAP: Sistema Nacional de Áreas Protegidas
SINCHI: Instituto amazónico de Investigaciones Científicas
SPNN: Sistema de Parques Nacionales Naturales
UAESPNN: Unidad Administrativa Especial del Sistema de Parques Nacionales
UFAM: Universidade Federal do Amazonas

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Imagem 1 - O sabedor tradicional Rondón Tanimuca e a sua maloca	53
Imagem 2 - Elementos sagrados: as cuyas sagradas, o banco de pensamento, o mambe e o tabaco.....	54
Imagem 3 - O território visto como uma grande maloca que contem os sítios sagrados que definem o trajeto do pensamento xamanístico.....	56
Imagem 4 - O representante da <i>Cosigo Resources</i> falando no evento realizado em Bocas de Taraira.....	129
Imagem 5 - <i>Magistrados da Corte Constitucional de Colombia</i> na audiência pública em Centro Providencia.....	133
Imagem 6- Materiais produzidos pelos grupos de pesquisa do baixo Apaporis.....	138
Imagem 7- Sistematização da experiência de pesquisa.....	138
Imagem 8 - Maximiliano Tanimuca em Nova Yorke.....	139
Imagem 9 – Mapa de atores no Yaigojé-Apaporis.....	141

LISTA DE MAPAS

Mapa 1- Localização do Resguardo-Parque Nacional Natural Yaigojé Apaporis.....	61
Mapa 2 - Comunidades del resguardo Yaigojé-Apaporis.....	62
Mapa 3- Associações de autoridades tradicionais indígenas (AATI) na planície amazônica.....	84
Mapa 4- Localização município de Taraira no departamento de Vaupés.....	96
Mapa 5- Proposta do corredor AAA.....	107
Mapa 6- Projetos de mineração no resguardo-Parque Nacional Natural Yaigojé-Apaporis.....	118
Mapa 7- Sobreposição de territórios indígenas e áreas naturais protegidas na Amazônia colombiana.....	123

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	14
2. CONTEXTO ANALÍTICO E ETNOGRÁFICO.....	21
2.1 O projeto do “desenvolvimento” na América Latina.....	21
2.2 As pesquisas no Noroeste amazônico.....	26
2.3 A experiência etnográfica	31
2.3.1 O ingresso no mestrado	33
2.3.2 A eterna espera	34
2.3.3 Viagem ao Amazonas	38
3. ORGANIZAÇÃO SOCIAL, TERRITORIAL E POLITICA NO APAPORIS.....	44
3.1 Quem são os povos indígenas do Noroeste-amazônico.....	44
3.1.1 O modelo “ideal” de organização	50
3.2 Os resguardos indígenas. Em contexto.....	56
3.2.1 O resguardo Yaigojé-Apaporis: a defesa do território	60
3.2.2 Ampliação resguardo Yaigojé-Apaporis	69
3.3 Os indígenas e o político. Os capitães e a conformação das associações indígenas na Amazônia colombiana	78
3.3.1 Asociación de Capitanes indígenas del Yaigojé-Apaporis- ACIYA	82
3.3.2 Os principais componentes de mobilização da ACIYA	87
4. O PARQUE NACIONAL NATURAL YAIGOJÉ-APAPORIS. UM PARQUE POR UMA MINA	93
4.1 Mineração no baixo Apaporis. O surgimento de Taraira	94
4.1.2 Atores e projetos no Apaporis: A Fundación Gaia Amazonas.....	103
4.2 “As doenças de branco se curam com remédios de branco” A criação do Parque Nacional Natural Yaigojé-Apaporis	109
4.2.1 Categorias de áreas protegidas na Colômbia.....	119
4.2.2 As armadilhas e as divisões. A criação da ACITAVA	125

4.3 O Plano de manejo territorial através da cosmologia. Uma proposta de preservação para o Ocidente	134
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	140
BIBLIOGRAFIA.....	144

“Cae un grano en tierra y germina,
y eso ha ocurrido por milenios,
y los pueblos de América han repetido
el misterio del maíz una y mil veces”
(Oswaldo Guayasamín. apud Grant, 1999)

1. INTRODUÇÃO

Este texto trata principalmente sobre o recente processo de defesa do território ancestral por parte dos povos que habitam no *resguardo indígena*¹ Yaigojé-Apaporis, no departamento de Vaupés, noroeste amazônico colombiano. Esse processo de defesa do território surge como resposta à tentativa da multinacional canadense *Cosigo Resources* de desenvolver um projeto de mineração para extração de ouro dentro do *resguardo indígena*, situação que levou à criação, em 2009, do Parque Nacional Natural Yaigojé-Apaporis (PNNYA), como estratégia para a proteção do território. Nas palavras dos indígenas do Apaporis, eles tiveram que recorrer a um “remédio de branco” para curar a doença que estava chegando ao território.

O texto se desenvolve a partir de uma análise sobre a conformação do *resguardo indígena Yaigojé-Apaporis* e a posterior conformação da *Asociación de Capitanes Indígenas del Yaigoje-Apaporis* (ACIYA) (cap. 3). Processos de organização territorial e política que se relacionam com o contexto nacional colombiano na época, e por sua vez, com o contexto regional e global de reconhecimento de direitos aos povos indígenas e com o nascente discurso da conservação ambiental.

Tanto o processo conjunto de reconhecimento de direitos aos indígenas quanto a definição de medidas de proteção ambiental na Amazônia, estão enlaçados com discursos produzidos no nível internacional sobre a necessidade de construir uma série de compromissos para a proteção do meio ambiente e da biodiversidade. Desde finais da década de 1970, como menciona Ulloa, “as ações políticas dos povos indígenas e os processos de construção de identidade têm estado relacionados com a ecologia, o ambientalismo e a conservação da biodiversidade, o que coincide com a internacionalização do direito ambiental” (2004, p. 38). Para o caso colombiano, destaca-

¹ *Resguardo indígena* é uma figura jurídica e legislativa na Colômbia, que outorga aos indígenas a propriedade coletiva da terra. No caso brasileiro, seria um correlato de terra indígena, com similitudes entre T.I Tradicionalmente Ocupadas e Reservas Indígenas. No entanto, considero que não existe uma figura que seja exatamente equivalente. Sobre o *resguardo indígena* na Colômbia ver capítulo 3.

se a promulgação, em 1974, do *Código Nacional de los Recursos Naturales Renovables y del Ambiente*, código ainda vigente, que definiu a estruturação do *Sistema Nacional de Parques Nacionales* e a administração e uso dos recursos naturais na Colômbia (RAISG, 2016, p. 90). Relacionados a essas medidas estão dois dos principais acontecimentos no marco ambiental internacional, a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente Humano de 1972, e a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, conhecida como a Rio 92. Do último evento surge o compromisso na Colômbia da criação do SINAP, *Sistema Nacional de Áreas Protegidas*, regulamentado finalmente no ano 2010.

Posteriormente discorro sobre o processo de conformação do PNNYA como estratégia de reação à ameaça da mineração no território, com as dificuldades e contradições apresentadas, além das implicações da declaração do território indígena como uma área de proteção ambiental (cap. 4). O fato de criar um parque nacional no *Apaporis* implica que os indígenas não vivem mais apenas dentro de um *resguardo* e começam a ser parte do sistema nacional de áreas protegidas, com todos os elementos que isso traz. Um deles, por exemplo, é a criação do regime especial de manejo (REM), em que se estabelecem as diretrizes a serem seguidas para a administração do resguardo-parque, tais como, o ingresso ou não de pessoas externas à comunidade, ou o tipo de atividades a desenvolver no território. Haverá turismo no *Apaporis*? Essa é uma questão que em outros tempos não estava na pauta de discussão dos indígenas, mas que hoje é de grande importância. Igualmente os indígenas tem que formar um quadro de administração do parque em parceria com PNN que, entre outras coisas, tem que interagir com a burocracia do governo nacional e departamental, situação que representa um grande desafio para os povos indígenas. Como mencionado por Gersem dos Santos Luciano, importante liderança indígena e reconhecido acadêmico brasileiro:

Uma das principais dificuldades enfrentadas pelas comunidades e organizações indígenas é lidar com o modelo burocrático de organização social, política e econômica dos brancos o qual são obrigados a adotar nas suas comunidades para garantir seus direitos de cidadania, como o acesso a recursos financeiros e tecnológicos. O modelo de organização social, no formato de associação institucionalizada, não respeita o modo de ser e de fazer dos povos indígenas (2012, p. 219).

No capítulo 4, destaco algumas particularidades surgidas no processo de conformação do parque nacional, como a cisão gerada entre as lideranças de algumas aldeias, que se opuseram inicialmente à declaração do território indígena como área de conservação ambiental, situação que levou a criação de uma nova associação indígena chamada *Asociación de Capitanes Indígenas de Taraira-Vaupés* (ACITAVA). Essa nova organização solicitou, mediante uma ação legal, a revogação do PNNYA, em 2009, pedido que foi avaliado pela Corte Constitucional colombiana a qual, após um longo processo, ratificou a efetividade da declaratória do parque. Igualmente nesse quarto capítulo, apresento a forma como a mineradora *Cosigo* interferiu no processo de declaração do parque, e menciono brevemente alguns detalhes sobre o processo de construção da proposta de manejo territorial e administração do parque pelos povos do baixo Apaporis, *Régimen especial de manejo* (REM). Por último apresento algumas considerações finais.

Devido a várias circunstâncias que dificultaram a realização do trabalho de campo, e que serão apresentadas posteriormente dentro do relato de minha experiência de pesquisa, este trabalho se fundamenta principalmente na análise de documentos de diversas naturezas, como relatórios, atas de reuniões, documentos jurídicos, matérias de jornal, etc., produzidos por diferentes atores e em múltiplos contextos. Também utilizo outras fontes como material audiovisual, algumas entrevistas, e material coletado durante a participação num encontro acadêmico realizado em Leticia (AM), onde participaram lideranças indígenas do Apaporis. É importante sublinhar que todas as traduções ao português que aparecem neste trabalho são de elaboração própria.

A criação do Parque Nacional foi uma iniciativa dos povos indígenas Letuama, Makuna, Cabiari, Tanimuka, Yujup-macu, Barazano e Yauna, que se encontram reunidos na *Asociación de Capitanes Indígenas del Yaigoje-Apaporis* (ACIYA) criada em 1994. Na conformação e consolidação do PNNYA participaram outros atores como *Parques Nacionales Naturales de Colombia* (PNN), *Ministerio de Ambiente y Desarrollo Sostenible* (MADS), *Defensoria del Pueblo* (DP), *Corte Constitucional* (CC), e a *Fundación Gaia Amazonas* (FGA). Deste modo, um dos elementos importantes na análise do processo de defesa do território no Apaporis, é a consideração dos elementos presentes na construção de relações entre a associação indígena e

estes atores, partindo das particularidades de interesses e visões de cada um, e do grau de participação no processo.

Este trabalho visa descrever o enorme desafio que tem sido, tanto para os indígenas do Apaporis quanto para o estado colombiano, o estabelecimento de novas formas de agir e fazer. A iniciativa dos indígenas de manejar o parque, a partir dos seus preceitos tradicionais, numa parceria com PNN, pode ser visto como um contraponto à tradição estatal de exercer controle exclusivo sobre as áreas ambientalmente protegidas. Apresenta-se como um exemplo da prática de outras formas de governo e administração do território, práticas surgidas num território que faz parte do que Das e Polle (2008) denominam de margens territoriais e sociais do estado. Gera-se então, um precedente que serve como exemplo para outras experiências de gestão do território, desde experiências locais, como formas de resistência às premissas ideológicas do desenvolvimento (COSTA FILHO, 2016).

Podemos dizer que os indígenas foram, por causa da ameaça da mineração, obrigados a decidir entre duas perspectivas, que não são precisamente opostas se consideradas dentro do projeto do desenvolvimento: aceitar a mineração no território e as consequências que isso tem para sua existência, incluindo a afetação do imaginário existente sobre eles como “guardiães da natureza” frente à sociedade nacional e frente a outros povos indígenas; ou criar um parque nacional e entrar no “universo da conservação”, objetivando a manutenção de formas de manejo do território que eles têm praticado desde tempos ancestrais, além de inovações que permitam a manutenção do “meio ambiente”, e que os liga com o discurso internacional do “nativo ecológico” (ULLOA, 2004). Daí a importância de sublinhar a relação estabelecida entre ACIYA e a FGA, que vincula os indígenas do *Apaporis* aos discursos de proteção ao meio ambiente, amplamente aceitos no nível internacional, e que como menciona Baviskar (2001), os coloca numa posição favorável na disputa do conflito ao relacionar uma “*green agenda*” com formas tradicionais de subsistência e identidades primordiais e unitárias². Como exemplo disso, o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), outorgou no ano 2015 o prêmio *Iniciativa Ecuatorial* à ACIYA pelo aporte à conservação do meio ambiente.

²Ainda que neste caso, a realidade seja muito mais complexa, existindo diversas posições entre os indígenas sobre os usos e práticas no território, como será exposto posteriormente.

Vale destacar que na situação específica do Apaporis, a ação dos operadores do direito foi positiva em relação à proteção jurídica da “questão ambiental”, mas principalmente, da questão do direito dos povos indígenas a decidir sobre as ações que possam afetar o território que habitam e, portanto suas próprias vidas. É importante considerar que detrás dessas instituições estão funcionários, indivíduos com *habitus* de classe específicos (ZHOURI, 2014) estruturantes das visões e posições que eles têm sobre a natureza, a conservação, os indígenas, entre outros. Os juízes da Corte Constitucional, os funcionários de PNN, os da mineradora Cosigo, os do MAVDT, os da FGA, dentre outros, a partir de suas respectivas posições de poder influenciam e afetam com suas decisões as dinâmicas locais.

Igualmente importante é a consideração sobre a atuação da mineradora canadense *Cosigo Resources*, junto com outras instituições governamentais como o *Ministerio de Minas y Energias* (MME), a *Agencia Nacional de Minería* (ANM), e o *Instituto Colombiano de Geología y Minería* (INGEOMINAS), que representam um outro ângulo da problemática. O que não quer dizer que estas instituições sejam completamente opostas àquelas que procuram a conservação da natureza dentro do projeto desenvolvimentista da modernidade.

Quanto ao papel desempenhado pela companhia *Cosigo resources*, não há dúvidas de que existiu uma ingerência direta sobre a população, com a finalidade de conseguir a aprovação do empreendimento minerário na região. Para tal objetivo, utilizaram várias estratégias, desde oferecer uma imagem harmônica de práticas de “desenvolvimento econômico sustentável” e de “preservação ambiental” e inclusive cultural, através do discurso científico, propondo uma exploração de “baixo impacto”, com técnicas inovadoras de baixo risco ambiental. Até incentivar a divisão entre os indígenas com a criação de ACITAVA e procurar a anulação do parque. Vale a pena notar como, nas discussões sobre a exploração de ouro dentro do resguardo, pouco se falou sobre o contexto geral do empreendimento, por exemplo, a construção de infraestrutura para o transporte de materiais, o constante fluxo de pessoas e maquinaria, o estabelecimento dos operários do empreendimento dentro do território indígena, o uso de recursos hídricos, entre outros, que, em muitos casos, acabam causando mais prejuízos que a extração do ouro em si.

Existem dois eixos teórico-analíticos principais que mobilizam o entendimento desta pesquisa e que serão expostos a seguir (cap. 2). Por um lado, uma aproximação às discussões da ecologia política, entendida como a “construção de um novo território do pensamento crítico e da ação política” (LEFF, 2003, p. 17). A partir de uma das vertentes da ecologia política pensada na América Latina, apresenta-se uma crítica ao modelo econômico e político-ideológico adotado pela maioria de países da América do Sul nos últimos anos, a saber, o projeto do “desenvolvimento”, que é um dos principais elementos presentes na problemática aqui analisada. Pretendo expor a forma em que este ideal do “desenvolvimento” se manifesta no Baixo Apaporis por meio do interesse pela exploração de ouro, sublinhando a participação dos atores que intervieram na situação e as consequências derivadas desta. Sobre a natureza da proposta teórico-analítica da ecologia política, Leff menciona:

Não se trata apenas de adotar uma perspectiva construtivista da natureza, mas política, onde as relações entre seres humanos, entre eles e com a natureza, constroem-se através de relações de poder (no saber, na produção, na apropriação da natureza) e os processos de *normalização* das ideias, discursos, comportamentos e políticas (2003, p. 23).

Por outro lado, uma compreensão em termos principalmente etnológicos (mas não unicamente), do universo sobre o qual estou me debruçando, que considero fundamental para compreender o contexto atual existente na região da pesquisa. Dessa forma, apresento um breve panorama das principais pesquisas etnológicas desenvolvidas nesta região, buscando refletir sobre as mudanças nas abordagens ao longo do tempo, tomando como recorte trabalhos que tenham como foco de pesquisa processos políticos e territoriais no Apaporis e em áreas adjacentes. Em especial, abordarei trabalhos realizados nos últimos tempos por pesquisadores colombianos. Também dentro desta perspectiva, apresento brevemente uma análise sobre a história mítica de ocupação da região (cap. 3), e sobre características compartilhadas dentro da cosmovisão dos povos que pertencem à família linguística Tukano Oriental. Elementos que, além do mais, encontram-se presentes na maioria de situações a serem analisadas, e que, por tanto, não podem ser desvinculadas da dimensão política.

Termino o capítulo 2 com o relato da minha experiência etnográfica, que esteve marcada por uma série de dificuldades que impossibilitaram a realização do trabalho de campo da forma como havia sido planejado, e que me levaram a reformular a abordagem da pesquisa e a utilizar outros materiais para o seu desenvolvimento.

* * *

“On a moonlight night it would be different.
 The happy voices of children playing in open fields would then be heard.
 And perhaps those not so young would be playing in
 pairs in less open places, and old men and women would remember their youth.
 As the Ibo say: *When the moon is shining the cripple becomes hungry for a walk.*”
 (Chinua Achebe, *Things fall apart*)

2. CONTEXTO ANALÍTICO E ETNOGRÁFICO

2.1 O projeto do “desenvolvimento” na América Latina

Durante os últimos tempos a maioria de países da América Latina tem desenvolvido uma política econômica baseada na exploração e exportação de bens primários em grande escala, principalmente de alimentos como milho, soja e trigo; metais e minerais como cobre, ouro, prata, estanho, mineiro de ferro, e outros “recursos” naturais como gás e petróleo. Este processo, que Svampa (2013) denomina “*consenso de los commodities*”, situado numa nova ordem econômica e político-ideológica, é motivado pela bonança nos preços internacionais e pela alta demanda de bens de consumo das potências mundiais. Processo que é complementado com a participação, nos últimos anos, das potências emergentes da Ásia, também conhecidos como os “tigres asiáticos”, principalmente da China, como demandante no mercado global de matérias primas, e ao mesmo tempo, como ofertante de produtos industrializados a preços baixos (CANCINO, 2012; MILANEZ, 2017).

Segundo Svampa, essa dinâmica “gera indubitáveis vantagens comparativas visíveis no crescimento econômico e no aumento das reservas monetárias, ao tempo que produz novas assimetrias e profundas desigualdades nas sociedades latino-americanas” (2013, p. 31). Uma característica importante deste processo é que a geografia da extração difere enormemente da geografia do consumo. Como menciona Horacio Machado, “Esses bilhões de dólares exportados podem ser vistos, em termos da economia ecológica, como bilhões de toneladas de nutrientes, matéria e energia, que são extraídos de nossos solos e transferidos para serem processados e consumidos por outros grupos populacionais” (2012, p. 54).

A implementação do modelo neodesenvolvimentista (ZHOURI, 2014) tem provocado o surgimento de conflitos socioambientais³ que emergem como formas de resistência dos diversos atores afetados pelas práticas extrativistas⁴. Tais práticas têm provocado um fenômeno crescente de *desposesión* (HARVEY, 2004) ou despojo de terras, fragilização de direitos, e desestabilização dos territórios, que resultam na aparição de novas formas de dependência e dominação. Nem os países chamados da nova esquerda, ou progressistas Sul Americanos, salvam-se do surgimento de tais conflitos, principalmente porque esses países não somente continuaram aplicando o modelo extrativista próprio da visão do desenvolvimento, mas também o aprofundaram sob o argumento de ser necessário para o financiamento dos programas sociais (GUDYNAS, 2017). O *neo-extractivismo* aplicado por países como Bolívia e Equador, consistiu em dar uma maior participação ao estado na exploração das *commodities*, para conseguir uma redistribuição dos ganhos entre a população mais pobre, resultado que é altamente questionado na atualidade.

Como assinala Machado “Alguns em nome do *desenvolvimento*, outros no da *inclusão social* e a *dignidade*, os diferentes governos da região assumem novamente o (velho) sonho sacrificial da modernidade, dando impulso a uma nova era de exploração intensiva da natureza” (2012, p. 55). Um exemplo dos efeitos da aplicação do modelo desenvolvimentista é o conflito surgido no Equador, a partir dos anos 2005-6, onde os indígenas Shuar opuseram-se a uma iniciativa do governo do ex-presidente Rafael Correa, em parceria com uma mineradora Chinesa, para explorar cobre numa mina a céu aberto dentro de um território com presença indígena e camponesa, localizado na *cordillera del Cóndor*, na fronteira com o Peru. O conflito gerado por este projeto, denominado *Cóndor Mirador*, caracterizou-se pela falta de um adequado processo de consulta e de participação na gestão ambiental dos povos habitantes da região, além da

³Entendendo o conflito como a “manifestação de contradições entre distintas maneiras de entender o desenvolvimento, a democracia e a sociedade desejada” (BEBBINGTON; HUMPHREYS, 2009, p. 119). Contradições que podem ser dificilmente negociadas. Por sua parte, entende-se por conflito ambiental aquele que “surge das distintas práticas de apropriação técnica, econômica, social e cultural do mundo material” (ZHOURI; LASCHEFSKI, 2010).

⁴Ao falar de extrativismo estou utilizando a definição de Gudynas como “um tipo de extração de recursos naturais, em grande volume ou alta intensidade, e que estão orientados especialmente a serem exportados como matérias primas sem processar, ou com um processamento mínimo” (2003, p. 6). Diferente ao conceito de extrativismo manejado no Brasil, que está relacionado com as reservas extrativistas, áreas manejadas por populações extrativistas tradicionais que tem como objetivo o uso sustentável dos recursos da área. No entanto, é importante considerar que os dois casos referem a processos próprios do projeto moderno do desenvolvimento (MENDES, 2011).

existência de ameaças e do uso da violência contra organizações e lideranças locais. (MARTÍNEZ TORRES, 2014).

Quando falamos de desenvolvimento, estamos utilizando este conceito desde sua perspectiva crítica. Segundo Escobar, o desenvolvimento é um “discurso de origem ocidental que funciona como um poderoso mecanismo para a produção cultural, social e econômica do Terceiro Mundo” (2005, p. 17), criando um horizonte, a partir do discurso de Truman em 1949 (Esteve, 2005) e das políticas do Banco Mundial (Escobar, 2007), para o qual as nações “não desenvolvidas”, e desde então consideradas como pobres, devem avançar.

Em 1948, quando o Banco Mundial definiu como pobres aqueles países com renda per capita inferior a 100 dólares, quase por decreto, dois terços da população mundial foram transformados em sujeitos pobres. E se o problema era de renda insuficiente, a solução era, obviamente, o crescimento econômico (ESCOBAR, 2007, p. 51).

A premissa básica no surgimento do discurso do desenvolvimento, segundo Escobar, “é a crença no papel da modernização como única força capaz de destruir superstições e relações arcaicas, sem importar o custo social, cultural e político” (2007, p. 78). Só mediante o desenvolvimento material poderia se produzir o progresso de nossas sociedades. Deste modo, os países da América Latina começaram a criar as condições necessárias para a aplicação de tal modelo, começando pela modificação das legislações para favorecer a inversão estrangeira, e das normas ou leis para a exploração de minerais, como se vê na Bolívia em 1991, no Brasil em 1996, na Venezuela em 1999, no México em 1992, no Uruguai em 1991 e na Colômbia em 2001. (TORO, 2012).

Não é a existência de minerais que atrai os investidores estrangeiros canadenses, estadunidenses, chineses e ingleses: são as condições excepcionais que nossos países oferecem às grandes indústrias de mineração para a implementação de uma economia predadora baseada no saque extrativista (TORO, 2012, p. 21).

Junto com essas ações, países como Colômbia e Peru assinaram tratados de livre comércio (TLC) com os Estados Unidos e Canadá, facilitando o estabelecimento de empreendimentos

minerários, entre outros. Um fator agravante desta situação é que junto com os tratados, criaram-se novos mecanismos para a resolução de disputas onde as companhias estrangeiras podem solicitar o reconhecimento de compensações econômicas, caso considerarem que algum direito foi violado pelo país receptor. Justamente essa situação aconteceu com a mineradora canadense que solicitou o título de exploração no Apaporis, fato que será brevemente tratado no Capítulo 4.

No caso colombiano, as práticas extrativistas têm sido impulsionadas principalmente pelas políticas econômicas dos últimos governos que veêm, por exemplo, na monocultura da palma de azeite ou na extração de minerais, um caminho quase que infalível para o desenvolvimento econômico e social do país. Exemplo do anterior é o aumento de grandes projetos de mineração na Colômbia e, portanto, de conflitos sociais, durante os dois períodos de governo de Álvaro Uribe Velez (2002-2006, 2006-2010) dentro do projeto da “*confianza inversionista*” e da “*seguridad democrática*”. Como menciona Cancino (2012) “O Investimento Estrangeiro Direto dirigido à atividade da mineração e dos hidrocarbonetos na Colômbia, aumentou sua participação ao passar de 21% a 82% entre o ano 2000 e 2009, superando em 2010 o 85%” (apud. TORO, 2012, p. 23). Situação que continua durante os períodos de Juan Manuel Santos (2010-2014, 2014-2018), com o projeto econômico denominado “*La locomotora minera*”, e que introduz no cenário colombiano o discurso do “desenvolvimento sustentável” e da “mineração responsável”.

Um caso emblemático na Colômbia de mobilização social tem sido a oposição a um projeto de exploração de ouro a céu aberto no *Páramo de Santurbán*, no departamento de Santander, por parte de uma multinacional Árabe⁵. Essa é uma área de muita importância ecológica por ser um ecossistema (*páramo*), que possui um alto nível de endemismo e por ser uma fonte geradora de água que abastece as populações da região. Esse projeto tem gerado um grande número de conflitos-resistências no âmbito nacional, tendo como símbolo principal a defesa da água, valendo-se de sentenças como “*Sí a la vida, no a la mina*”, “*Cuidar el agua es cuidar la vida*”. Igualmente, temos o caso do empreendimento para extração de carvão a céu aberto do projeto *Cerrejón*, no departamento da Guajira, que tem afetado os povos indígenas

⁵ Vide. <http://www.eltiempo.com/vida/ciencia/riesgos-ecologicos-en-santurban-por-mineria-ilegal-136244>; <https://www.elespectador.com/noticias/medio-ambiente/emiratos-arabes-invertira-1000-millones-de-dolares-para-extraer-oro-en-santurban-articulo-722884> Acesso em: 15/04/2018.

Wayuu e as comunidades afrodescendentes que foram deslocadas do seu território ancestral e que têm sofrido a constante falta de água pelos desvios nos cursos dos rios feitos pela companhia⁶.

Uma das áreas afetadas na Colômbia com o avanço de projetos econômicos é a região amazônica, que experimentou a partir de 2015, um aumento nos níveis de desmatamento em algumas zonas pelo avanço de projetos madeireiros, agrícolas e de criação de gado, além da proliferação da especulação fundiária e de práticas de mineração ilegais. O diretor do *Instituto de Hidrología, Meteorología y Estudios Ambientales* (IDEAM), afirmou que 60,2% do desmatamento na Colômbia corresponde a Amazônia, principalmente nos departamentos de Meta, Guaviare, Putumayo e Caquetá (MEDIO AMBIENTE, 06/07/2017). Um elemento que tem propiciado o surgimento dessa problemática foi o acordo de paz entre o governo colombiano e a guerrilha das FARC, já que a retirada da guerrilha permitiu o acesso a territórios que estavam sob seu controle e que hoje são alvo de interesse de diversos atores para o desenvolvimento de empreendimentos econômicos. Também contribuem para o aumento do desmatamento na região, a promessa do governo nacional de adiantar um processo de regulação de títulos de terra na região, assim como a construção de estradas e o apoio a projetos produtivos.

Uma das consequências que traz a mineração tanto em pequena quanto em grande escala, assim como a monocultura, é a afetação da saúde dos habitantes das áreas de operação dos projetos. Vários são os casos denunciados nos diversos países com território amazônico sobre a intoxicação de habitantes da região por conta de metais como mercúrio e de diferentes químicos presentes na água. No caso do Apaporis, um estudo recente encontrou a presença de altos graus de mercúrio no sangue de habitantes de aldeias localizadas nas margens dos rios Apaporis e Caquetá, devido a atividades de mineração ilegal na parte alta destes rios⁷.

Igualmente, a região tem sido alvo em repetidas ocasiões de fenômenos como o comércio de peles e animais, a extração de plantas medicinais, o tráfico de drogas e a presença de grupos armados, entre outros, que estão constantemente tornando vulnerável o território e, de certo

⁶ Vide. <http://pacifista.co/cerrejon-mina-carbon-contaminacion/> Acesso em: 15/04/2018.

⁷ Vide. https://www.gaiamazonas.org/single-post/2017/08/05/ACOMPA%C3%91AMOS-SOCIALIZACI%C3%93N-DE-TRABAJO-POR-LA-PLANICIE-AMAZ%C3%93NICA?fb_comment_id=1823818907648180_1826809520682452 Acesso em: 15/04/2018

modo, paradoxalmente, unindo e fortalecendo os povos que ali habitam. Um efeito dessas ameaças é a desestabilização e reorganização dos modos de vida dos diversos povos, criando divisões, deslocamentos, uniões, mobilizações políticas, etc., que reconfiguram constantemente o panorama amazônico, o que denota a importância da realização de pesquisas que discutam e tornem visíveis esses processos.

2.2 As pesquisas no Noroeste amazônico⁸

A região do Vaupés Colombiano foi por algum tempo uma área relativamente pouco explorada do Amazonas, em parte pelas difíceis condições geográficas, o que também se reflete no pouco desenvolvimento da prática etnográfica nesta parte do mundo. Os primeiros relatos sobre o Noroeste amazônico vêm dos exploradores e naturalistas que visitaram a Amazônia em busca de plantas e novas espécies animais. Dentre os mais destacados menciono a Theodor Koch-Grünberg, principalmente com o livro *Dos años entre los indios. Viajes por el Noroeste brasileño, 1903-1905*. Koch-Grünberg continuaria trabalhando na região e publicaria posteriormente outra obra de grande relevância, *De Roraima ao Orinoco* (1917). Outro livro escrito na época é *The Northwest Amazon. Notes of some Months Spent among Cannibal Tribes* (1915), escrito pelo capitão do exército inglês Thomas Whiffen, a partir de uma viagem realizada pela Amazônia colombiana. O seguinte trecho do livro de Whiffen dá uma ideia sobre a concepção dos indígenas nessa obra: “o índio cordial, pacífico e amoroso não passa de ficção de imaginações fêrvidas. Os índios são congenitamente cruéis” (apud TAUSSIG, 1993, p. 100).

Outros relatos sobre o Noroeste amazônico foram feitos por Alfred Russel Wallace, Ermanno Stradelli, Henri Coudreau, e Curt Nimuendajú, entre outros. Esse último, de grande importância para o desenvolvimento da prática etnológica na região, principalmente através de seus trabalhos com o povo Ticuna na fronteira Brasil-Colômbia. Esses primeiros textos serviram, entre outras coisas, para que pessoas de outras partes do mundo tenham se interessado por estudar esta região. Além disso, o Noroeste amazônico foi visitado por inúmera quantidade de exploradores em busca do “ouro branco”, o látex que tanto mal ocasionou às comunidades

⁸ Este é um exercício que procura, além de fazer um breve balanço das principais pesquisas desenvolvidas no noroeste amazônico, sublinhar alguns dos pesquisadores, e suas obras, que tiveram uma maior influência na perspectiva de pesquisa adotada. Sem dúvida vários autores ficaram fora desta seleção, mas espero que de alguma forma apareçam no desenvolvimento dos seguintes capítulos.

indígenas. Tais exploradores contribuíram para a consolidação de alguns imaginários sobre a região e seus habitantes.

No final dos anos trinta e começo dos anos quarenta, o estadunidense Irving Goldman realiza, para obter o título de Ph.D em Antropologia pela *Columbia University*, o que se pode considerar a primeira etnografia “moderna” de um povo no noroeste amazônico, trabalho posteriormente publicado como *The Cubeo. Indians of the Northwest Amazon* (1963). Goldman faz uma análise da organização social dos Cubeo, grupo pertencente à família linguística Tukano Oriental, e dessa primeira experiência surgem múltiplos artigos e novos trabalhos de campo no Vaupés. O trabalho de Goldman complementa-se com pesquisas na região da Polinésia (1940; 1948; 1963; 1970; 1976; 1977; 1993; 2004). Goldman é considerado uma referência muito importante para os pesquisadores interessados na região do noroeste amazônico. Também encontramos nesse período a publicação do livro *The Handbook of South American Indians*, organizado pelo Julian Steward e publicado entre “1946-1959”, com apoio do Smithsonian Institution. Este texto apresenta uma descrição da organização e diversidade dos povos e culturas do continente Sul-Americano, a partir da análise de diversos pesquisadores, entre eles Irving Goldman.

Igualmente merece ser destacado nessa época o trabalho realizado pelo etnobotânico estadunidense Richard Evans Schultes, que realizou uma série de viagens pela Amazônia colombiana nos anos 40 e 50 do século XX, como enviado do governo norte-americano para a procura de novas espécies de árvore da borracha. Nessas viagens, Schultes registrou a existência e uso de mais de duas mil plantas medicinais e coletou ampla informação sobre os modos de vida dos povos indígenas do noroeste amazônico, publicando vários livros sobre o uso de plantas e a realização de rituais, entre eles *El bejuco del alma: Los médicos tradicionales de la Amazonía colombiana, sus plantas y rituales* (1992). Alguns dos seus estudos foram realizados junto ao químico Suíço Albert Hoffman.

Os estudos de Schultes na Colômbia foram motivo de inspiração para que nos anos 70, o Antropólogo e Etnobotânico canadense Wade Davis, junto ao biólogo Timothy Plowman, empreendessem uma viagem na Colômbia sob a orientação de Schultes para pesquisar sobre a

planta de coca, visitando lugares que haviam sido frequentados anos atrás pelo etnobotânico. Dessa experiência surge o livro *El Río, Exploraciones y descubrimientos en la selva amazónica* (2004), dedicado à memória de Schultes e Plowman. Meu interesse pelo Apaporis surge em grande medida a partir da leitura desse livro.

Desde finais dos anos 60 em diante, aumentou o interesse pelo estudo da estrutura social dos povos indígenas localizados na região mencionada. Na Colômbia encontramos pesquisadores como Gerardo Reichel Dolmatoff, Alicia Dussán de Reichel e François Correa, que foram precursores, no país, das pesquisas no Vaupés. Destaca-se o informe de Dolmatoff intitulado *A brief field report on urgent ethnological research in the Vaupés area, Colombia* (1968) e o livro *Desana: simbolismo de los índios tucano del Vaupés* (1986).

Pesquisadores estrangeiros continuavam realizando incursões à região a partir da década de 1970, dentre os quais se destacam, entre outros, Jean Jackson com textos como *Language identity of the Colombian Vaupes Indian* (1974), e *The Fish People: Linguistic Exogamy and Tukanoan Identity in Northwest Amazonia* (1983). Christine Hugh Jones e Stephen Hugh Jones com *From the milk river: spatial and temporal processes in Norwest amazonia* (1979) e *The Palm and the Pleiades: initiation and cosmology in North Western amazonia* (1979), respectivamente⁹. Outros pesquisadores são, Patrice Bidou, Peter Silverwood-Cope, Kaj Arhem, Arthur Sorensen, Dominique Buchillet, Pierre Jacopin, Janet Chernela e Jon Landaburu, entre outros¹⁰.

Nos últimos tempos pesquisadores colombianos têm apresentado um grande interesse na região amazônica. Em parte, devido à dinâmica internacional que voltou o olhar sobre a Amazônia como território fundamental para a conservação do planeta, o que influenciou nas políticas nacionais quanto à necessidade de se compreender e gerenciar essa área, e impulsionou muitas ONG's a realizar pesquisas sobre variados tópicos e a apoiar os povos indígenas em diversos

⁹Quero sublinhar a importância do trabalho desenvolvido por estes dois autores no Noroeste Amazônico que se estende até o presente, e que tem sido de muita relevância para os povos indígenas da região, especialmente na região do rio Pirá-Paraná, assim como para os pesquisadores interessados na área.

¹⁰ Para ampliar vide: (PINEDA, 2005; JACKSON, 2001).

processos, como é o caso da Fundação GAIA Amazonas, liderada pelo etnólogo Martin Von Hildebrand, ou o *Instituto amazônico de Investigaciones Científicas* (SINCHI).

Nesse processo de produção de novas pesquisas, foi fundamental a criação do programa de Pós-Graduação em Estudos Amazônicos da Universidad Nacional de Colombia, com sede em Leticia, Amazonas. Desta instituição se destacam professores/pesquisadores como Carlos Eduardo Franky, de quem sublinho o artigo intitulado *El camino del pensamiento es uno solo. Autonomia étnica y neocolonialismo entre los tanimuca y macuna del bajo Apaporis* (2010). Texto que trata sobre a organização unitária que se expressa nas comunidades do baixo Apaporis, baixo Pirá-Paraná, Mirití Paraná e baixo Caquetá, além das particularidades étnicas de cada grupo. Também apresenta as formas de organização territorial destas comunidades e sua relação com o Plano de Ordenamento Territorial (POT) desenhado pelos governos departamental e nacional da Colômbia.

Outros importantes pesquisadores desta universidade são: Carlos Zárate Botia, que junto com Carlos Franky, editou o livro *Imani Mundo. Estudios en la amazonia colombiana* (2001), texto que recolhe artigos sobre a Amazônia a partir de diversas perspectivas. Dany Mahecha Rubio, que tem realizado também importantes pesquisas na região, dela menciono o texto *La formación de Masa Goro “personas verdaderas”. Pautas de crianza entre los Macuna del bajo Apaporis* (2004), tese apresentada para obtenção do título de *magister* em estudos amazônicos na *Universidad Nacional de Colombia*. E o professor Juan Álvaro Echeverri, que tem desenvolvido um importante trabalho na região¹¹. Dele sublinho, o livro editado junto a Carlos Franky e Juan Jose Vieco, *Territorialidad indígena y Ordenamiento en la Amazonia* (2000), e o texto “*Mambear coca não é pintar a boca de verde*”: *Notas sobre a origem e o uso ritual da coca amazônica* (2005), publicado junto com Edmundo Pereira.

¹¹Agradeço ao professor Juan Álvaro Echeverri pelas indicações e ajudas na minha visita à Universidad Nacional em Leticia, e pelo convite para participar no encontro *Ecología de saberes amazônicos para la defensa del territorio: el Resguardo-Parque Yaigojé-Apaporis y los indígenas en la Universidad*, 22-23 de maio de 2017, sede Unal, Leticia (AM). Igualmente pelos comentários sobre minha apresentação de parte deste trabalho na *XI Sesquiannual Conference* da *Society for the Anthropology of Lowland South América*, em Lima, Peru, Julho/2017. Nesse evento também tive a oportunidade de dialogar com Dany Mahecha e Carlos Franky sobre algumas questões referentes ao Apaporis, prolongo este agradecimento a eles.

Outra referência importante dos estudos contemporâneos na Amazônia é o livro compilado por Carlos del Cairo e Margarita Chaves, com o apoio da Pontificia Universidad Javeriana e o Instituto Colombiano de Antropologia e Historia (ICANH), *Perspectivas antropológicas sobre la Amazonia contemporânea* (2010). Este texto apresenta diversos estudos sobre a região Amazônica compreendida pelos países de Colômbia, Peru, Equador, Bolívia, Brasil, Venezuela e a Guiana Francesa. Os principais tópicos tratados são territorialidades, políticas da identidade, fronteiras culturais e nacionais, discursos sobre desenvolvimento e relacionamento com o estado, entre outros. Também quero destacar o artigo de Carlos del Cairo *Analogia mito y ritual: perspectivas sobre el yurupari* (2003).

Luis Cayón é outro pesquisador que tem realizado vários estudos, principalmente na área do Noroeste Amazônico. Atualmente é professor do Departamento de Antropologia da Universidade de Brasília. Destaco alguns dos seus trabalhos como: *En las aguas de Yuruparí: Cosmología y chamanismo macuna* (2002); *IDE MA: El camino de agua. Espacio, chamanismo y persona entre los Makuna* (2008); *Penso, logo crio: a teoría makuna do mundo* (2010).

Também quero mencionar o aporte feito por Astrid Ulloa, professora do departamento de Geografia da Universidad Nacional de Colombia, em seus estudos sobre o relacionamento das comunidades indígenas na Colômbia e os movimentos ambientalistas, e o processo de construção de identidades ecológicas. Principalmente o que Ulloa denomina o “*nativo ecológico*”, que é a ideia do indígena como o protetor inato da natureza em uma relação de constante equilíbrio. O principal texto da autora *La construcción del nativo ecológico: complejidades, paradojas y dilemas de la relación entre los movimientos indígenas y el ambientalismo en Colombia* (2004), tem sido de grande ajuda no desenvolvimento do presente trabalho.

Finalmente quero destacar alguns pesquisadores no contexto brasileiro cujas obras têm sido de grande importância na minha compreensão antropológica do tema pesquisado. Dominique Tilkin Gallois, de quem sublinho os seguintes textos: “*Nossas falas duras*”. *Discurso político e auto-representação waiãpi* (2000); *Terras ocupadas? Territórios? Territorialidades?* (2004); *Mairi Revisitada: A reintegração da Fortaleza de Macapá na tradição oral dos Waiãpi* (1994). Joao Pacheco de Oliveira com textos como: *Uma etnologia dos 'índios misturados'?*

Situação colonial, territorialização e fluxos culturais (1998); *O Nosso Governo: os Ticuna e o regime tutelar* (1988); *Curt Nimuendajú e a história Ticuna: elementos para uma reflexão crítica sobre a etnografia e o estatuto da etnologia* (2013). Alcida Rita Ramos, com os textos: *O Índio Hiper-Real* (1995); *Constituições nacionais e povos indígenas* (2013); *A maldição do ouro na Amazônia: dos conquistadores aos Yanomami* (2012) e *Pacificando o Branco* (2002), coletânea organizada junto com Bruce Albert. Por último, quero nomear a importante obra *Historia dos índios no Brasil* (1992), organizada pela Manuela Carneiro da Cunha.

2.3 A experiência etnográfica

Quando estava no final do meu curso de graduação em Sociologia na *Universidad del Valle*, na Colômbia, tive o interesse de pesquisar, para o trabalho de conclusão de curso, algum tema relacionado com o ciclo da borracha na Amazônia colombiana, período de finais do século XIX e princípios do XX quando uma bonança nos preços internacionais deste produto, levou a uma arremetida colonizadora na região amazônica deixando, à medida em que avançava, um rastro de terror e morte nas populações nativas devido às práticas de violência exercidas contra eles por parte dos patronos dos seringais. Assim, comecei a busca de bibliografia sobre esse tema motivado por certa curiosidade pela Amazônia, uma região muito distante do meu lugar de nascimento, mas que estava gerando em mim uma inquietude que foi direcionada em termos de pesquisa tempos depois.

Para a conclusão do meu curso de Sociologia, finalmente decidi fazer um trabalho sobre as condições de vida dos internos de uma prisão na cidade de Cali, um tema nada perto do meu interesse pela Amazônia, mas que era muito mais acessível desde o foco de minha formação em Sociologia e do meu interesse por utilizar uma perspectiva de trabalho etnográfico na pesquisa, ou pelo menos isso era o que eu achava.

Por aquele tempo foi estreado no cinema um documentário chamado *Apaporis: secretos de la selva* (2011), realizado pelo Antonio Dorado, professor do departamento de comunicação social e periodismo da mesma universidade onde eu cursava a graduação. O documentário está inspirado no livro *El Río* de Wade Davis. Nesta produção, Dorado realiza uma viagem ao

Apaporis procurando avaliar o estado atual do que é relatado por Schultes e posteriormente por Davis em suas respectivas obras, destacando principalmente os rituais e usos medicinais de plantas pelos povos indígenas que habitam nas margens do rio Apaporis, no Vaupés colombiano. Quando assisti ao documentário, percebi que devia dirigir minha atenção de novo para a Amazônia, talvez poderia voltar àquela ideia de trabalhar sobre o genocídio acontecido durante o ciclo da borracha na proposição do meu projeto de mestrado, ou sobre alguma outra problemática que estivesse acontecendo.

Enquanto escrevia o meu TCC sobre a prisão (2013), continuei consultando todo tipo de material referente à Amazônia, como filmes, documentários, livros, matérias de jornal, entre outros¹². Nessas consultas, um dia achei uma matéria num jornal colombiano chamado *Revista Semana* que tinha o seguinte título “El Avatar colombiano¹³”. O texto tratava, em termos gerais, sobre um conflito que estava acontecendo no departamento de Vaupés, devido à iniciativa de uma mineradora canadense de explorar ouro num lugar sagrado para os povos indígenas que habitam nas margens do rio Apaporis, cujo território estava reconhecido como um resguardo indígena. Os indígenas haviam solicitado ao *Sistema Nacional de Parques Nacionales Naturales de Colombia* (PNN) a criação de um parque nacional para proteger o território ancestral. O parque foi criado, mas ao mesmo tempo, a mineradora obteve um título para explorar ouro dentro da área declarada como parque nacional. Além disso, durante o processo de conformação do parque, um setor dos indígenas se opôs à iniciativa e solicitou a derrogação do parque. Ao ler sobre essa situação, lembrei-me do documentário *Apaporis: secretos de la selva*, e consegui dimensionar a gravidade do que estava acontecendo. Durante os meses seguintes, vários meios de comunicação nacionais e internacionais apresentaram informações sobre a disputa, realizando uma cobertura incomum no que refere a Amazônia.

Junto à informação da imprensa que me permitia ter uma ideia geral dos acontecimentos no Apaporis, houve uma situação que impulsionaria definitivamente o meu interesse por

¹²Todos estes materiais são construtores e reprodutores de um imaginário particular sobre a Amazônia. Os filmes de Werner Herzog ou a obra literária de Joseph Conrad, por nomear alguns, são reprodutores de uma imagem amplamente difundida da Amazônia como um lugar hostil, perigoso e indomável, habitado por selvagens. Como menciona Taussig, “(...) a imagem colonialmente construída do índio selvagem era algo vigorosamente ambíguo, uma composição oscilante, bifocalizada e vaga do animal com o humano (...)” (1993, p. 94).

¹³Vide. <http://www.semana.com/nacion/articulo/el-avatar-colombiano/240100-3> Acesso em: 18/03/2018. A palavra *Avatar* é utilizada nesse título em relação ao filme de ciência ficção de James Cameron (2009) do mesmo nome.

desenvolver a presente pesquisa. No começo de fevereiro de 2014, a Escola de Comunicação Social e a Faculdade de Ciências Naturais e Exatas da Universidad del Valle, realizaram um evento acadêmico para apresentar o documentário *Apaporis*, acompanhado de comentários do diretor Antonio Dorado, junto com a participação de Wade Davis, que realizou alguns comentários sobre o documentário e o livro *El Río*. Davis relatou sua experiência com os povos indígenas do Apaporis e fez menção sobre a luta que eles estavam desenvolvendo para proteger o território da ameaça da mineração. Nos dias seguintes ao evento terminei de ler o livro de Davis, realizando uma viagem literária por várias partes da geografia colombiana, e especialmente, pelos rios da Amazônia. Desse modo, poucos meses depois, terminei o projeto para ingressar ao mestrado em antropologia, propondo uma pesquisa sobre o que estava acontecendo no Apaporis.

2.3.1 O ingresso no mestrado

Quando estava na graduação tive acesso na disciplina de *diseño etnográfico*, a alguns textos de antropólogos brasileiros que chamaram minha atenção, por isso comecei a procurar informação sobre a antropologia no Brasil e os cursos de pós-graduação. De alguma forma achei informação sobre dois programas de bolsas para formação em cursos de pós-graduação no Brasil. Um deles chamado Programa de Estudantes-Convênio de Pós-graduação PEC-PG, dirigido para nacionais de países em desenvolvimento com os quais o Brasil possui acordo de cooperação cultural e/ou educacional. O outro é o programa da Organização dos Estados Americanos e o Grupo Coimbra de Universidades Brasileiras OEA-GCUB, que oferece bolsas a cidadãos dos estados membros da OEA para realizar cursos de pós-graduação em universidades brasileiras. Eu como colombiano podia participar daqueles programas, portanto comecei a trabalhar nos requisitos exigidos, um deles era a proposta do projeto para o mestrado.

Além do interesse que tinha pela antropologia no Brasil e das facilidades econômicas para fazer o mestrado sem ter que pagar e ainda recebendo uma bolsa, o que na Colômbia está longe de acontecer, a região do Apaporis onde minha pesquisa se localiza, encontra-se em área de fronteira com o Brasil, um atrativo a mais para fazer o mestrado neste país. No ano de 2014 participei da convocatória nos dois programas, mas não consegui nem a bolsa nem a vaga nas universidades que escolhi. Esse ano comecei a trabalhar num projeto de pesquisa com um

professor de Sociologia da *Universidad del Valle*, e em 2015 decidi de novo participar no programa da OEA, e ao mesmo tempo, vir ao Brasil para fazer o processo seletivo do mestrado. Finalmente consegui a vaga no programa de pós-graduação em Antropologia da Universidade Federal de Minas Gerais, apresentando como projeto a realização de uma análise sobre *os processos de reorganização territorial e política dos povos indígenas que habitam no resguardo indígena Yaigojé-Apaporis no Noroeste Amazônico, frente à ameaça da mineração no território*. Nessa ocasião também consegui a vaga no programa da OEA em outra universidade, mas decidi realizar o mestrado na UFMG.

2.3.2 A eterna espera¹⁴

Devido à incerteza de conseguir ou não a vaga no mestrado, assim como a bolsa de estudo, esperei até começar o curso para entrar em contato com as pessoas responsáveis de outorgar a autorização para fazer o trabalho de campo proposto no projeto de mestrado, que indicava a visita a uma ou a algumas aldeias para conversar com os indígenas principalmente sobre a experiência da chegada da mineração ao território, e as estratégias por eles utilizadas frente a essa situação. O mestrado iniciou no começo de 2016 e as perspectivas de fazer algo de campo nesse ano eram poucas, já que nos dois primeiros semestres devia cursar as disciplinas do mestrado, e os custos de deslocamento até o Amazonas colombiano são muito altos, e, assim, a visita ao Apaporis só poderia acontecer em finais de 2016 ou durante 2017.

Comecei então o processo de entrar em contato com as lideranças indígenas do Apaporis para expor o meu interesse de trabalhar sobre o acontecido no seu território com a chegada da mineração, que levou à declaração da área como um parque nacional natural. Através de Luis Cayón, professor do programa de pós-graduação em Antropologia da Universidade de Brasília, que trabalha há vários anos com os Macuna, povo indígena que habita na região dos rios Pirá-Paraná e Apaporis, consegui o contato de Alejandro, um colombiano estudante de mestrado em Antropologia da Universidade de Campinas, que trabalha com a *Asociación de Capitães*

¹⁴O relatado a seguir está baseado nas notas de campo, no ir e vir de correios eletrônicos trocados com diversas pessoas e instituições, num relato que escrevi para minha orientadora quando voltei do Amazonas, e nas lembranças que chegam durante este exercício de escritura.

Indígenas del Yaigojé-Apaporis ACIYA, e que analisa na sua dissertação de mestrado o processo de criação do parque nacional Yaigojé-Apaporis.

Alejandro me indicou como tinha sido o processo dele para obter a autorização para desenvolver a pesquisa. O primeiro passo foi apresentar a proposta de trabalho ao secretário de território da ACIYA. Alguns meses depois, foi convidado a uma assembleia regional no Apaporis para expor a proposta frente aos capitães das diversas aldeias e às autoridades tradicionais, que aceitaram a proposta e indicaram as condições para desenvolver a pesquisa. Depois, ele teve que solicitar a autorização a *Parques Nacionales* e à *Dirección de Asuntos Indígenas* do *Ministerio del Interior*. Este último, devia decidir se era necessário fazer uma consulta prévia com os habitantes da área, já que o território está dentro de um *resguardo indígena*, procedimento que finalmente não foi necessário. Todo esse processo levou cerca de um ano. Além dessas indicações de tipo formal, também me explicou os procedimentos para chegar ao Apaporis e a dinâmica nas aldeias, quantidade de gasolina necessária e preço aproximado, tempos e formas de deslocamento, necessidade de um tradutor, reconhecimento econômico ao sabedor tradicional que guia as atividades em cada aldeia, assim como questões relacionadas a alimentação, hospedagem, e lugares a visitar, que são decididos entre as lideranças.

O panorama para desenvolver a pesquisa parecia um pouco complexo por conta dos tempos para solicitar as autorizações, os custos para desenvolver o trabalho de campo, e a dificuldade para entrar em contato com as lideranças. Além disso, Alejandro mencionou que nos últimos anos a grande maioria de propostas para desenvolver pesquisas no Apaporis haviam sido negadas, em parte por não seguir o canal regular de consulta com a associação indígena, mas principalmente, porque eles estão focando o trabalho de pesquisa nos seus próprios pesquisadores. A ACIYA vem desenvolvendo um importante trabalho de pesquisa própria, com uma agenda e uns parâmetros definidos a partir de suas necessidades e da relação estabelecida com outros atores como PNN e algumas ONGs. Este ponto ficara mais claro quando eu relatar minha chegada ao Amazonas, logo adiante.

Para conseguir entrar em contato com Gonzalo Macuna, o representante de território da ACIYA nessa época, tive que esperar vários meses entre correios eletrônicos e ligações a diversas

peessoas e instituições, que não tinham muito efeito. Do grupo de procedimentos e avaliação ambiental de PNN, recebi as indicações sobre os documentos necessários para solicitar a autorização de pesquisa no parque Yaigojé-Apaporis. Precisava enviar uma proposta de pesquisa composta por introdução, justificativa, objetivos, métodos, resultados esperados e cronograma de atividades. Uma cópia do documento de identidade, o currículo vitae, e a autorização assinada pelas autoridades tradicionais onde estivesse claramente indicado que se deu a conhecer o projeto de pesquisa e que foi aprovado o seu desenvolvimento. Quando consegui falar com Gonzalo Macuna da ACIYA, foi acordado que eu enviaria minha proposta de pesquisa, com as indicações de PNN, tanto para ele quanto para o presidente da *Asociación de Capitanes indígenas de Taraira-Vaupés* ACITAVA, para a diretora da territorial Amazônia de PNN em Bogotá, e para o chefe do parque Yaigojé-Apaporis em Leticia, Amazonas¹⁵.

Enquanto esperava as respostas sobre minha proposta de pesquisa, Alejandro entrou em contato comigo para perguntar se eu estava interessado em participar de umas oficinas sobre ordenamento territorial ambiental que ele administraria no Apaporis no final desse ano (2016). A proposta era que eu fosse como profissional de apoio de uma ONG criada por ele. Eu devia assumir todas as despesas da viagem, mas era uma grande oportunidade para apresentar minha proposta diretamente às lideranças indígenas, além da experiência de participar dessa atividade onde estariam indígenas de várias aldeias, funcionários de PNN, de algumas ONGs, entre outros. No entanto, esta atividade não pôde ser feita tendo em vista que uma facção de membros da guerrilha das FARC, que não se juntou ao processo de paz assinado com o governo colombiano, ingressou no mês de setembro no território ameaçando os indígenas e os funcionários de PNN, levando uma lancha e gasolina da instituição. Com este acontecimento, foi proibido o ingresso à área do *parque-resguardo* de pessoas diferentes aos habitantes, e os funcionários de *Parques* foram retirados do posto até que a força pública pudesse garantir sua segurança¹⁶.

¹⁵ *Parques Nacionales Naturales de Colombia* conta com sua sede principal em Bogotá, e encontra-se dividida por dependências regionais denominadas Territoriales: *Territorial Amazonia, Territorial Andes Nororientales, Territorial Andes Occidentales, Territorial Caribe, Territorial Orinoquia, e Territorial Pacífico*. A *territorial Amazonia* tem seu escritório principal em Bogotá, e possui uma sede na cidade de Leticia (AM), onde se coordena a administração das diversas áreas de proteção existentes na região.

¹⁶ Esta situação foi difundida em vários meios de comunicação nacional no mês de Setembro de 2016. Vide. <https://www.youtube.com/watch?v=UqsXRzIEdto&feature=youtu.be>, emissão central noticiário CM&, 21/09/2016.

Além do acima exposto, um dia Alejandro me ligou para dizer que tinha falado com o chefe do parque Yaigojé-Apaporis, e ele lhe mencionou que eu tinha enviado um *derecho de petición*¹⁷ à direção nacional de PNN solicitando a permissão para fazer a pesquisa, e por isso agora o processo devia ser avaliado a partir de uma instância jurídica, dificultando muito o processo. Eu fiquei surpreso frente a essa situação, respondi que o que tinha feito era enviar a PNN minha proposta de pesquisa, como tinha combinado com Gonzalo Macuna, para que eles soubessem do meu interesse e assim ir adiantando o processo de solicitação da permissão, mas sem ser um *derecho de petición* nem nada parecido. Neste ponto, eu já começava a experimentar as consequências do processo de burocratização que traz consigo a declaração de uma área como de proteção ambiental, adicionando o fato de este ser um território indígena com um processo de organização estabelecido e umas burocracias próprias.

Com os últimos acontecimentos, tornava-se mais complicado obter a autorização para fazer o trabalho de campo. Porém, no começo de 2017, recebi a resposta de *Parques Nacionales*, em que mencionavam que já existiam algumas pesquisas realizadas sobre a criação do parque Yaigojé-Apaporis, e sugeriam que as novas pesquisas fossem sobre o processo de administração conjunta da área entre *Parques* e os povos indígenas, representados pela ACIYA e pela ACITAVA¹⁸. Contudo, também mencionavam que minha proposta seria socializada no próximo congresso de autoridades tradicionais que aconteceria no final do mês de agosto de 2017, como parte do trabalho coordenado entre as comunidades do *parque-resguardo* e *Parques Nacionales*, mas não recebi nenhuma resposta nem notificação sobre isso.

Quanto ao fato do PNN propor que as pesquisas se debrucem sobre um tópico específico, considero importante sublinhar que, ainda seja importante potencializar as situações que possam trazer maior benefício no processo de consolidação da parceria entre eles e os povos indígenas do Apaporis, pode não ser tão positivo restringir as possibilidades do que é viável de pesquisar, estabelecendo um filtro que obedeça à posição, critério e necessidades da instituição, dentro da

¹⁷ O *Derecho de Petición* é um direito fundamental consagrado no artigo 23 da *Constitución Política de Colombia* que tem os cidadãos para solicitar requerimentos de caráter geral ou particular, e obter resposta num tempo determinado segundo a natureza da petição.

¹⁸ Todas as respostas que recebi, de diversas instâncias de PNN e em distintos momentos, mencionavam a sugestão de redirecionar o foco da pesquisa. No entanto, após ter acesso aos mencionados trabalhos de pesquisa sobre a criação do parque, posso dizer que a abordagem proposta nesses trabalhos, difere amplamente da aproximação que estou propondo no presente texto.

relação estabelecida com os indígenas, sem que essa seja necessariamente a posição destes últimos. Não deixo de pensar como por causa de situações similares, como no caso de ONGs que financiam projetos com diversas populações e que devem cumprir com determinados requisitos para conseguir os recursos econômicos através da cooperação internacional, impõem-se agendas que de antemão determinam as pesquisas a serem realizadas. Existem múltiplas formas e níveis de exercer tutela sobre os povos indígenas, no relatado anteriormente identifiquei uma delas.

2.3.3 Viagem ao Amazonas

O tempo foi passando, e eu sem conseguir estabelecer contato com os membros da ACIYA. Gonzalo Macuna, o representante de território, não deu nenhuma resposta sobre o projeto que lhe enviei que, finalmente, era o ponto mais importante, e ninguém dava notícia sobre ele. Tentei também através da *Fundación Gaia Amazonas* (FGA), que é a principal ONG que atua na região, ter alguma notícia ou obter ajuda, mas continuei sem ter resposta¹⁹. Comecei a avaliar minhas possibilidades e a considerar outras abordagens para a pesquisa, por exemplo, trabalho puramente documental, no entanto, sem perder a intenção de visitar alguma aldeia. Então decidi no mês de maio viajar a Leticia, a capital do estado do Amazonas que faz fronteira com o Peru e o Brasil, para falar diretamente com as pessoas da dependência do PNN na Amazônia, tentar conseguir alguns documentos e procurar através deles, restabelecer o contato com o representante de território da ACIYA. Também estava a possibilidade de viajar de Leticia até La Pedrera, um pequeno povoado localizado na margem do rio Caquetá, ponto de ingresso ao *parque-resguardo Yaigojé-Apaporis*, para tentar contatar alguém da associação indígena.

Quando cheguei a Leticia, em 9 de maio de 2017, conheci uma pessoa que tem trabalhado com o governo do Amazonas e conhece amplamente a região. Ele me sugeriu viajar até La Pedrera, lá tem um radiotransmissor, a partir do qual eu poderia ligar para alguma das aldeias no Apaporis, falar com algum capitão, e até combinar uma visita. Para chegar a La Pedrera, tinha que pegar uma aeronave que sai uma vez por semana de Leticia. Para essa semana, as passagens

¹⁹ Algum tempo atrás visitei a sede desta ONG em Bogotá procurando obter informação sobre a forma de entrar em contato com as lideranças da ACIYA, mas eles disseram que no momento não tinham nenhuma atuação no Apaporis, que seus projetos estavam localizados na área do rio Pirá-Paraná, o que não era verdade. No entanto, tempos depois, foi nessa instituição que consegui a maior parte do material bibliográfico trabalhado nesta pesquisa. No capítulo 3 realizo uma análise mais extensa sobre esta ONG.

estavam já reservadas, mas existia a possibilidade de conseguir um assento caso alguém desistisse, ou que sobrasse espaço da carga que levaria o avião. Na noite anterior à viagem, liguei de novo para Gonzalo Macuna, como tinha feito tantas vezes, mas o telefone dele continuava sem serviço, indício de que possivelmente ele estava no interior do Amazonas.

No seguinte dia cheguei cedo ao aeroporto, tudo indicava que conseguiria viajar, e quando estavam levando minha mochila para o avião, uma das pessoas responsáveis de assistir os passageiros, ao saber do motivo da minha viagem, me disse que os membros da ACIYA tinham chegado a Leticia nesse avião no dia anterior para algumas atividades relacionadas com a administração do território. Nesse momento liguei de novo para Gonzalo Macuna, ele atendeu e confirmou que estava em Leticia junto com outros membros da ACIYA, e que ficariam essa semana para discutir junto com os funcionários de PNN a construção do *Regimen Especial de Manejo* (REM) do Parque, e para um assunto de reestruturação da associação. Assim, tive que pegar de novo minha mochila e ficar em Leticia.

Combinamos um encontro onde eu apresentei minha proposta de trabalho, a mesma que havia enviado meses atrás. Ali soube que a associação tinha um novo representante de território, Robin Día, com quem eu devia me comunicar doravante. No encontro, estiveram o antigo e o novo representante de território, um capitão de uma aldeia, e quatro outros membros da ACIYA. Todos observaram rapidamente o projeto enquanto eu falava que minha ideia era pesquisar sobre a proposta de manejo do território que estavam desenhando, e sobre a construção de relações com outros atores, por exemplo, o processo de discussão que nesse momento estavam desenvolvendo com PNN, mas que eu estava aberto a sugestões sobre elementos que pudessem ser mais relevantes para eles. Também mencionei que eu queria ser mais um aliado no seu processo de defesa do território ancestral, e, desde a minha posição, colaborar no que fosse possível.

Conversamos sobre alguns inconvenientes que estavam apresentando-se na região, como o aumento no corte das verbas recebidas, o trânsito de mercadorias ilegais e de droga pelo território, e a presença de um grupo armado. Também mencionaram que estavam tendo algumas divergências sobre a proposta de manejo do território do PNN, e que aqueles dias seriam de

muito trabalho e discussão. Ao final, eles disseram que discutiriam minha proposta com os funcionários de *Parques* e me dariam uma resposta ao final do dia.

No seguinte dia não sabia nada deles, decidi caminhar um pouco por Leticia para ver se com sorte os achava. Efetivamente me encontrei com Gonzalo e a resposta que me deu foi que eles agora estavam num processo de reestruturação da associação e dos protocolos com *Parques*, e que deviam construir o *Régimen Especial de Manejo* dentro de uma data máxima estabelecida pelo governo nacional (Outubro/ 2017). Então, que nesse momento não permitiriam a visita de pesquisadores na área (o que vem acontecendo faz algum tempo). Gonzalo agradeceu o interesse de trabalhar com eles, e disse que talvez mais adiante existisse uma possibilidade ajustando-me ao novo protocolo que seria elaborado sobre a presença de pesquisadores externos na área do Apaporis. Eu perguntei se era possível então realizar uma entrevista naqueles dias, mas a resposta foi que seria difícil pelo pouco tempo disponível que tinham. Além disso, ele acrescentou que eu tinha infringido os protocolos ao enviar o *derecho de petición* a *Parques Nacionales*. Eu lhe expliquei que não tinha realizado essa petição, que eu somente enviei um correio eletrônico com a proposta de pesquisa e uma carta manifestando o meu interesse de visitar o Apaporis, tal como ele me havia indicado. Finalmente, perguntei se tinha algum problema se eu continuasse trabalhando sobre o Apaporis desde os documentos e informações disponíveis, ao que ele respondeu que não havia nenhum inconveniente.

Minha sensação depois dessa conversa foi de derrota, senti que tinha investido muito tempo tentando chegar ao Apaporis e finalmente não seria possível fazer o “trabalho de campo planejado”, mesmo que essa fosse uma situação que estava contemplando desde muito tempo, e que até havia sido advertida por minha orientadora. Entrei num momento de angustia e comecei a considerar que devia trocar meu tema de pesquisa, que não teria como desenvolver uma dissertação de mestrado em Antropologia sem passar alguns dias com as pessoas e no lugar sobre o qual queria falar.

No entanto, avaliei as possibilidades que ainda tinha em Leticia e decidi ir à sede da *Universidad Nacional de Colombia* para procurar algum dos professores do programa de pós-graduação em Estudos Amazônicos, tentando obter alguma recomendação. Consegui falar com

Carlos Gilberto Zárate e com Juan Álvaro Echeverry. Eles me confirmaram as dificuldades de trabalhar no Apaporis e me indicaram os nomes de algumas pessoas que foram muito importantes na conformação do parque e que poderiam ter informação útil. Mas o mais importante foi que me convidaram para que participasse de um encontro coordenado pelo professor Juan Álvaro²⁰ que aconteceria na seguinte semana nessa universidade, onde jovens do Apaporis apresentariam os resultados de sua experiência como pesquisadores dentro do processo de conformação do Parque.

O encontro aconteceu durante três dias e tinha como título: *Ecología de saberes amazónicos para la defensa del territorio: el Resguardo-Parque Yaigojé-Apaporis y los indígenas en la Universidad*²¹. Pelo rio Apaporis participaram como expositores Maximilano Tanimuka, Chela Román, Criselida Tukano, Jairo Macuna, Martin Letuama e Robín Dia, o novo representante de território da ACIYA. Do rio Pira-paraná participaram Reynel Ortega e Diego León, membros da *Asociación de Capitánes y Autoridades Tradicionales Indígenas del Pirá Paraná–ACAIFI*. Estes dois grupos pertencem ao território dos jaguares de Yuruparí. Também participaram estudantes indígenas de pós-graduação da Universidade Federal do Amazonas-UFAM, e da mesma *Universidad Nacional de Colombia*, além de funcionários da *defensoria del Pueblo*, de PNN, e da FGA, entre outros²².

O encontro foi muito útil para meu processo de pesquisa. Consegui escutar diretamente daqueles que possivelmente serão os futuros representantes do Apaporis, e que já são importantes lideranças, a respeito de sua experiência dentro do processo de conformação do parque nacional. Os (as) jovens pesquisadores (as) do Apaporis falaram sobre sua experiência no registro do conhecimento tradicional e dos lugares sagrados, o que levou a uma aproximação entre eles e os

²⁰ Juan Álvaro Echeverri tem atuado na Amazônia colombiana desde os anos 90, principalmente no desenvolvimento de políticas públicas para o ordenamento territorial da região, assessorando tanto a instituições governamentais e não governamentais, quanto aos povos indígenas. Sua participação na região está ligada a criação em 1994 da sede Amazônia da *Universidad Nacional de Colombia*, e do *Instituto Amazónico de Investigaciones (IMANI)*.

²¹ O encontro faz parte de um trabalho de parceria entre a *Universidad Nacional de Colombia* e a Universidade Federal do Amazonas (UFAM), que procura compartilhar experiências sobre a inserção dos indígenas no contexto universitário. Tinha como particularidade, a participação dos grupos de jovens pesquisadores do Apaporis que apresentariam sua experiência de pesquisa própria. Vale a pena mencionar que, nenhum dos jovens do Apaporis, está cursando nem tem formação universitária.

²² Estas instituições, PNN, FGA, e *Defensoria del pueblo*, realizaram apresentações sobre sua participação no processo de conformação do parque Yaigojé-Apaporis, cada uma desde um foco e uns procedimentos diferentes, mas todas dentro de um interesse compartilhado por proteger o território da mineração e apoiar os indígenas do Apaporis em seus processos organizativos.

(as) mais velhos (as) ou tradicionais, sobre as atividades de mapeamento, e a conformação dos grupos de pesquisa de homens e mulheres, entre outros. Dentro do mencionado no encontro, considero importante salientar que eles(as) reconheceram que o acompanhamento feito ao longo do tempo por profissionais, especialmente por antropólogos(as), tinha sido de grande ajuda no reconhecimento de seus direitos e nas lutas particulares apresentadas pelos povos do Apaporis, mas que estavam num momento no qual queriam desenvolver suas próprias pesquisas e assim conseguir a valoração do seu conhecimento ancestral, além de serem reconhecidos como autoridades ambientais pela “sociedade nacional”.

Durante o encontro também consegui entrar em contato com uma das pessoas da *Fundación Gaia Amazonas* que tem trabalhado como assessor das associações indígenas da região nos seus processos de representação política e ordenamento territorial nos últimos anos. Esta ONG é um ator de muita importância dentro da história dos últimos 30 anos dos povos indígenas do noroeste amazônico. No caso da ACIYA, tem sido um importante aliado que, em grande medida, faz um trabalho de mediação entre os indígenas e outros atores, além de fornecer apoio institucional e de gerir projetos, principalmente no âmbito internacional. Sem embargo, no decorrer do encontro pude ver como os(as) jovens do Apaporis tinham certa relação de dependência do funcionário da FGA, seja no manejo do material que seria exposto, no uso de uma linguagem relacionada com o “ambientalismo”, e até na localização dentro do auditório. Inclusive teve um momento no qual a resposta a uma pergunta dirigida a um dos jovens, foi complementada e finalmente respondida pelo funcionário da FGA²³.

Ao finalizar o encontro falei com Robin, o novo secretário de território, para saber de que forma eu podia conseguir mais documentos sobre o processo no Apaporis. Ele respondeu que se queria ter acesso aos documentos do processo de declaratória do parque, uma grande parte deles estava nas mãos de PNN, já que nas aldeias seria muito difícil ter esse material em boas condições, e *Parques* cumpria a função de custodiar esses materiais. A FGA também tinha parte dos documentos, assim como a *defensoría del Pueblo* (ambos em Bogotá), que estava realizando

²³ A atuação desta ONG tem sido motivo de crítica por parte de alguns setores indígenas e não indígenas que consideram que esta se aproveita do discurso do “nativo ecológico” para obter apoio econômico do estrangeiro. No entanto, para os membros de ACIYA o apoio oferecido pela GAIA tem sido fundamental nas lutas pelo reconhecimento de sua autonomia e na defesa do território. Sobre a *Fundación Gaia* ver Capítulo 4.

uma avaliação do processo de declaratória do parque para determinar qual foi a participação da mineradora *Cosigo*. Então ele me sugeria que procurasse nessas instituições. Seguindo essas indicações, visitei a sede de PNN em Leticia para solicitar os documentos, e ao mesmo tempo, conhecer a Diego Muñoz, o chefe do parque, com quem tinha trocado vários correios eletrônicos. A resposta dele foi que não tinha nenhum documento que me pudesse dar, já que eles somente cumpriam com o dever de armazenar os diversos documentos elaborados no processo de conformação do parque, e qualquer solicitação desse tipo precisava de uma autorização da associação indígena. Quando regressei a Bogotá visitei a sede da Territorial Amazônia, onde conversei com alguns funcionários que participaram no processo de criação do parque e que me facilitaram vários documentos como as resoluções de criação e ampliação do resguardo e do parque, o plano de vida da ACIYA, entre outros documentos produzidos por *Parques nacionales*.

A experiência de pesquisa aqui relatada permite ver a multiplicidade de atores envolvidos nesta situação que, de uma ou outra forma, marcam sua presença desde os discursos e práticas que constroem sua ação em relação aos povos indígenas do Apaporis, e frente ao manejo do território. No meu modo de ver, essa multiplicidade de atores foi um dos elementos que dificultou o meu processo de pesquisa, sendo um elemento importante a ser considerado dentro da prática de produção de conhecimento nestes contextos. A grande maioria de produção de informação de diversas naturezas, gerada nos últimos tempos sobre o Apaporis, provém de pesquisadores que têm algum vínculo com as ONG ou com instituições estatais que atuam na região, seja PNN, FGA, *Defensoria del Pueblo*, *Universidad Nacional*, ou a mesma ACIYA, entre outros. Deste modo, o desenvolvimento de pesquisas nesta região parece estar amplamente relacionado com os propósitos e abordagens dessas instituições, e no presente caso, eu não contava com nenhuma afiliação ou proximidade com alguma destas instituições. No obstante, depois de tanto insistir num lado e no outro, foi por conta de funcionários PNN e da FGA que obtive a maioria dos documentos que fundamentam a análise a ser apresentada nos seguintes capítulos.

* * *

“Corre transversalmente, rompe con su fuerza los tepuyes de Chiribiquete para unirse con el río Caquetá y desembocar juntos en el Amazonas. Son aguas que saltan de raudal en raudal y que forman uno admirable, el Jirijirimo, donde el río cae en cascada unos 50 metros, formando nubes de lluvia y arco iris”.
(Alfredo Molano, 2002)

3. ORGANIZAÇÃO SOCIAL, TERRITORIAL E POLITICA NO APAPORIS

Neste capítulo apresento uma breve revisão sobre o sistema amplamente reconhecido de organização social dos povos indígenas que habitam no Noroeste amazônico colombiano, destacando as mudanças ocorridas nos últimos tempos. Boa parte da informação apresentada faz referência principalmente à etnia Barasana, povo localizado majoritariamente entre os rios Piráparaná e Apaporis, no departamento de Vaupés e pertencente à família linguística Tukano Oriental. Posteriormente realizo uma análise sobre o surgimento da figura do *resguardo indígena* na Colômbia e sobre o processo de criação (1988) e ampliação (1998) do *resguardo indígena Yaigojé-Apaporis*. Por último, apresento o processo de surgimento e conformação das associações indígenas na Amazônia colombiana na década de 1990, após a aprovação da *Constitución Política de Colombia* em 1991, e a criação da *Asociación de Capitanes Indígenas del Yaigojé-Apaporis* (ACIYA) em 1994.

3.1 Quem são os povos indígenas do Noroeste-amazônico

Para a análise que apresento neste segmento, utilizei como base um dos mais importantes trabalhos publicados sobre povos assentados nesta macro região amazônica, o livro de Stephen Hugh-Jones *La palma y las pléyades. Iniciación y cosmología en la amazonia noroccidental*, publicado em 1979 pela Universidade de Cambridge e traduzido ao espanhol pela Universidad Central de Colômbia (2011). O livro é produto de uma longa estadia de Stephen Hugh-Jones em companhia de Christine Hugh-Jones entre os Barasana.

Além do trabalho mencionado, farei uso de outros textos, principalmente do livro de Christine Hugh-Jones, *Desde el rio de leche. Procesos espaciales y temporales en la Amazonia*

noroccidental, também publicado pela Universidade de Cambridge em 1979 e traduzido ao espanhol pela Universidad Central (2011)²⁴.

Uma das principais discussões propostas por S.Hugh-Jones na época, diz respeito à ideia que prevaleceu nas primeiras pesquisas realizadas no Noroeste Amazônico, de tentar conceber os povos tukano-falantes como culturalmente homogêneos. Ideia que parte da consideração de assumir uma correlação imediata entre língua e cultura²⁵. Para ele, apesar de existir uma língua compartilhada pela maioria de habitantes da região do Noroeste amazônico, existem importantes variações entre algumas etnias quanto às práticas cosmológicas, de organização social, parentesco, entre outros, produto em alguns casos, da proximidade em relação a povos de descendência da família linguística Arawak. Esse é o caso dos Yukuna, que receberam uma forte influência dos Tukano. Este fato também foi comentado por Robin Wright ao falar de um processo de “tukanização dos arawak”, fenômeno que também se encontra na direção oposta e que pode ter outro tipo de causas, como a migração ou a guerra, tema que será tratado mais adiante. É importante deixar claro que existem grupos na região como o caso dos Yuhup (Yujup), cuja língua pertence à família Makú-puinave, ou os Cabiari, Yukuna e Matapi, cujas línguas são Arawak (FRANKY, 2010), que dão conta de um processo de inter-relação linguística e cultural e de uma importante variedade étnica dos povos que habitam esta região. Sobre as particularidades presentes na região S.Hugh-Jones comenta:

Algumas características (*linguísticas e culturais*) são comuns a todos os indígenas da região do Vaupés e sugerem que a influência Tukano se espalhou tanto desde o norte quanto desde o oriente; outras como as danças com máscaras, associadas ao fruto da palma pupunha (*Gulielma gasipaes*), somente se encontram entre os grupos Tukano localizados mais ao sul (Makuna, Tanimuka, Letuama) do Baixo Pirá-paraná e Apaporis, e sugerem uma influência Arawak que provém do sul. Em alguns aspectos, os indígenas do Pirá-Paraná e do Apaporis, os únicos falantes de Tukano oriental que não vivem na área do rio Vaupés e seus afluentes, são marginais em relação ao bloco principal da cultura Tukano e mostram certas características de transição entre a cultura Arawak e a Tukano (2011, p. 50).

²⁴ Os títulos originais da primeira publicação destes livros são: *The Palm and the Pleiades. Initiation and Cosmology in Northwest Amazonia*, e *From the Milk River. Spatial and temporal processes in Northwest Amazonia*, Cambridge University Press (ed.).

²⁵ Discussão já proposta na Antropologia para outros contextos, caso do Franz Boas no texto *Race, language and Culture* (1940).

Igualmente François Correa menciona como essa relação construída através de diversos processos históricos entre os povos indígenas do Pirá-paraná e do Apaporis, falantes de língua Arawak e Tukano, tem resultado no estabelecimento de prolongados intercâmbios econômicos, sociais e culturais, que fazem dessa região uma extensa rede de intercâmbio social e cultural denomina por ele como *Complejo Sociocultural del Vaupés* (2007, p. 367). Importante mencionar que na família linguística Tukano Oriental, existe uma língua específica chamada tukano e também um grupo que fala essa língua e é reconhecido por esse nome, fato que pode criar confusão. Por isso quando se fala de Tukano, faz-se referência de maneira geral aos grupos “tukano-falantes”, que pertencem a essa família.

A partir disso, podemos dizer que os povos indígenas Tukano do Vaupés compartilham uma série de características culturais básicas como, por exemplo, os padrões de subsistência alimentícia, processo baseado principalmente no cultivo de mandioca (a variedade mais cultivada é a mandioca brava ou amarga que precisa de um processo de tratamento para eliminar sua substância tóxica, procedimento feito pelas mulheres), combinado com a pesca, elemento de grande importância relacionado com a proximidade em relação aos rios, a caça e a coleta, sublinhando que várias destas etnias mantêm relações de troca com os Makú, grupo de caçadores coletores presentes na região. Os padrões de moradia e assentamento tradicionais são constituídos por grandes malocas onde podem moram vários clãs. Possuem uma distribuição espacial específica e são construídas, geralmente, perto dos rios e com uma distância considerável uma da outra. Ainda que, na atualidade, a maioria de aldeias tem uma estrutura de casas separadas por unidades familiares, com uma maloca central para atividades cerimoniais, onde em alguns casos, mora o avô ou tradicional da aldeia²⁶. Quanto às formas de parentesco e organização social, predomina “a terminologia de parentesco dravídico combinada com o casamento bilateral cruzado, entre primos de clãs ordenados hierarquicamente pela linha paterna” (HUGH-JONES, 1979, p. 53). Além de um dos elementos mais destacáveis, o compartilhamento de modos de organização ritual e de tradição mitológica.

²⁶ Essa mudança na forma dos assentamentos foi principalmente incentivada pelas missões religiosas que procuravam estabelecer formas de organização ocidentais.

A tradição mitológica de origem apresenta os povos Tukano Oriental como descendentes da anaconda ancestral que, ao passar pelos rios, foi deixando aos primeiros ocupantes do território em diversos pontos, e ao mesmo tempo, estabelecendo os *sítios sagrados*²⁷ que compõem o macro território²⁸. Em consonância, os estudos sobre o processo de ocupação da região segundo Franky (2006), e seguindo as propostas pioneiras de Nimuendajú (1950), Lathrap (1979) e Dolmatoff (1997), apontam para um processo de migração desde as partes baixas do Amazonas (baixo rio Negro) em direção as cabeceiras dos rios (a montante). Os primeiros ocupantes do território teriam sido os ancestrais dos makú-puinave, seguidos da família linguística proto-arawak, que sofreu várias divisões, sendo os proto-Maipure o grupo que ocupou o Noroeste amazônico. Finalmente chegariam os ancestrais dos tukano oriental. No percurso da história, estes três grupos teriam sofrido processos de transformação através do contato que derivariam nas configurações finalmente conhecidas e nomeadas anteriormente. Também existe presença na região de povos Caribe, principalmente do grupo conhecido como Carijona.

Na estrutura de pensamento mítico, os ancestrais foram deixados ao longo dos rios numa ordem de importância onde os grupos de mais alta posição ficaram nas partes baixas dos rios, até chegar às cabeceiras, onde se localizam os de menor nível (na cauda da anaconda). Ao mesmo tempo essa distribuição mítica “ideal” com respeito ao corpo da anaconda, outorga a cada grupo uma função específica. C.Hugh-Jones (1979) e Reichel-Dolmatoff (1997) identificam aos descendentes da cabeça como maloqueiros ou chefes de maloca (üjara), aos do pescoço como cantores (bayaroa), aos da metade como guerreiros (güamara), os seguintes são xamãs (Kumu) e

²⁷“Diversas cachoeiras, pedrais, estirões, serras e outras formações que compõem as paisagens do Noroeste Amazônico são para os povos indígenas importantes reservatórios de energia vital responsáveis pelo equilíbrio dos ecossistemas e pela vida de humanos e não-humanos. Oriundos dos tempos da origem do mundo, estes locais constituem as moradas de diversos espíritos guardiões (ou donos) das florestas, dos rios, dos animais e dos alimentos cultivados. Por isso exigem hoje uma atenção e um cuidado especial por parte dos pajés, curadores e mesmo das pessoas comuns, já que são fontes de poderes essenciais para a manutenção da vida”. (SCOLFARO, Aline, et. al. 2013, p. 20).

²⁸ Outros grupos que habitam na região têm outra concepção da sua origem. Por exemplo, os Tanimuca, que segundo Franky (2006) seriam Arawak, mencionam a existência de seis mundos anteriores, sendo este um sétimo mundo que, como os anteriores, desaparecerá (Franky, 2010). O mito de origem da anaconda também apresenta algumas variações entre os grupos da região. Segundo Franky (2006) e Hildebrand (1997), os Tanimuca não compartilham o complexo mítico da anaconda ancestral, nem a forma das malocas (retangulares), típicos dos grupos Tucano Oriental. Esta discussão sobre a relação entre grupos Arawak e Tukano, mencionada por Hugh Jones e posteriormente retomada por outros pesquisadores como Franky, é muito importante se considerarmos que na atualidade, os grupos com maior relevância xamanística e política no Baixo Apaporis são os Macuna, Tanimuca e Letuama, povos que compartilham importantes características de origem Arawak. Essa situação leva ao surgimento de um processo de negociação com os grupos de origem Tukano sobre diversos aspectos para o manejo do território.

os da cauda são os serventes. (josa). Essa última categoria tem sido amplamente utilizada entre as etnias da região para referir-se aos Makú. Um fato interessante dessa localização mítica é que existe uma relação entre a atribuição desses lugares segundo a ordem de importância, e as características destes. Assim, os lugares da parte baixa dos rios que correspondem aos grupos de mais alto nível, são zonas mais produtivas, contrário às cabeceiras dos rios que possuem menos recursos. Esse fato levaria à existência de uma relação hierárquica e de direitos territoriais relacionados com o acesso aos recursos (FRANKY, 2006), assim como ao estabelecimento de redes comerciais e a aparição de relações de dependência²⁹.

A partir dos diversos acontecimentos históricos, a organização mítica na região sofreu múltiplas transformações. No processo de encontro dos primeiros habitantes que chegaram à região, deram-se vários tipos de relacionamentos entre eles, em alguns casos de estabelecimento de laços de parentesco através da troca de mulheres, em outros, os enfrentamentos pelo território e pelo rapto de mulheres foram significativos em processos de alianças com outros grupos, e até mesmo as disputas dentro dos próprios grupos entre agnatos foi algo recorrente no processo de organização, situação comentada em vários relatos míticos. A guerra foi um elemento importante na organização da região e dá uma ideia dos processos de fortalecimento e solidificação da organização interna dos diversos povos. Igualmente os relatos míticos dão conta de um processo de comércio com assentamentos europeus durante a época da colônia, principalmente com Manaus. As comunidades do Vaupés faziam excursões pelos rios até Manaus com o fim de obter objetos, principalmente dos portugueses. Nesse tempo, chegaram ao Vaupés grupos de guerreiros conhecidos como os “comegente” que capturavam indígenas de outras comunidades para serem trocados como escravos aos portugueses, em troca de mercadorias.

No final do século XVII, os portugueses começaram a ocupação da bacia do rio Negro e fizeram alianças com grupos indígenas, em especial os manaos, para conseguir escravos que trabalharam na extração de drogas do sertão, (cacau, baunilha, zarzaparrilla, cravo, gengibre, âmbar, etc.) para abastecer o mercado europeu (Farage, 1991). O contato inicial não foi direto e valeu-se das redes comerciais nativas para o escambo de mercadoria por escravos, e muitos grupos decidiram refugiar-se nas

²⁹ Essa situação geográfica tem igualmente um impacto dentro da organização política na atualidade. Devido às difíceis condições para se movimentar, as comunidades localizadas na parte alta do rio ficam isoladas de algumas das decisões que são tomadas nas principais aldeias, que estão localizadas na parte baixa do rio, ou de atividades que precisam o deslocamento dos capitães indígenas ou representantes das comunidades até Leticia.

cabeceiras dos rios e isolar-se (S.Hugh-Jones, 1981). Os portugueses continuaram fazendo alianças com certos grupos, como os Koretus ou corotus (Llanos y Pineda, 1982) e os makurã o wüjana no Apaporis, sendo finalmente escravizados e deportados. (CAYÓN, 2004, p. 105)

Estes guerreiros aproveitaram os conflitos já existentes na região entre os grupos para potencializar os enfrentamentos e assim obter mais escravos. Este fenômeno tem sido documentado para grande parte da região amazônica, e Menéndez menciona como este processo se desenvolveu na região do Madeira-Tapajós onde os brancos (portugueses principalmente neste caso) não criaram conflitos, só se aproveitaram dos já existentes.

A utilização de tropas mercenárias constituídas por aborígenes -e especialmente Munduruku- contra outros grupos indígenas parece ser fator de capital importância para a mobilidade tribal na área no decorrer de boa parte do século XIX, momento em que a presença do branco afirma-se de modo definitivo (...). Mesmo no caso de sociedades como a dos Tapajós, que conheciam a escravização, a exploração do trabalho escravo jamais teve essa intensidade em tempos pré-colombianos. A morte dos índios submissos ao colonizador branco foi igualmente muito mais significativa, não só pela violência com que foram submetidos, mas também pelo contágio de doenças antes desconhecidas. E, além disso, houve ainda as guerras de extermínio, como a contra os Mura e as muitas outras "guerras justas", como se denominavam essas expedições punitivas. (MENÉNDEZ, 1992, p. 291)

Igualmente, Simone Dreyfus (1993) mostra no caso da Guiana Ocidental como as lutas territoriais e econômicas dos diferentes atores coloniais presentes na zona, portugueses, espanhóis, e holandeses, envolveram as comunidades indígenas e produziram grandes efeitos de diminuição populacional e, por conseguinte, perda de processos culturais.

As desordens, as exacerbações das lutas indígenas e a acentuação do declínio de suas redes políticas (sobretudo na segunda metade do século XVIII) são evidentemente a consequência das políticas coloniais, das rivalidades entre potências e das crescentes pressões econômicas. Até sua derrota na Europa, pela Inglaterra, os holandeses preponderaram pela extensão de seu território e sobre tudo pelos lucros que extraíam das plantações e do comércio, graças às manipulações dos grupos indígenas (Dreyfus, 1993, p. 33).

Este processo levou tanto à diminuição e até desaparecimento de vários grupos indígenas, como ao processo de deslocamento das comunidades, sendo que muitos fugiram das áreas próximas aos rios e se estabeleceram no interior da selva, perdendo assim seus locais de origem, o que levou posteriormente a uma reconfiguração do ordenamento espacial na região. Vários relatos contam como na tentativa de voltar aos territórios ancestrais, produziram-se novos conflitos que derivaram em rupturas e alianças (assimilação) sendo que algumas perduram até hoje. No entanto, estes não foram os únicos eventos que reconfiguraram a ordem na região. Processos posteriores, como o auge da borracha na primeira guerra mundial que teve grandes consequências para a região³⁰, um segundo momento na segunda guerra mundial, o estabelecimento das missões religiosas, o auge do mercado de peles de animais, o cultivo de coca para a produção de droga, a mineração e a presença de múltiplos atores armados, assim como do governo colombiano e de ONGs ambientalistas e indigenistas, tiveram grande repercussão na região. Cayón (2008) menciona que inclusive os Macuna modificaram alguns de seus mitos para introduzir os brancos nos seus relatos e assim mudar a perspectiva que se tinha destes como estrangeiros para que comesçassem a ser parte do universo de pensamento. Do mesmo modo, Stephen Hugh Jones (1988) menciona a inclusão dos brancos (principalmente missionários) nos mitos *barasana*³¹, o que demonstra a criatividade analógica que têm os xamãs amazônicos de atualizar constantemente a mitologia de seu grupo, em função das contingências e acontecimentos da história imediata (ALBERT, 2002).

3.1.1 O modelo “ideal” de organização

Segundo a classificação feita por C.Hugh-Jones (1979), os Tukano estão divididos em grupos exógamos de descendência patrilinear, que por sua vez se dividem em outros grupos seguindo esse padrão. Essa divisão exogâmica se apresenta em três unidades: fratrias, grupos

³⁰ Caso dos Macuna que abandonaram seu lugar de origem fugindo dos *caucheros*, e se refugiaram no território dos Letuama. Tempo depois quando voltaram ao território ancestral encontraram o seu Yuruparí, fonte de força vital, destruído. (CAYÓN, 2004).

³¹ Seria interessante analisar se existe algum tipo de reelaboração nas narrativas míticas no Baixo Apaporis, relacionada com a chegada da mineradora, e sobre a valoração dos recursos existentes no território, especificamente do ouro. No capítulo 4 realizo uma breve análise sobre a concepção dos povos do Apaporis sobre o ouro.

exógamos e clãs³². Assim uma regra básica presente na região é a necessidade de estabelecer relações matrimoniais com grupos que falem uma língua diferente da própria, exogamia linguística. As fratrias são associações de vários grupos exógamos dentro de uma relação hierárquica, que se encontram localizados numa ampla área, não necessariamente contígua, e que estão unidos pela regra da exogamia. Seus nexos se estruturam através de múltiplas relações de comércio, guerra, rituais, entre outros. Por sua vez os grupos exógamos são um agrupamento hierárquico de clãs, a posição de cada clã está estabelecida pela ordem de nascimento dos seus membros que são filhos do mesmo pai, ordem que outorga a cada clã uma função designada dentro do grupo, da maneira como já foi mencionado: chefe, dançador/cantor, guerreiro, xamã, e serventes. Os clãs são pequenos grupos de descendência fundados por um progenitor e que estão organizados do filho mais velho ao mais novo. C. Hugh-Jones também identifica uma categoria que denomina “grupo local de descendência”, que se refere ao grupo de parentes agnáticos que formam o núcleo de população de uma maloca. Segundo Stephen Hugh Jones

O núcleo da maloca está formado por um grupo de irmãos casados ou primos paralelos, junto com suas esposas e filhos. Com frequência estarão um ou ambos os pais ainda vivos (...). Em cada maloca, os homens adultos formam uma espécie de “conselho” informal que toma decisões, as quais são comunicadas depois por um deles, o chefe [em geral o irmão mais velho] (2010, p. 166).

Esse conselho mencionado por Hugh Jones é o encarregado de decidir quando realizar danças ou qualquer tipo de celebração, assim como de decidir o momento em que seus filhos estiverem prontos para a iniciação (Yuruparí). O modelo de organização tukano, construído através do relacionamento entre os povos que ocuparam a região, como mostrado anteriormente, ainda que encontrado atualmente em vários grupos indígenas que tem procurado manter suas formas “tradicionais” de organização, tem sofrido novas mudanças nos últimos tempos, motivadas principalmente pela intensificação da ação do contato com a sociedade nacional³³. Por

³² Outros autores como Janet Chernela (1983), Jean Jackson (1983) e Irving Goldman (1963) utilizam o termo sib em vez de clã.

³³ Entendida a “sociedade nacional” para esse contexto, como a relação principalmente com instituições do governo nacional, departamental e regional, ou com instituições que em algum momento representaram ao estado, caso das missões religiosas no passado. No entanto, existem outros atores como as ONGs, os *colonos*, garimpeiros, comerciantes e pesquisadores, entre outros, que também podem ser considerados nesta categoria. Importante mencionar que nas aldeias localizadas dentro do resguardo Yaigojé-Apaporis, é praticamente inexistente a presença de pessoas não indígenas.

exemplo, no caso do Baixo Apaporis, o papel do guerreiro na atualidade somente é encontrado nos rituais, a guerra foi deixada nos relatos de outros tempos³⁴. Igualmente como já mencionado, os padrões de assentamento caracterizados pelo agrupamento numa grande *maloca*, mudaram ao modelo de casas familiares separadas, e as normas de casamento não são seguidas com o rigor de tempos pretéritos. Do mesmo modo, na atualidade os diversos povos estão organizados em associações, cada aldeia conta com um representante chamado capitão, que é o encarregado de manejar as relações com o estado colombiano, e o território está organizado a partir da figura de *resguardo indígena*, e algumas zonas como parque nacional natural, entre outras figuras de organização territorial, em sua maioria, criadas a partir do encontro colonial e envolvendo a violência do monopólio da força por parte do estado colonizador. Com relação a essas transformações Cayón menciona:

Tudo isso tem introduzido uma noção de desordem que se reflete na cisão dos segmentos dos grupos e em algumas alterações das percepções sobre a identidade, já que começam a operar como variáveis de definição, o pertencimento a determinada aldeia, resguardo, ou associação indígena. A divisão interna por clãs tem se modificado devido à dispersão de seus segmentos, outros têm sido assimilados por grupos de aliados ou parentes, e alguns têm se deslocado para lugares distantes do seu território tradicional (2004, p. 107).

Como visto anteriormente, um dos elementos compartilhados pela grande maioria dos povos do noroeste amazônico dentro do modelo “ideal” de organização, são as formas de residência e os mitos e rituais que apresentam grande similitude. Apesar de que a *maloca* não seja mais a grande unidade de moradia presente na região, esta enorme casa continua tendo uma grande importância devido a que no seu interior está representada a totalidade da sociedade e do cosmos. É o lugar para os rituais e a reprodução da vida, trabalho confiado aos xamãs. Martin von Hildebrand caracteriza a *maloca* da seguinte forma

A maloca é um modelo do cosmos. É o espaço sagrado que permite à comunidade se comunicar plenamente com os seus ancestrais e com os demais espíritos do universo [...] para o manejo do mundo. É o lugar de realização dos rituais, onde jazem os restos físicos dos mortos, onde os espíritos ancestrais descem durante os rituais para viver

³⁴ Autores como Carlos Franky (2004) e Luis Cayón (2001) mencionam que a última guerra na região aconteceu em meados do século XIX entre os Macuna e Tanimuca.

entre os humanos; a comunidade e os ancestrais tornam-se um, são a origem de tudo (apud SASTOQUE et al, 2016, p. 19).

No interior da maloca existe uma distribuição espacial que diferencia os indivíduos segundo sua posição, idade, sexo, condição de visitante ou de morador. Inclusive existe uma porta para cada gênero, os homens entram e saem pela porta da frente e as mulheres e as crianças pela de trás. A parte de trás da maloca é também onde está localizada a cozinha e onde é tratada a mandioca para a produção de *casabe*³⁵, atividade inteiramente feminina. Igualmente, o uso do espaço da maloca varia segundo o momento do dia, por exemplo, durante o dia o centro da maloca é utilizado somente para comidas comunais, mas pela noite os homens se sentam no centro, ou na parte destinada dentro da maloca, para conversar enquanto se consome tabaco e se *mambea coca*³⁶. Essa parte da maloca é conhecida como o *mambeadero*.

Imagem 1- O sabedor tradicional Rondón Tanimuca e a sua maloca



Fonte: SASTOQUE et al, 2016, p. 14.

³⁵ O *casabe* é uma preparação com farinha de mandioca que faz parte fundamental da dieta dos povos da Amazônia.

³⁶ O *mambe* é uma mistura de folha de coca tostada e pulverizada com cinzas da árvore de *Yarumo*, de consumo regular na maioria de povos indígenas da Amazônia colombiana.

Imagem 2- Elementos sagrados: as *cuyas* sagradas, o banco de pensamento, o mambe e o tabaco



Fonte: SASTOQUE et al, 2016, p. 18.

A maloca tem um lugar central na reprodução da tradição, ali são realizados a maioria dos rituais, além de ser o lugar de acolhimento dos visitantes, tanto ocasionais como quando se realiza um convite para algum ritual ou celebração. Um dos rituais mais importantes que se celebra no Noroeste Amazônico, é o ritual do Yuruparí, que mais que um ritual é a maior expressão da vida religiosa dos povos da região. Segundo S.Hugh-Jones (2011), pela palavra Yurupari podem ser entendidas geralmente três coisas. Em primeiro lugar, pode referir aos instrumentos sagrados (flautas e trombetas), que são tabus para as mulheres e as crianças. Em segundo lugar, utiliza-se quando se fala de maneira genérica de alguns seres míticos. E finalmente, quando se refere aos instrumentos sagrados e às crenças e rituais que os acompanham.

Assim, ao falar de Yurupari deve se entender que a palavra envolve uma série de significados inter-relacionados que se encontram em vários níveis e que têm grande importância na configuração dos povos do alto rio negro. Stephen Hugh-Jones (2011) menciona que entre os Barasana existem dois tipos diferentes de rito do Yuruparí. O primeiro se denomina Casa de frutos *He rica sōria wi*. Trata-se de um ritual feito com relativa frequência, onde se celebram as temporadas dos diferentes frutos selvagens e cultivados. Os frutos são recolhidos e levados à Maloca onde são distribuídos entre os assistentes numa espécie de troca. O outro ritual é Casa

*He*³⁷ *he wi*, o mais importante e elaborado ritual dos Barasana, que tem como função a introdução dos jovens no mundo dos homens através dos instrumentos *He*. Casa *He* é realizado com pouca frequência e sua celebração está baseada nos movimentos cósmicos das plêiades e nas mudanças do ambiente natural. O primeiro ritual não dura mais de um dia e uma noite, enquanto o segundo se celebra por três dias e três noites e é acompanhado de fortes restrições (alimentares, sexuais, e de bom relacionamento com o entorno e seus habitantes).

Casa de Frutos é considerada como uma preparação dos iniciados ao ritual principal, Casa *He*. No primeiro, os iniciados participam do ritual várias vezes durante um longo tempo até que se considera que é momento de mostrar-lhes os instrumentos sagrados, de fazer Casa *He*, momento que deve anteceder as chuvas das plêiades, que é o intenso período de chuvas na região e momento da maturação de certos frutos. No ritual de iniciação a figura de um poderoso xamã é fundamental, já que não são todos os xamãs da região que têm a capacidade e conhecimento para levar a cabo este ritual. Assim, muitas vezes os iniciados pertencem a grupos diferentes em relação ao do xamã. Através da ação do ritual e do xamã, o iniciado alcança outro estado, o *He* entra no seu corpo. Sobre este processo Cayón menciona:

Para os homens, a pertença ao grupo se reafirma durante a puberdade no ritual de *yuruparí*, celebrado para a iniciação masculina. Neste se tem contato direto com os espíritos ancestrais, rememoram-se a criação do mundo e as origens do grupo, acessa-se ao conhecimento metafísico e prático dos ofícios, e se adquirem as responsabilidades adultas por meio de uma morte simbólica com o seu posterior renascimento. Neste processo de morte, a individualidade se desvanece e surge a unidade coletiva: os jovens se convertem em órgãos de *Idejino* (anaconda de água); junto aos instrumentos sagrados que representam seus ossos e aos demais elementos rituais que simbolizam distintas partes como sua pele, coração ou cabeça, a maloca onde se efetua o ritual se converte no corpo do antepassado, tanto na sua aparência externa como interna (2004, p. 98).

Na realização dos diversos rituais para *Curación del Mundo*, que se estabelecem em relação ao manejo das épocas do calendário ecológico, os xamãs realizam um percurso pelos diversos *sítios sagrados* que foram estabelecidos pelos ancestrais míticos (rios, cachoeiras, montanhas, etc). Nos rituais, são nomeados uma grande quantidade de *sítios sagrados* junto com

³⁷ Stephen Hugh-Jones menciona que *He* é a forma como os Barasana se referem aos instrumentos sagrados, mas o termo tem uma riqueza muito ampla de significado que também se relaciona com os antepassados, com a condição mítica, é um estado e uma condição da pessoa, do universo e do cosmos.

seus donos espirituais, que fazem parte de um macro espaço xamanístico que é pensado como uma grande *maloca* (imagem 3). As *Curaciones de Mundo* promovem a prevenção de doenças, de conflitos, de acidentes, entre outros, e garantem a manutenção do equilíbrio regional e as condições para a reprodução da vida. Os *curadores* asseguram que as cerimônias de *curación* se realizam para o benefício de toda a humanidade, não somente dos grupos étnicos da região (ACIYA, 2000), daí a importância de proteger o território ancestral, e especialmente, os *sítios sagrados*.

Imagem 3- O território visto como uma grande maloca que contem os sítios sagrados que definem o trajeto do pensamento xamanístico



Fonte: SASTOQUE et al, 2016, p. 13.

3.2 Os resguardos indígenas. Em contexto

O *resguardo indígena* é uma figura criada “pela legislação espanhola como um mecanismo de segregação e proteção dos índios” (GUTIERREZ, 2011, p. 217) nas colônias. O *resguardo* surge como substituição da *encomienda*, figura que por mandato do Rei, concedia aos conquistadores como forma de pagamento por seus serviços, o controle sobre um grupo de indígenas para que trabalhassem para ele. A partir da promulgação das *Leyes Nuevas* em 1542, a figura da *encomienda* debilitou-se nas colônias espanholas na América, dando passo ao surgimento da figura do *resguardo*, principalmente no *Virreinato de Nueva Granada* (atual Colômbia) (GAMBOA, 2004). Segundo Margarita González, com a figura do *resguardo* a coroa espanhola “(...) procurava fundamentalmente *resguardar* o indígena, para protegê-lo dos vícios e

abusos causados pela coexistência com os espanhóis, e com o desintegrado grupo social dos *mestizos* (...)” (1992; 32). No entanto, para ela o verdadeiro motivo para que a coroa adotasse esta posição respondia à necessidade de “(...) conservar os grupos indígenas na situação mais favorável para que rendessem seu trabalho e seus impostos para a sociedade colonial (...)” (GONZÁLEZ, 1992, p. 32).

Com o estabelecimento da República (1810), a figura do *resguardo* foi herdada para a organização política, social e territorial dos indígenas na Colômbia. Nesse novo contexto, o *resguardo* faz referência principalmente ao reconhecimento da propriedade coletiva da terra e à autonomia indígena para seus usos e administração, segundo suas tradições e costumes. A *Constitución Política de Colombia* de 1991, no artigo 329, estabelece que esses territórios, são de propriedade coletiva e não alienáveis.

A lei definirá as relações e a coordenação dessas entidades com aquelas das quais faz parte. (...) No caso de um território indígena que inclua o território de dois ou mais departamentos, sua administração será feita pelos conselhos indígenas em coordenação com os governadores dos respectivos departamentos (CONSTITUCIÓN POLÍTICA DE COLOMBIA, art, 329)³⁸.

O projeto das elites dirigentes locais para a constituição do estado-nação colombiano foi a implantação do modelo da “nação de cidadãos”, que procurava, entre outras coisas, a incorporação progressiva dos indígenas como cidadãos à nação (CORREA, 2008), instaurando medidas como a abolição do pagamento de contribuições obrigatórias (tributo) e o reconhecimento da propriedade individual sobre os territórios ancestrais (GUTIERRES, 2011). Essa incorporação dos indígenas à “sociedade política”, era pensada em termos da incapacidade desses novos cidadãos para exercer dita cidadania. Os indígenas foram inicialmente assumidos no projeto da sociedade como menores de idade, e posteriormente, vieram a ser considerados como “cidadãos de segunda categoria”, ou como menciona Oliveira, a imagem acionada “seria certamente aquela do louco ou do desviante social” (1988, p. 229). Assim, dentro desta última concepção, as elites locais, numa tentativa de “corrigir” os abusos cometidos pelos espanhóis

³⁸ Este é o caso do resguardo indígena Yaigojé-Apaporis que está dentro dos limites territoriais de dois departamentos, Vaupés e Amazonas.

durante o tempo da *encomienda*, promulgaram a lei de 30 de julho de 1824 mediante a qual os povos indígenas foram diferenciados entre “tribos indígenas gentis que vivem errantes”, as “tribos de indígenas ou capitânicas” que manifestavam desejo de “entrar em sociedade”, e aquelas “tribos gentis” já “reduzidas” (CORREA, 2008).

Esse modelo de nação homogeneizante preconizava, além da transformação dos “selvagens” em “civilizados”, a dissolução da figura do *resguardo* e a privatização dos territórios, convertendo os indígenas em proprietários. Essa iniciativa foi, de maneira geral, fortemente rejeitada pelos indígenas em toda a Colômbia que reclamavam o seu direito ancestral sobre as terras. Essa época (primeira metade do século XIX) foi um período marcado por uma ampla desvantagem nas condições sociais dos indígenas que, depois de múltiplas tentativas, finalmente levou à dissolução dos *resguardos* na zona norte e central da Colômbia, enquanto no sudoeste, estes foram mantidos pela forte resistência indígena³⁹ (ULLOA, 2004). Finalmente através da lei 89 de 1890 “*Por la cual se determina la manera como deben ser gobernados los salvajes que vayan reduciéndose a la vida civilizada*”, foram regulamentados os *resguardos indígenas* dentro de uma política de propriedade de terra consistente com o projeto de “civilização dos selvagens”. No entanto, como menciona Ulloa, “essa lei permitiu que, durante cem anos, articularam-se ao redor dela as reivindicações territoriais dos povos indígenas, a manutenção de suas práticas e de sua autoridade” (2004, p. 27).

Em meados do século XX surgiu uma nova iniciativa do governo nacional para acabar com a figura do *resguardo*, o que demandou a organização e mobilização dos indígenas em nível nacional, inspirados na luta da década de 1920 da liderança indígena Quintín Lame, e em uma articulação inicial com os movimentos camponeses, com destaque à época, como a *Asociación de Usuarios Campesinos* (ANUC) (MOLANO b, 2012). A partir desse processo de reivindicação da figura do *resguardo* como direito ao território, à autonomia política e à diferença cultural, surgem as primeiras organizações indígenas na Colômbia. Caso do *Consejo Regional Indígena del Cauca* - CRIC (1971), que começa a ter presença no cenário nacional reivindicando políticas específicas

³⁹A dissolução ou permanência dos *resguardos* em grande parte do território colombiano, explica-se também pela dinâmica econômica. Nas regiões que registravam maior produção econômica os *resguardos* foram eliminados, enquanto, no sudoeste, região ainda com pouca exploração econômica, os *resguardos* prevaleceram. Ver (MACHADO, 2009).

para os povos indígenas em relação a tópicos como educação, saúde e religião, abrindo dessa maneira, o caminho para que os movimentos indígenas de diversos povos estabelecessem relações com outros atores e tivessem uma maior capacidade de negociação frente ao governo nacional.

Outras organizações foram estabelecidas na época como: *Consejo Regional Indígena del Vaupés* - CRIVA (1973), *Consejo y Organización Indígena Arhuaca* - COIA (1974), *Consejo Regional Indígena de Risaralda* - CRIR (1978), *Organización Regional Indígena Embera-Wounan* OREWA (1980), entre outras. Da confluência desses novos movimentos surge em 1982 a *Organización Nacional Indígena de Colômbia* (ONIC), que se apresentava como a instituição encarregada de representar as diversas coletividades indígenas em nível nacional. No entanto, com o tempo surgiram outras organizações como a *Organización Nacional de los Pueblos Indígenas de la Amazonia Colombiana* – OPIAC (1995), que agrupa a maioria de organizações indígenas dos 6 departamentos que compõem a Amazônia colombiana, tornando-se a principal instância representativa na região. Desse modo, a OPIAC substituiu a ONIC como representante da Colômbia na *Coordinadora de las Organizaciones Indígenas de la Cuenca Amazónica*-COICA, organização surgida em 1984 em Lima, Peru, com a finalidade de reunir esforços na defesa dos direitos dos povos indígenas que habitam nos países com território amazônico.

Nessa década dos anos 1970, pode-se identificar no Apaporis a manifestação de um novo processo de organização social na região que reivindica a capacidade de manejo do território a partir da valoração do conhecimento ancestral. Esse processo foi motivado, em parte, pela presença de pesquisadores e ativistas na região, que facilitaram o acesso aos recursos jurídicos disponíveis para o reconhecimento dos direitos dos povos indígenas, bastante baseado na importância de reconhecimento e proteção dos saberes tradicionais. Essa participação dos brancos como aliados, é expressa pelos indígenas no documento denominado *Propuesta de Ordenamiento Territorial del Bajo Apapoirs* (POTA)⁴⁰.

⁴⁰ Esse documento foi elaborado pelos membros da ACIYA no ano 2000 para ser apresentado ao *Consejo Nacional de Planeación*, como requisito para formalizar o plano de manejo ambiental do resguardo indígena. Um pouco mais para adiante menciono algumas das suas características.

Nessa época homens brancos interessados em nosso futuro começam a mostrar aos habitantes da zona nossos direitos. Isso foi muito contrário ao que nos diziam outros homens brancos: que o nosso conhecimento não era útil, que não valia nada, que tínhamos que nos civilizar, que tínhamos que ir aos internatos, que tínhamos que deixar muitas coisas do próprio e viver como se fossemos brancos (ACIYA, 2000 b, p. 4).

3.2.1 O resguardo Yaigojé-Apaporis: a defesa do território

O *resguardo indígena Yaigojé-Apaporis* foi constituído em 1988 e, posteriormente, ampliado em 1998. Na sua conformação foi de suma importância o trabalho do pensador tradicional⁴¹ Isaac Macuna, uma liderança amplamente reconhecida nessa época na região, e que fez a solicitação diretamente ao então Presidente da República Virgilio Barco⁴², em 1988, para a declaração da área como *resguardo indígena*.

O *resguardo indígena Yaigojé-Apaporis* foi inicialmente delimitado numa área de 518.320 hectares, e com a posterior ampliação registra na atualidade uma área de 1'020.320 hectares. O *resguardo* encontra-se dentro da jurisdição de quatro *corregimientos*⁴³ (Mirití-Paraná, La Victoria, La Pedrera y Pacoa), um município (Taraira) e dois departamentos (Amazonas e Vaupés). Além de compartilhar algumas zonas com outros quatro grandes *resguardos* (Gran Resguardo del Vaupés, Mirití-paraná, Komeyafú e Puerto Córdoba). As principais etnias que habitam o território desde tempos ancestrais e que foram reconhecidas como beneficiárias da declaração do *resguardo* são: Macuna⁴⁴ (Idejino-Ria-Umua-Jino-Ria), Tanimuka (Yairimajá), Letuama (Wejeñememajá), Cabiari (Pachakuari), Barasana (Yiba-jino-ria), Yujup-macú (Yuhup-macú) y Yauna (Yaurá). Grupos distribuídos em 19 comunidades ou assentamentos dentro do *resguardo* com uma população atual de aproximadamente 1500 pessoas.

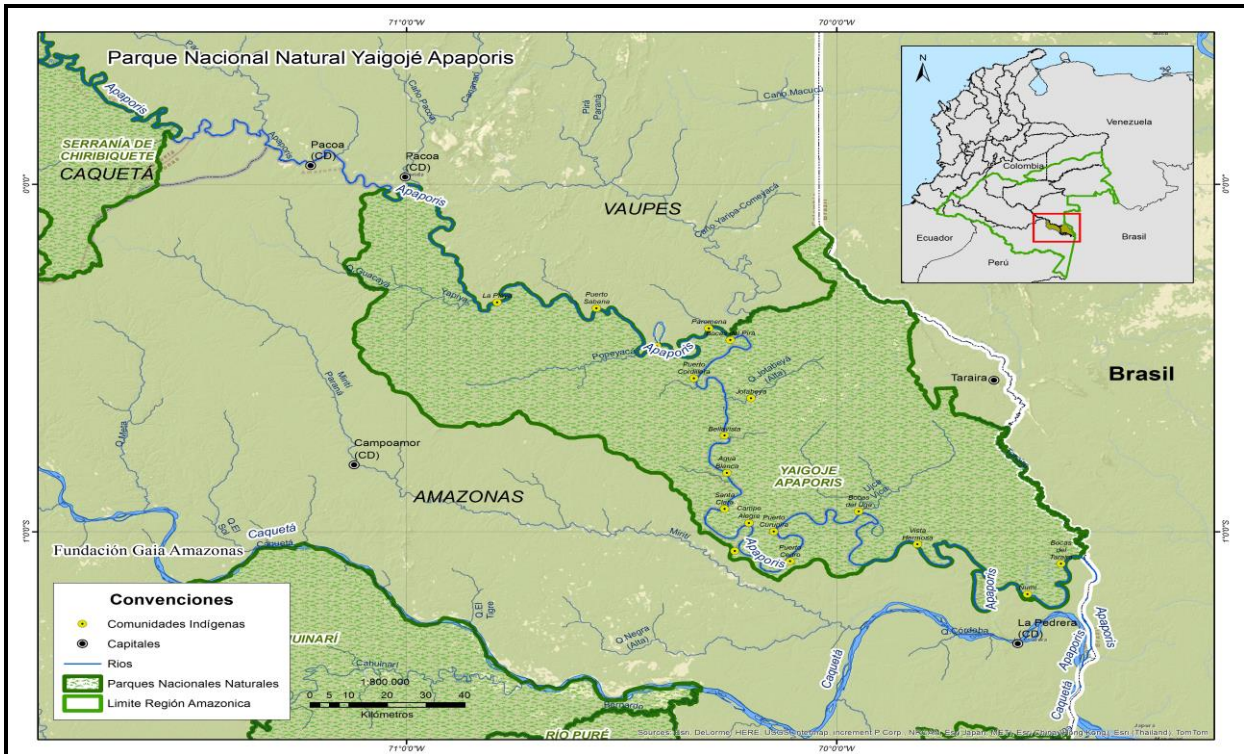
⁴¹ “Pensador tradicional” ou “curador de mundo” (benzedor), (médico) é a forma como na região se denomina o xamã (kumu) ou *Payé*. “O pensador é o responsável de permitir a “exploração” (dos *sítios sagrados*) e de regular a sua gestão, especialmente durante as cerimônias de *curación del mundo*, onde percorre com o pensamento todo o território, nomeando os sítios sagrados e se comunicando com os respetivos donos” (FRANKY, 2000, p. 32).

⁴²No período de governo de Barco (1986-1990) apresentaram-se importantes avanços em políticas ambientais e indígenas que se concretizaram na Constituinte de 1991.

⁴³ *Corregimientos* são unidades político-administrativas equivalentes, no Brasil, aos distritos (CAYÓN, 2010).

⁴⁴ Os Macuna se diferenciam entre eles como: *gente leña* (Majiña, Jeañârâ), *gente dia* (Umua masâ), e *gente agua* (Ide masâ).

Mapa 1- Localização do Resguardo-Parque Nacional Natural Yaigojé-Aporis⁴⁵



Fonte: <http://www.yestolifenotomining.org/yaigoje-aporis-colombian-constitutional-court-decision-could-change-the-history-of-the-amazon/>. Acesso em: 24/10/2017.

Essas etnias pertencem ao chamado complexo cultural do Alto Rio Negro, também conhecido na Colômbia como *complejo sociocultural del Vaupés* (Correa, 2007) ou região do Noroeste amazônico. Os povos dessa região caracterizam-se pela prática do ritual do Yurupari e pela descendência comum da anaconda-canoa ancestral, entre outros elementos, como explorado anteriormente. A grande maioria das etnias é falante de alguma língua da família linguística Tukano, especificamente da subfamília Tukano Oriental (ARDILA, 1989); as demais pertencem à família linguística Makú-Puinave e à família Arawak. (FORERO et al., 1998). A língua mais falada é Macuna, seguida de outras como Tanimuka, Letuama, Yujup-Makú y Cabiari (ACIYA, 2000)⁴⁶. Sobre o pertencimento mítico e linguístico Carlos Franky menciona.

Os tanimuka argumentam que hoje em dia no Baixo Apaporis, existem principalmente dois grandes conjuntos de gentes, definidos pelos ancestrais míticos: os netos de onça (como os tanimuka, os yuwiwejemajá, os yauna, os emôa (macuna), os yujup-makú e

⁴⁵ As áreas do resguardo indígena e do parque nacional se superpõem na sua totalidade. Ver capítulo 3.

⁴⁶ Inclusive menciona-se que o Macuna está se impondo como língua dominante no Baixo Apaporis.

os yucuna) e os netos de sucurí (como os letuama, os ide masá (macuna) e os matapí). Os netos de sucurí são grupos Tucano oriental que compartilham o complexo mítico da anaconda ancestral, enquanto os netos de tigre são grupos de três famílias linguísticas: Tucano oriental, Makú-Puinave e Arawak. Essa distinção também implica especializações xamanísticas e rituais regionais. (2006, p. 203).

Mapa 2 Comunidades del resguardo Yaigojé-Apaporis⁴⁷



Fonte: (RUBIANO, 2014, p. 17)

⁴⁷ No mapa aparecem as comunidades divididas entre duas associações, a *Asociación de Capitanes Indígenas del Yaigojé-Apaporis* (ACIYA), e a *Asociación de Capitanes Indígenas de Taraira Vaupés* (ACITAVA). Sobre essa divisão ver capítulo 3.

No caso particular do Yaigojé-Apaporis, a conformação do *resguardo* surge como uma iniciativa das lideranças indígenas assentadas nas margens da parte baixa do rio Apaporis, para obter o reconhecimento da propriedade sobre o território habitado ancestralmente e ter autonomia no seu manejo. Na resolução 035 de 8 de abril de 1988 proferida pelo *Instituto Colombiano de la Reforma Agraria* (Incora), menciona-se que as “comunidades indígenas Tanimuca, Yucuna Barasano, Letuama, Matapí, Macuna, Macú,(...) solicitaram do instituto a legalização das terras tradicionalmente ocupadas por elas, localizadas em ambas margens dos rios Popeyacá e Apaporis” (INCORA, resolución 035 de 1988). A intenção dos indígenas era unir esforços em favor da melhoria, principalmente, dos serviços de educação e saúde com que contavam. Eles queriam assumir o controle do modelo educacional, que até então estava nas mãos da igreja católica, por meio dos internatos, e ter controle sobre a administração dos serviços de saúde, principalmente em relação à melhoria na atenção e inclusão dos conhecimentos tradicionais (ACIYA b, 2000).

As principais ferramentas jurídicas que sustentavam a petição dos indígenas do Apaporis eram a lei 89 de 1890 e a Convenção sobre Populações Indígenas e Tribais # 107 da Organização Internacional do Trabalho (OIT). Na citada resolução do Incora para a constituição do *resguardo*, fundamenta-se a decisão a partir desses dois referentes.

A lei 89 de 1890 pela qual se determina a maneira como devem ser governados os *selvagens* que vão se reduzindo à vida civilizada, dispõe no seu Artigo Segundo que, *As comunidades indígenas reduzidas à vida civil também não serão governadas pelas leis gerais da República em assuntos de resguardo*, e adiciona que em tal virtude se governarão pelas disposições que a mesma estabelece. (...) Por sua vez a Convenção 107 adotada pela quadragésima reunião da conferência geral da OIT, celebrada em Genebra em 1957, aprovada pela lei 31 de 1967, dispõe no seu Artigo 11 que se deverá reconhecer o direito de propriedade, coletivo e individual, a favor dos membros das populações indígenas sobre as terras tradicionalmente ocupadas por elas (INCORA, 1988, p. 4).

Prevalecia então, na normatividade colombiana, o discurso de assimilação e civilização sobre os povos indígenas, apoiado na Convenção 107 da OIT, ainda que se reconhecesse o

“direito a suas terras” e sua “autonomia política”. Com a participação da Colômbia na assinatura, em 1991, da convenção 169 da OIT de reconhecimento dos direitos aos povos indígenas e tribais, que substituiria a convenção 107, apresentou-se um avanço na efetividade do reconhecimento da diversidade étnica e cultural, e da autonomia dos povos indígenas. Sobre a posição do governo da época Hildebrand e Brackelaire mencionam:

Esta política governamental pôs fim a uma história infame de desrespeito e desconhecimento dos direitos dessas comunidades. Embora esses direitos tenham começado a ser reconhecidos em anos anteriores, para então, os indígenas ainda sofriam as consequências da escravidão e do endividamento perpétuo com os patrões seringalistas e os comerciantes de pele de tigre, o despojo de suas terras e autonomia, e a imposição da educação judaico-cristã por parte das missões que ainda procuravam *civilizar os selvagens* (2012, p. 57).

A criação do *resguardo* se apresentava também como uma forma de estabelecer uma relação mais efetiva com o governo nacional, através dos canais formais de representação que começavam a ser estabelecidos. A resposta do governo colombiano frente à demanda dos indígenas do *Apaporis*, e em geral dos povos da Amazônia, foi positiva. Além deste, vários outros *resguardos* foram estabelecidos na época, (Mirití-Paraná 1981, Vaupés 1982, Komeyafú e Puerto Córdoba 1985, Yaigojé-Apaporis 1988, e posteriormente Curare-Los Ingleses 1995), dentro de uma dinâmica de aproximação entre as políticas indigenistas e ambientalistas promovidas pelo estado. Inclusive numa ação inédita, em 1988, o Presidente Virgílio Barco viajou até *La chorrera*, povoado do estado do Amazonas que foi sede da companhia peruana exploradora de borracha conhecida como *La Casa Arana*⁴⁸, para declarar oficialmente frente aos indígenas (principalmente das etnias bora, huitoto, okaina e muinane), a criação do *resguardo Predio Putumayo*⁴⁹ com uma área aproximada de 6 milhões de hectares. Acontecimento que evidencia a visão crescente na época de considerar os indígenas como os indicados para a preservação da Amazônia, incentivando o seu reconhecimento como *gestores de conservação* e *autoridades ambientais*, e ao mesmo tempo subordinando-os a esses discursos. Como menciona Astrid Ulloa:

⁴⁸ Para ampliar veja: PINEDA, Roberto (2003). *La Casa Arana en el Putumayo*. *Revista Credencial Historia*. (Bogotá - Colombia). Edición 160.

⁴⁹ Uma porção da área declarada como resguardo faz parte do *Parque Nacional Natural Cahuinari* criado em 1987.

Os indígenas são agora considerados tanto pela comunidade acadêmica como pelo público em geral, na Colômbia e no âmbito internacional, como indígenas ecológicos que protegem o meio ambiente e dão esperança à crise ambiental e do desenvolvimento. Portanto, as representações sobre os indígenas têm sido transformadas do *sujeito colonial selvagem*, ao *ator político-ecológico* (2001, p. 2).

A posição do governo de Virgílio Barco tem a ver em parte com o cenário global de crise ambiental que motivou o reconhecimento dos países provedores da diversidade biológica, entre eles a Colômbia, redimensionando o valor dos recursos naturais e promovendo a estratégia global do “desenvolvimento sustentável” (ULLOA, 2004). Assim, o governo colombiano definiu uma política para a *proteção da selva amazônica e dos direitos dos povos indígenas*, criando, entre outras coisas, condições favoráveis para o aumento da participação na região de atores envolvidos principalmente na conservação ambiental. Um documento sobre ordenamento territorial na Amazônia publicado pela própria fundação Gaia, ator representativo da situação mencionada, dá uma ideia da motivação sobre esta região: “Os *macrorresguardos* amazônicos foram criados como parte dessa política de governo que procurava fortalecer a territorialidade indígena como o princípio fundamental para garantir a preservação de grandes áreas de floresta úmida” (FGA, 2000, p. 244)⁵⁰. Do mesmo modo, no ano 1989 foram criados vários parques nacionais na Amazônia, (*Parque Nacional Natural Serranía de Chiribiquete*, *Reserva Nacional Natural Puinawai*, e *Parque Nacional Natural Tinigua*), completando uma área protegida de mais de 21 milhões de hectares (HILDEBRAND; BRACKELAIRE, 2012)⁵¹.

Essas iniciativas enquadram-se igualmente no processo de luta dos povos sobreviventes da época do genocídio causado pela exploração da borracha (finais do século XIX, começo do século XX). Em certa medida, o reconhecimento da propriedade e autonomia sobre os territórios ancestrais, deve-se ao “pagamento da dívida histórica” que tem o governo colombiano com as populações indígenas da Amazônia vítimas da “febre da borracha”. Como no caso específico dos

⁵⁰ No capítulo 4, onde realizo uma contextualização sobre o processo de surgimento das áreas protegidas na Colômbia, menciono outros cenários, além da assinatura da Convenção 169 de OIT, que contribuíram para o estabelecimento de políticas que aproximaram a conservação da natureza com os direitos indígenas. Como é o caso da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente Humano de 1972.

⁵¹ Henyo Barreto Filho (2002) menciona que para o caso brasileiro, o *boom* de criação de Unidades de Conservação na Amazônia aconteceu na virada das décadas de 1970 para 1980, produto da realização do *Projeto de Desenvolvimento e Pesquisa Florestal* (PRODEPEF) que tinha como objetivo a modernização do setor florestal no Brasil.

povos indígenas que foram vítimas da temida *Casa Arana*, e que foram beneficiadas com a criação do *resguardo Predio-putumayo* (1988), como mencionado anteriormente.

Com a conformação dos *resguardos*, iniciou-se um processo de reorganização territorial e política na Amazônia colombiana que se caracterizou pela sedentarização da população, situação que levou ao surgimento de grandes assentamentos e que precisou da elaboração de um plano de manejo para o uso dos recursos. Como menciona João Pacheco de Oliveira (1998), o elemento mais repetitivo e constante responsável pela passagem de uma sociedade segmentar à condição de sociedade centralizada, é a sua incorporação numa situação colonial, a um aparato político-administrativo, um Estado. “(...) é um fato histórico *que* a presença colonial, instaura uma nova relação da sociedade com o território, deflagrando transformações em múltiplos níveis de sua existência sociocultural” (OLIVEIRA, 1998, p. 54). Assim, as lideranças indígenas da região, que já estavam desenvolvendo iniciativas dentro das próprias comunidades, começaram a estabelecer um diálogo entre eles e com as instituições do governo departamental e nacional, em muitos casos apoiados por instituições não governamentais nacionais e estrangeiras, solicitando o reconhecimento da autonomia indígena para o manejo do território, manifestação ao mesmo tempo de uma nascente “inscrição da identidade em política” (MIGNOLO, 2008, p. 313). Sobre essa nascente inscrição dos indígenas em política acontecida nos anos 80, que criou um amplo leque de relações que permanecem até hoje, Jimeno menciona:

(...) O movimento indígena conseguiu fazer de suas demandas pelo território, não só o eixo de uma nova identidade étnica, mas também a ponte entre o local e o global. A ideia do território permitiu que as necessidades práticas de subsistência de grupos particulares se convertessem em recursos simbólicos para comunicar-se de maneira bastante efetiva entre as organizações índias e o cenário mundial (2004, p. 28).

O estabelecimento dos *resguardos* na região amazônica gerou ao mesmo tempo um processo de diferenciação e reafirmação de identidades no interior de cada “nova” coletividade, e em relação à sociedade nacional, criando uma nova relação de pertencimento com o território e com o grupo de pertença. “(...) a definição de um território é um momento essencial para que os indígenas se instituem como comunidade política, construam uma identidade coletiva singularizadora, estabeleçam modos de sociabilidade e selecionem elementos de cultura que

qualificam como efetivamente *seus*” (OLIVEIRA, 2002, p. 279). O vínculo estabelecido entre uma população e um dado território, neste caso com a criação do *resguardo* Yaigojé-Apaporis, é o que João Pacheco de Oliveira (1998) denomina *territorialização*. Segundo este autor, a territorialização não deve ser considerada apenas como um processo de imposição autoritário por parte do estado (polo ativo), sobre a sociedade indígena (polo passivo), sendo necessário reconhecer nos indígenas, as diversas estratégias e interesses acionados dentro de um processo de atualização de sua cultura e de reafirmação da identidade. A territorialização é um processo de reorganização social que implica

1) a criação de uma nova unidade sociocultural mediante o estabelecimento de uma identidade étnica diferenciadora; 2) a constituição de mecanismos políticos especializados; 3) a redefinição do controle social sobre os recursos ambientais; 4) a reelaboração da cultura e da relação com o passado (OLIVEIRA, 1998, p. 55).

Como mencionado anteriormente, no processo de organização político-territorial acontecido no Apaporis, junto com a demanda pelo reconhecimento jurídico da propriedade sobre o território, os povos indígenas reivindicavam o direito à sua autonomia, entendida como a capacidade de tomar decisões por eles mesmos, de decidir sobre o território, e sobre processos econômicos, sociais e políticos. Devido à multiplicidade de processos sociais e atores presentes nas novas dinâmicas que afrontam os povos indígenas, Astrid Ulloa sugere que devemos falar não de uma autonomia indígena, mas de uma *autonomia relacional indígena*.

A autonomia relacional indígena (...) deve ser entendida como a capacidade dos povos indígenas para exercer autodeterminação e governabilidade no território a partir das relações, negociações, confrontação e participação que têm que estabelecer com o Estado e com diversos atores locais, nacionais e transnacionais na busca do reconhecimento e implementação da autonomia política e territorial; ainda quando retomem políticas ou processos estatais ou transnacionais na procura dessa consolidação. Uma *autonomia relacional indígena* pensada como conjunto de processos parciais e situados, nos quais a autonomia indígena deve ser entendida a partir de circunstâncias específicas e com implicações políticas particulares. (2010, p. 8).

Assim, a demanda política de autonomia por parte dos povos indígenas está relacionada, e quase que determinada, pelos contextos particulares de cada momento. No caso aqui tratado, o relacionamento com o estado colombiano e a participação de outra série de atores nacionais e supranacionais, é fundamental para compreender as formas de organização política dos indígenas do Apaporis, sobretudo, quando o elemento principal que está em disputa é o território, com tudo o que implica. “Nestes contextos as fronteiras conceptuais, políticas e territoriais estão em permanente reconfiguração e afetam as demandas de autonomia dos povos indígenas” (ULLOA, 2012, p. 3).

Os resguardos na Colômbia, e especificamente na Amazônia, foram constituídos de um modo geral, por indígenas pertencentes a diversas etnias que por diferentes motivos (pressões no território, casamentos, processos de aldeamento pela ação das missões religiosas e do estado, entre outros), acabaram se relacionando. E por causa do projeto estatal de ordenamento territorial indígena que fomenta a criação dos resguardos, terminaram morando dentro de um mesmo território, recompondo dessa forma, o panorama étnico da região⁵². Importante mencionar como essa heterogeneidade na estruturação dos resguardos se reflete nas suas particularidades:

As formas de assentamento e de organização comunitária seguiram padrões diversos, pois além das diferenças nas cosmovisões e experiências históricas dos grupos étnicos, em cada área os indígenas enfrentaram situações particulares derivadas de uma maior ou menor presença de agentes da sociedade nacional. Assim, gerou-se uma variedade de tipos de assentamento e organização, flutuando o tamanho da população e seus graus de concentração e sedentarismo, variando o grau de autonomia/integração com relação às estruturas estatais e do mercado, assim como formando blocos regionais de afinidade cultural e aliança estratégica (Fundación Gaia Amazonas, 2000, p. 243).

Luis Cayón menciona que essa heterogeneidade na conformação dos resguardos, que é produzida pelo ordenamento territorial forçoso que impõe a figura do *resguardo*, tem sido um motivo de constantes disputas entre os membros das diversas etnias. Segundo ele, existe uma fragmentação importante na conformação dos *resguardos*, já que, por exemplo, não são todos os

⁵² Luis Cayón (2010) menciona que inclusive dentro do resguardo habitam grupos que não necessariamente tinham relações sociais frequentes no passado.

Macuna da região que pertencem ao resguardo nem à ACIYA, e o mesmo acontece com os outros grupos. Segundo ele

Isso contrasta com a própria concepção nativa, onde se supõe que todo o grupo deve viver num mesmo território, outorgado pelos deuses ao final da criação, para atuar conjuntamente e levar a cabo uma intensa vida ritual. Nesse sentido, é mais importante pensar nos Makuna ou qualquer outro grupo vizinho como unidade, e isso se opõe à composição multiétnica atual do resguardo e que em grande medida é definidora de seus conflitos internos (CAYÓN, 2010, p. 202).

Um elemento importante desse novo processo de organização gerado a partir da conformação dos *resguardos*, e que tem a ver com a fragmentação produzida, é que a característica de identificação regional que começou a operar acima da tradicional definição de pertença étnica (macuna, letuama, barasana), reservada principalmente para o âmbito local, e à pertença a uma determinada comunidade ou aldeia, foi justamente o pertencimento a tal ou qual *resguardo* (Yaigoje-Apaporis, Mirití-Paraná, Vaupés, Komeyafú)⁵³.

3.2.2 Ampliação resguardo Yaigojé-Apaporis

A mencionada ampliação do *resguardo Yaigojé-Apaporis*, em 1998, foi produto da análise realizada pelos pensadores do *Apaporis* que afirmavam que vários dos principais *sítios sagrados* relacionados com os mitos de origem dos povos indígenas da região, e que são fundamentais para o manejo do mundo através das *curaciones*, estavam fora da área reconhecida como *resguardo* em 1988, e que, portanto, estavam em perigo. As áreas solicitadas para serem incluídas no resguardo se localizavam na parte sul e norte do baixo Apaporis, território dos Tanimuca e Cabiyaquí, que estavam começando a sofrer uma forte pressão com a chegada de garimpeiros, como mencionado por Gerardo Día Miraña, secretário general da ACIYA na época.

⁵³ Esta característica de nova identificação pode ser reconhecida nos documentos elaborados após a criação dos resguardos, e principalmente, como foi o meu caso, escutando a forma como os indígenas do Apaporis se anunciaram durante um encontro que aconteceu na cidade de Leticia (AM). Essa situação também é sublinhada por Cayón (2004) e foi brevemente comentada nesta seção do trabalho quando falei do *modelo "ideal" de organização*.

Nossa necessidade para ampliar o resguardo foi porque na zona do rio Taraira, os sítios sagrados estavam sendo explorados. Estavam tirando a luz do mundo que é o ouro. Então, a gente está se sentindo diretamente afetado por doenças que desconhecemos. (...) os recursos minerais *são* valiosos para nós porque são a luz do mundo, são como o sangue da mãe terra (ACIYA, 2000, p. 58)⁵⁴.

Para a ampliação do resguardo, os indígenas do Apaporis realizaram a solicitação ao *Instituto Colombiano de la Reforma Agraria* (Incora), justificando a necessidade de incluir dentro do resguardo as zonas determinadas por eles, processo que se desenvolveu através de um trabalho coletivo de identificação e localização em mapas dos sítios sagrados (a realização dos mapas era um requisito do Incora). No entanto, a solicitação não foi atendida oportunamente pelo Incora, que devia realizar uma visita ao território para dialogar com os habitantes e dar um parecer sobre a proposta. Depois de três anos de realizada a primeira solicitação de ampliação do resguardo, acompanhada de outros três pedidos, as lideranças tiveram que recorrer a uma *acción de tutela*⁵⁵ para que sua demanda fosse atendida (FORERO et al., 1998; FORERO, 1998). Mas as dilatações do processo continuaram e várias dificuldades se apresentaram no caminho.

Segundo relatado por Oscar Forero, Jaime Tanimuca, e Ramón Laborde⁵⁶ num evento realizado na cidade de Pucallpa, Amazônia peruana, em março de 1997 (FORERO et al, 1998), um funcionário do Incora realizou finalmente, em 1996, a visita ao Apaporis (apenas visitando

⁵⁴ Essa fala foi extraída de um documento produzido pela ACIYA denominado *Experiencia de ordenamiento territorial del Bajo Apaporis*. O documento foi produto do simpósio *Territorialidad indígena y ordenamiento en la Amazonia*, realizado na cidade de Leticia em dezembro de 1998. Evento organizado numa parceria entre o *Banco de la República*, a Sede Leticia da *Universidad Nacional de Colombia* e seu *Instituto Amazónico de Investigaciones* (Imani), a *Red de Solidaridad Social* e a *Fundación Gaia Amazonas*. Além da ACIYA, várias outras organizações indígenas da Amazônia participaram do evento. As memórias do simpósio foram publicadas pela *Universidad Nacional de Colombia* em 2002, num livro chamado *Territorialidad indígena y ordenamiento en la Amazonia*, editado por Juan José Vieco, Carlos Eduardo Franky e Juan Álvaro Echeverry.

⁵⁵ A “*acción de tutela*” é um mecanismo estabelecido no artigo 86 da *Constitución Política de Colombia* de 1991, que permite a proteção dos direitos constitucionais fundamentais de todo cidadão quando forem vulnerabilizados pela ação ou omissão de qualquer autoridade pública.

⁵⁶ Oscar Forero é um Antropólogo que trabalhou com os povos indígenas do Apaporis durante os anos 90 (1991-1999), como consultor do programa *Consolidación de la Amazonía* (COAMA), tendo uma importante participação nos processos territoriais e políticos na região. Jaime Tanimuca é um reconhecido capitão indígena do Apaporis que participou no encontro em Pucallpa como representante dos povos indígenas membros da ACIYA. Também foi professor na comunidade de *La Playa*. Ramón Laborde é um advogado que na época trabalhava na *Fundación Gaia Amazonas* oferecendo assessoria jurídica aos povos indígenas, tendo uma importante participação no processo de ampliação do resguardo. A informação apresentada nesta seção é baseada principalmente em documentos produzidos por eles.

uma comunidade), para avaliar as condições do pedido de ampliação do resguardo. No entanto, essa visita não foi precedida de uma consulta às autoridades indígenas e o procedimento realizado foi invalidado pelos múltiplos erros cometidos. Entre várias coisas, o funcionário do Incora afirmou a duas lideranças, que a parte sul não poderia ser incluída na nova delimitação, sem oferecer nenhum argumento para essa “decisão”. Este fato atualizou a preocupação, de que uma parte importante do território ancestral não seria reconhecida aos indígenas. Além disso, numa visita realizada por Forero e Laborde ao Apaporis, o capitão Isaac Macuna disse ter assinado um documento em branco que, segundo o funcionário, serviria para certificar a visita (FORERO, 1998). Desse modo, mediante uma nova ação judicial interposta pelos indígenas em dezembro de 1996, o Incora foi obrigado pelo tribunal administrativo a realizar uma nova visita ao Apaporis cumprindo com o devido processo. Essa visita foi realizada nos primeiros meses de 1997 com o apoio da *Fundación Gaia Amazonas* e com a participação dos capitães indígenas das diversas comunidades, cumprindo com todos os requisitos exigidos. Na documentação final apresentada ao Incora, foram incluídos um censo populacional e alguns documentos realizados por antropólogos como Carlos Franky e Dany Mahecha, sobre as condições de vida dos habitantes do Apaporis e suas características culturais.

Posteriormente, o Incora notificou os indígenas do Apaporis demandando modificar o mapa apresentado, a fim de detalhar melhor os *sítios sagrados* e a área a ser incluída no resguardo. A realização de mapas do território por parte dos indígenas começou a ser valorizada como uma forma efetiva de se comunicar com “os brancos”, e ao mesmo tempo, como uma ferramenta para a transmissão de conhecimento às novas gerações. “O mapa não é apenas um referente histórico, é a ferramenta propícia de uma discussão dialética sobre o conhecimento, a aprendizagem, e o quefazer de ambos, assessores e pajés, como educadores” (FORERO, 1998, p.12). Segundo expressado por Mauricio Letuama

O mapa foi feito com muitos sítios sagrados, tudo completo, em meio de, mais ou menos, dois anos de trabalho com os capitães. (...) Quando estávamos trabalhando no mapa, não foi como parte de uma proposta para o ordenamento territorial. Nós estávamos trabalhando nele para mostrar-lhe bem ao Incora, para que tivesse em mente, até onde tínhamos nosso território. Então foi feito o mapa, e nesse momento

vimos que já estávamos falando uma parte do ordenamento territorial. (ACIYA, 2000, p. 64).

Assim, depois de vários anos de tentativas dos indígenas do Baixo Apaporis, conseguiu-se incluir as zonas solicitadas dentro da nova delimitação do *resguardo*. O Incora através da resolução 006 de 11 de maio de 1998 resolve, “ampliar o resguardo indígena Yaigojé-Apaporis, constituído por resolução No. 035 de abril 6 de 1988, com dois setores localizados nos lados Noroeste e Sudeste, com extensões de 122.000 e 380.000 hectares respetivamente, para completar uma superfície total de 1.020.320 hectares” (INCORA, resolución 066 de 1998). Segundo essa resolução, a população indígena beneficiada com a ampliação do resguardo passava de 376 a 1137 pessoas. É importante salientar que nesse processo de procurar a ampliação do resguardo, os indígenas do Apaporis contaram com o apoio e assessoria da *Organización Nacional Indígena de Colombia* (ONIC) e da *Fundación Gaia Amazonas* (FGA). A partir desse momento, a FGA começa a ser parte ativa da história recente do Noroeste amazônico, como exposto ao longo deste trabalho.

A solicitação da ampliação do resguardo gerou um importante processo de aproximação entre as diversas etnias e aldeias localizadas no baixo Apaporis, originando um movimento supra-étnico, e estabelecendo o início de um novo processo de aproximação às formas estatais de gestão do território, articulado com as visões próprias de manejo do mundo. Oscar Forero menciona que numa visita ao Apaporis em 1997, o pensador tradicional Serafín Macuna (Forero utiliza a palavra *payé*), lhe comentou sobre uma visita que recebeu de outras lideranças do Apaporis (Rondón Tanimuka, Isaac Makúna, Benjamín Tanimuka, Octavio Makúna e Gustavo Cabiaryí), que estavam voltando de um encontro regional no qual se discutiram as medidas a tomar para a proteção do território. Segundo Serafín, eles “pensando na proximidade da solução ao problema da ampliação haviam feito planos para o futuro quanto ao cuidado territorial, estabeleceram a ordem em que olhariam *Yurupari*. O que aconteceu foi que se integrou o manejo xamanístico ao manejo político” (FORERO, 1998, p. 5). Esta é uma expressão dessa nascente urgência (por pressões de todo tipo), que vinha apresentando-se no Apaporis de aproximar o pensamento xamânico à dimensão política, mencionado anteriormente como um processo de *inscrição da*

identidade em política (interagir com as formas ocidentais do estado), com o propósito da obtenção de legitimidade perante o estado colombiano.

Cada aldeia continuou trabalhando no fortalecimento da proposta de “ordenamento territorial” do setor correspondente, num diálogo regional que levou a certa “unificação do pensamento”, a uma confluência de interesses e objetivos para a reivindicação de direitos e a obtenção de reconhecimento perante o estado. Essa dinâmica é sintetizada na seguinte frase utilizada por Carlos Franky (2010), “O caminho do pensamento é apenas um o que muda é a língua”⁵⁷. Essa unificação de pensamento e interesses é realizada dentro de uma negociação a partir das divergências ou particularidades existentes nas concepções míticas e nas vivências históricas dos povos indígenas do Baixo Apaporis, principalmente entre os grupos que outrora eram inimigos. Como mencionado por Franky

A consciência histórica dos tanimuca e macuna demonstram-lhes que as relações com os outros são ambíguas, já que podem ser de aliança e, portanto benéficas, ou de guerra e em consequência prejudiciais. Mas ambos os casos implicam certa aproximação e um conhecimento mínimo do outro, especialmente, do seu pensamento e fontes de poder. Para conseguir essa aproximação, os tanimuca e os macuna consideram que é necessária a troca de conhecimentos, que julgam indispensável para conviver e para poder *unificar a ideia*, como a experiência histórica lhes ensina. Não entanto, eles têm esclarecido que essa troca é fonte de tensões e só é possível até certo ponto, pois uns e outros jamais controlarão total e adequadamente as fontes de poder do outro, já que desde a criação deste mundo não lhes correspondeu seu manejo (2010, p. 326)⁵⁸.

Por outro lado, para Luis Cayón essa unificação de pensamento é uma contradição já que os diversos grupos indígenas terminam reduzindo ao máximo suas diferenças culturais internas para parecer como um todo unificado perante o estado colombiano, apelando a “representações

⁵⁷ A frase original é *El camino del pensamiento es uno solo, lo que cambia es la lengua*. Esse sentido de unidade que nuança as particularidades étnicas, apresenta-se como um acordo macro regional entre os povos indígenas do baixo Apaporis, baixo Pirá-Paraná, Mirití-Paraná e baixo Caquetá (FRANKY, 2010). No entanto, para as autoridades tradicionais do Apaporis, falar sobre o *camino de pensamiento* também se refere à “rota que percorrem os xamãs em pensamento passando por diferentes pontos estratégicos do território para a cura e proteção do mundo” (SASTOQUE et al., 2016).

⁵⁸ Neste ponto podemos ver a particularidade mencionada no começo deste capítulo, sobre a relação existente entre povos de origem Tucano Oriental e Arawak.

ocidentais nas quais aparecem como *guardiões da natureza*” (2010, p. 205). Segundo ele essa situação pode obedecer, ou a uma estratégia política dos indígenas para ter uma ferramenta eficaz para defender sua autonomia e se relacionar com o estado, (cenário que ele prefere), ou à imposição estatal que procura a homogeneização dos indígenas para tratar com eles através de um modelo único (JACKSON, 1996). No meu caso, e compartilhando a preferência de Cayón, considero que os indígenas do Baixo Apaporis têm sabido aproveitar as possibilidades outorgadas pelo estado colombiano, e também forjadas pelo movimento indígena, para fortalecer os seus processos. Embora esse relacionamento com as formas estatais esteja atravessado por disputas e aparentes contradições⁵⁹.

Durante o tempo em que o resguardo não havia sido ampliado, aconteceram algumas situações que ameaçaram a integridade do território e dos indígenas. Em 1995, o governo departamental de Vaupés instalou uma estação de polícia, uma escola e um posto de saúde no *sítio sagrado da Libertad* sem consultar a população, ação que foi interpretada pelos habitantes do Apaporis como uma vulnerabilização dos seus direitos. Segundo relatado por Oscar Forero (1998), algumas lideranças tentaram dialogar com o inspetor de polícia para que detivesse as construções que vinha realizando na *Libertad* e mudasse a estação uns quilômetros para baixo, mas ele recusou a petição e inclusive questionou a autoridade dos indígenas sobre o território. Frente a essa situação, os capitães solicitaram assessoria à FGA. Rondon Tanimuca e Isaac Macuna viajaram a Bogotá para trabalhar com os assessores da ONG. Depois de analisar os mecanismos jurídicos disponíveis, decidiram que deveriam apresentar uma *acción de tutela* contra o governo do departamento.

A ação judicial estabelecida em nome de Rondon Tanimuca como representante dos povos indígenas do Baixo Apaporis, pedia a retirada da estação de polícia e a realocação da escola e do posto de saúde para outro lugar dentro do resguardo, devido à necessidade de ter esses serviços no território. O tribunal decidiu a favor dos indígenas considerando que haviam

⁵⁹Considero que esse ponto tem muito a ver com a seguinte reflexão feita por Alcida Rita Ramos no *XI Congreso de Antropología en Colombia* (2005). “Sería bueno que aprendiéramos de pueblos nativos no occidentales, no apenas sobre sus especificidades culturales, al estilo Bateson, sino también sobre sus estrategias, muchas veces vistas por los antropólogos como cuestionables, ingenuas o inoperantes. Sería bueno que tuviéramos en mente que los pueblos indígenas tienen larga experiencia en caminar recto por caminos torcidos. Lo que tal vez parezca un vagar sin rumbo para una mente cartesiana, puede representar el camino más corto entre dos puntos políticos” (2007, p. 238).

sido vulnerabilizados seus direitos, obrigando o governo departamental a retirar a estação de polícia. O governo do Vaupés removeu a estação e com ela a escola e o posto de saúde, apesar do pedido dos indígenas para que esses últimos ficassem. Todavia, o objetivo de proteger o *sítio sagrado* da *Libertad* foi cumprido. Nesse mesmo ano, comerciantes alheios à região tentaram estabelecer um projeto de pesca comercial no *raudal de la Playa*, outro lugar sagrado que encontrava-se fora do resguardo. Nesse caso a oposição dos indígenas terminou com a retirada dos comerciantes (FORERO et al, 1998).

Existiu igualmente uma iniciativa, no começo de 1996, por parte da *Unidad Administrativa Especial del Sistema de Parques Nacionales Naturales* (UASPNN), para criar um parque nacional na parte sul do Apaporis, na mesma área que os indígenas estavam solicitando ao Incora que fosse incluída na ampliação do resguardo. A iniciativa havia sido elaborada sem consultá-los, e eles só souberam dela através de Oscar Forero e Ramón Laborde, que anteriormente haviam trabalhado no *Ministerio de Medio Ambiente* e foram avisados sobre a situação (FORERO, 1998). As lideranças do Apaporis realizaram um congresso regional para discutir a situação, e a posição dos capitães assistentes, que foi comunicada através de uma carta à UASPNN, foi de recusa total à criação da área de conservação por considerar que afetava a autonomia dos povos indígenas de administrar seu território. Manifestavam que os brancos não tinham autoridade para lhes impor como manejar o território, além de querer passar por cima de sua iniciativa de ampliação do resguardo. “O branco não tem conseguido cuidar dessa terra, por isso garimpeiros e outras pessoas chegaram a Taraira. Por isso tem entrado ao Parque Nacional Cahuinarí, desrespeitando os indígenas e transgredindo sua cultura. Nós não queremos que isso aconteça em nossa terra” (Trecho da carta enviada a UASPNN apud FORERO et al. 1998, p. 120).

Em meados dos anos 80, um primatologista estadunidense chamado Thomas Defler chegou a essa região sul do Apaporis em companhia de outra pesquisadora chamada Sara Bennet, para estudar as espécies de macacos presentes na área, e em acordo com os indígenas das comunidades desse setor, instalou um centro de pesquisa denominado *Estación Biológica Caparú*⁶⁰. Frente à ampliação do resguardo, Defler apoiou a iniciativa e sugeriu criar, após a

⁶⁰Atualmente esse centro de pesquisa é conhecido como *Estación biológica Mosiro Itajura*, e é manejado pela organização *Conservación Internacional Colombia*.

declaração do resguardo, algum tipo de figura como uma *reserva de fauna indígena*, que fosse compatível com o resguardo para continuar com as atividades de pesquisa. As lideranças do Apaporis estiveram de acordo com a proposta de Defler, conquanto o centro de pesquisa fosse também um espaço de capacitação para os indígenas em técnicas utilizadas em ocidente para o desenho de planos de manejo ambiental (FORERO, 1998). No documento de recusa enviado à UASPNN, as lideranças indígenas mencionavam que esse acordo com Defler estava incluído na proposta enviada ao Incora para a ampliação do resguardo, já que não se tratava de criar uma figura que afetasse o governo sobre o território, como seria no caso de uma área de conservação⁶¹.

Segundo Oscar Forero (1998), um ano depois da iniciativa da UASPNN de criar um parque nacional na parte sul do Apaporis, em 1997, sem ainda ser declarada a ampliação do resguardo e com a proposta do parque nacional vigente, os capitães do Apaporis realizaram uma assembleia para discutir os planos e estratégias para o controle ambiental no território, partindo do fato de não querer nenhuma figura de proteção que ameaçasse sua autonomia. A esse encontro foi convidado o funcionário do *Ministerio del Medio Ambiente* que estava encarregado de emitir o conceito sobre a função biológica da nova área a ser declarada resguardo, um representante da *Fundación Natura*, e um da *Unión Internacional para la Conservación de la Naturaleza* (UICN), organizações que vinham propondo algumas atividades de conservação na região. Igualmente foi convidado um representante da UASPNN e o Thomas Defler.

Finalmente, dos convidados só assistiram membros da *Fundación Natura*, mas outras instituições que não tinham sido convidadas compareceram no local, caso da ONG *Conservación Internacional* (CI), funcionários da *Corporación para el desarrollo Sostenible del Norte y Oriente Amazónico* (CDA), e funcionários da prefeitura do município de Taraira. Os principais capitães, que para esse momento haviam constituído a *Asociación de Capitanes indígenas de Yaigójé-Apaporis* (ACIYA), não conseguiram assistir, mas enviaram alguns representantes no seu lugar. Aconteceu que nessa reunião foi constituído um comitê conformado pelas instituições assistentes e pelos membros da ACIYA presentes, para a criação da área de conservação na parte sul da

⁶¹Sebastian Rubiano menciona que alguns indígenas e *colonos* entrevistados por ele no povoado de *La Pedrera*, contaram-lhe que Defler e Bennet tinham uma relação conflitiva com uma parte dos indígenas do Apaporis devido à caça de macacos conhecidos como *churucos* e da pesca do *pirarucu*, espécies que eles protegem (RUBIANO, 2014).

ampliação do resguardo, contrário à posição que havia sido adotada pelos tradicionais e que fazia parte dos estatutos da associação indígena. Desse modo, produziu-se uma primeira divisão na associação indígena ACIYA⁶². Os capitães membros do comitê junto com a *Fundación Natura e Conservación Internacional*, continuaram com o processo de declarar a área como de proteção ambiental, enquanto as outras lideranças, com o apoio da *Fundación Gaia* e da *Organización Indígena de Colombia*, pressionavam o Incora para que declarasse a ampliação do resguardo. Finalmente com a resolução de ampliação emitida pelo Incora, a “disputa foi solucionada”.

A informação sobre a forma como surgiu esse comitê para criar uma área protegida e a adesão de alguns capitães indígenas é algo confusa, mas sem dúvida permite ver a importância que tinha essa área como um lugar que devia ser protegido devido a sua ampla biodiversidade. Expressão disso é a presença na região de várias ONGs ambientalistas e das próprias instituições do governo colombiano encarregadas da proteção da natureza. Essas iniciativas dialogavam pouco com os interesses e visões dos indígenas, tanto que, apesar do processo que eles estavam desenvolvendo para a inclusão dessa área sul dentro do resguardo Yaigojé-Apaporis, surgiram essas iniciativas paralelas que mal contavam com eles, e que pelo contrário, incentivaram divisões na organização indígena.

Além das situações anteriormente descritas, os habitantes do Baixo Apaporis tiveram que lidar com a presença de grupos armados ilegais nas proximidades do território. Num primeiro momento, com o início de atividades de mineração no município de Taraira, especificamente na *Serranía del Taraira*, fronteira com o Brasil, no começo dos anos de 1980. Frente à pouca presença de instituições do governo colombiano, um grupo de guerrilheiros das *Fuerzas Armadas Revolucionarias de Colombia-FARC*, tomou o controle da atividade de mineração e da segurança no município de Taraira, estabelecendo a cobrança de impostos aos garimpeiros, e criando regras como a proibição de consumo de álcool nos garimpos e o roubo, entre outros. No começo dos anos de 1990 com a diminuição na produção dos garimpos, a guerrilha abandonou o município (RUBIANO, 2014). A *Serranía de Taraira* é um lugar identificado pelos indígenas como de alta importância, no entanto, considerado desde a época como já perdido. “Dentro de sua petição de ampliação do resguardo, [os indígenas] têm decidido não solicitar sua inclusão, pois não estão

⁶² No capítulo 4 trata-se um segundo episódio de divisão da ACIYA.

dispostos a enfrentar a violência que implicaria lutar por esse lugar⁶³ (LABORDE et al. 1998, p. 119). Alguns anos depois, em 1998, um novo grupo de membros das FARC chegou à comunidade de *Bocas del Pirá* anunciando que proibia a presença de estrangeiros na região, que eram essencialmente pesquisadores. Igualmente expulsou a *Fundación Gaia* e a organização *Médicos del Mundo*, assim como Thomas Defler⁶⁴, que decidiu mudar a estação biológica *Caparú* para outra zona do Amazonas (DEFLENER, 2010, p. 12).

Vemos então como os grupos indígenas que habitam o território que engloba o resguardo Yaigojé-Apaporis, enfrentaram diversas situações durante o processo de ampliação do resguardo que dão conta dos desafios e das complexidades que compõem a experiência histórica dos últimos 30 anos na região⁶⁵, caracterizada principalmente pelo estabelecimento de relações com os “brancos”. A menção das situações anteriores é importante, principalmente, no longo prazo, já que como será evidenciado na terceira parte deste trabalho, a história recente dos povos do Baixo Apaporis tem como particularidade a “repetição” de situações que desestabilizam os seus processos e que são geradas a partir de contextos “externos”.

3.3 Os indígenas e o político. Os capitães e a conformação das associações indígenas na Amazônia colombiana

Em conjunto com o processo de conformação dos *resguardos* começou a ter relevância no Amazonas a figura dos capitães indígenas, que são os representantes oficiais de cada comunidade ou assentamento. Como menciona Franky, “(...) nos mil novecentos e setenta se oficializaram perante o estado as primeiras comunidades, e nomearam-se novos

⁶³ Na atualidade a *Serranía del Taraira* continua sendo um lugar com alta atividade de mineração, tanto de forma artesanal quanto através da atividade de mineradoras estrangeiras. Sua revitalização deve-se ao uso de novas técnicas para a extração do ouro.

⁶⁴ Essas são as principais incursões das FARC que são mencionadas na época. A presença desse grupo não foi constante devido, em grande medida, às características de acesso ao Apaporis, (rios rochosos, com múltiplas quedas de água que fazem difícil sua navegação). No entanto, registram-se vários episódios de presença guerrilheira no Apaporis, principalmente na parte alta do rio.

⁶⁵ Isso sem contar o acontecido antes da declaração do resguardo em 1988, por exemplo, durante a formação da República, durante o período colonial, e antes da chegada dos europeus. Algumas características sobre os diversos processos de ocupação do território e conformação dos diversos grupos são brevemente mencionadas na primeira parte desta seção.

capitães, cargo de autoridade que, apesar de sua origem colonial, começou a emergir como um pilar do movimento indígena nascente” (2010, p. 325).

No contexto amazônico a figura do capitão apresenta algumas particularidades, no entanto, sua origem encontra-se ligada a processos coloniais. Segundo menciona Oliveira (1988) no seu estudo dos Ticuna, a categoria de capitão aparece identificada por Nimuendaju (1952) como relacionada com o termo *tuxaua* no Brasil e *curaca* no Perú. No primeiro caso, *tuxaua* seria uma figura surgida na época seringalista que refere ao capataz que servia ao patrão como instrumento de dominação e controle sobre os indígenas. Posteriormente, essa figura se transforma com a presença do governo brasileiro, especificamente do exército, e do Sistema de Proteção ao Índio (SPI), que estabelece funcionários (nativos ou não) nos recém-criados postos indígenas, como o caso do Posto Indígena Ticuna estudado por Oliveira. Para o caso peruano, *curaca* foi a forma como os Incas dentro de seu esquema de dominação política denominaram os chefes das aldeias vizinhas, sendo posteriormente utilizada esta categoria pelos espanhóis para nomear os representantes de cada aldeia⁶⁶.

No caso colombiano, a figura do capitão teria sua origem na chegada dos colonizadores ao Amazonas, que provocou a fissão das *malocas* como unidades coletivas de moradia, transformando-as em pequenos assentamentos ou aldeias. Nesse processo, os colonizadores denominaram o membro principal de cada clã, que a sua vez era o fundador do assentamento, como capitão (CORREA, 2017). Posteriormente, com o aumento da participação do estado colombiano na região, a figura do capitão (entre outras) consolidou-se. Como sublinha Correa “A desagregação da maloca e sua substituição pela aldeia, converteu a seu *dono* em *capitão*, e favoreceu a criação de novos ofícios promovidos pelo estado (educadores, promotores de saúde...), que os indígenas tentam eleger emulando especialidades de seus clãs” (2017, p. 114).

⁶⁶ Ver (OLIVEIRA, 1988, p. 208-210)

Segundo mencionado pelos membros da ACIYA, com a chegada de comerciantes e *caucheros* brancos à região, suas formas de vida, dadas pelo *Derecho Natural*⁶⁷, enfraqueceram-se. Nesses tempos surge a figura do capitão.

Foi quando nossos avos morreram, levaram-se parte de sua sabedoria e não alcançaram a ensiná-la. As pessoas foram levadas a trabalhar e alguns dos que sabiam a tradição não voltaram. Outros que voltaram chegaram com uma ideia diferente, afastada do conselho antigo. A outros nos levaram quando crianças ou muito jovens sem ter conhecido as bases fundamentais de nossa vida, e perdemos parte de nosso pensamento e sabedoria. Depois de ter vivido as diversas bonanças que trouxeram os brancos começamos a esquecer do próprio. Nessa época se começaram a nomear os primeiros capitães indígenas da região (ACIYA b, 2000, p. 3).

No começo, esses capitães eram designados entre os pensadores tradicionais, donos de maloca, ou xamãs/pajés, devido a seu conhecimento e experiência, que lhes outorgava autoridade para ter esse cargo. No entanto, com o aumento da interação dos indígenas com as instituições do governo e outros atores para o gerenciamento de projetos, essa posição começou a ser ocupada por outros membros da comunidade, principalmente aqueles que receberam uma formação em educação ocidental nos internatos religiosos, e que de alguma forma tinham experiência no trato com os brancos. Para os indígenas em geral do Baixo Apaporis, a introdução dessa figura de representação traz consigo uma série de interrogações, que a associação reconhece como importantes de serem trabalhadas com o fim de harmonizar dita figura, como bem foi exposto na *Propuesta de Ordenamiento Territorial del Bajo Apapoirs* (POTA).

Depois de todo esse processo, as pessoas estão começando a esclarecer qual é a função dos capitães e da organização, embora não conheçam bem as leis ocidentais. Estabelece-se *resguardo*, comunidade e qualquer um pode ser eleito

⁶⁷ Segundo Muñoz, Caro e Castro (2012, p. 12) “O conceito de *Derecho Natural* é análogo ao de *Ley de Origen* proposto em diversas ocasiões pelos grupos da *Sierra Nevada de Santa Marta*, ou ao *Derecho Mayor* desenvolvido pelos *Guambianos*. Em termos jurídicos, o *Derecho Natural* indígena não vai contra a constituição e as leis nacionais, pelo contrário, está reconhecido e protegido pela constituição nacional (Art. 1, 2, 49, 58, 67, 72, 79, 246, 288, 289, 330, 339, 353 y 356)”. Para uma crítica sobre o uso desse conceito pelos povos indígenas do Baixo Apaporis ver (CAYON, 2010).

capitão de acordo a sua responsabilidade, ainda que não seja *curado* para isso. Agora o capitão de uma comunidade é eleito e legalizado com um documento, sua nomeação é feita através de um papel. Estamos no processo de que todo nosso povo, os velhos, as mulheres, as crianças, entendam bem todo esse caminho de organização. Às vezes surgem maus entendidos, por não entender a profundidade do motivo pelo qual não se estão levando as coisas tal como faziam nossos antepassados. Também quanto à forma de lidar com a educação, saúde e diferentes programas institucionais, aos que algumas vezes nossos velhos sabedores não sabem como responder claramente (ACIYA b, 2000, p. 5).

Os capitães são escolhidos pelos membros de cada aldeia e passam a ser parte de um conselho regional com os capitães das outras aldeias. De acordo com o indicado no POTA, “as primeiras organizações comunitárias foram idealizadas nos anos 70 e 80, a partir da nomeação dos capitães, em uma concertação com os principais assentamentos, como no caso de Centro Providencia, no Apaporis, e outras comunidades no rio Mirití-Paraná” (ACIYA, 2000 b, p. 4). O capitão indígena “mais que exercer autoridade, organiza, incentiva e coordena as atividades que comprometem a vida coletiva da aldeia: construção de moradias, pontes, campos esportivos, entre outros” (CORREA, 2016, p. 59)⁶⁸. Segundo mencionado pela equipe de assessores da *Fundación Gaia* no documento de apoio à proposta de ordenamento territorial elaborada pela ACIYA

A autoridade civil de cada comunidade é o *Capitão*, que é responsável por representar os interesses de sua comunidade nos congressos e reuniões de concertação. O capitão também deve tramitar e gerenciar projetos que beneficiem sua comunidade, se reunir com seus pares e chegar a acordos conceituais e operativos, frente aos diversos problemas que os afetam. Outra função do capitão é organizar as atividades rituais anuais e propiciar os mecanismos de resolução de conflitos (FUNDACIÓN GAIA, 2000b, p. 9).

⁶⁸ Sobre a diferença em termos de poder existente entre os capitães e os xamãs Correa menciona. “A assimetria repousa sobre o significado clássico de poder, a capacidade de influenciar o comportamento dos outros, atributo de ambos, o capitão e o xamã, que, no entanto, praticam em âmbitos diferentes. O primeiro, sem a capacidade de controlar ou coagir, é o promotor e coordenador das atividades cotidianas coletivas em benefício de sua comunidade, e no xamã se concentra o conhecimento ancestral sobre o qual dependem a estabilidade e as transformações do estado do indivíduo e as relações com outros seres, humanos e não humanos, verdadeiro poder que ele atualiza com as constantes cerimônias e ritos individuais e coletivos aos quais os cantores-dançarinos contribuem” (2017, p. 113).

A figura do capitão, ainda que apresentada como uma forma de representação “democrática”, eleita pelos membros de cada comunidade para organizar assuntos da coletividade, e como forma de estabelecer um diálogo com as autoridades governamentais, termina gerando uma série de mudanças no interior da organização indígena. No documento publicado pelo extinto *Instituto Colombiano de la Reforma Agraria (INCORA)*, para a criação do *resguardo indígena Yaigojé-Apaporis*, em 1988, menciona-se que “Recentemente os comissários e os missionários começaram a nomear os capitães, como intermediários entre brancos e indígenas, com atribuição de salários, o que praticamente os têm convertido em capatazes, mingando assim o costume tradicional”(INCORA, 1988, p. 2). A figura do capitão introduz um elemento novo de representação que traz consigo um reconhecimento dentro da comunidade e frente a atores externos, uma nova fonte de prestígio e de autoridade (PERRONE-MOISES, 2011), sendo uma prática própria da sociedade nacional, aquela de criar quadros burocráticos nomeando funcionários que, na maioria dos casos, terminam cooptados pela estrutura estatal, debilitando os processos internos das populações.

Para o estado colombiano, a institucionalização de relações através da figura dos capitães, e posteriormente direcionada por meio das associações indígenas, apresenta-se como uma estratégia efetiva de mediação e aproximação das demandas dos povos indígenas, como uma forma de incluir os indígenas no jogo da burocracia e assim “garantir” o cumprimento de suas obrigações, deixando a geração, efetividade ou fracasso na aplicação dos projetos, nas mãos dos indígenas.

3.3.1 Asociación de Capitanes indígenas del Yaigojé-Apaporis- ACIYA

Com a promulgação da *Consitución Política* de 1991, que declara a Colômbia pela primeira vez como uma nação *multiétnica y pluricultural*, e com os avanços mencionados sobre as políticas indígenas, os habitantes da Amazônia passam a fortalecer os processos de organização e relacionamento entre eles e com o estado. Uma figura criada nesse contexto por meio do artigo 56 transitório da *Constitución Política de Colombia* são as chamadas AATIs, *Asociaciones de Autoridades Tradicionales Indígenas*, figura de governo indígena que tem o

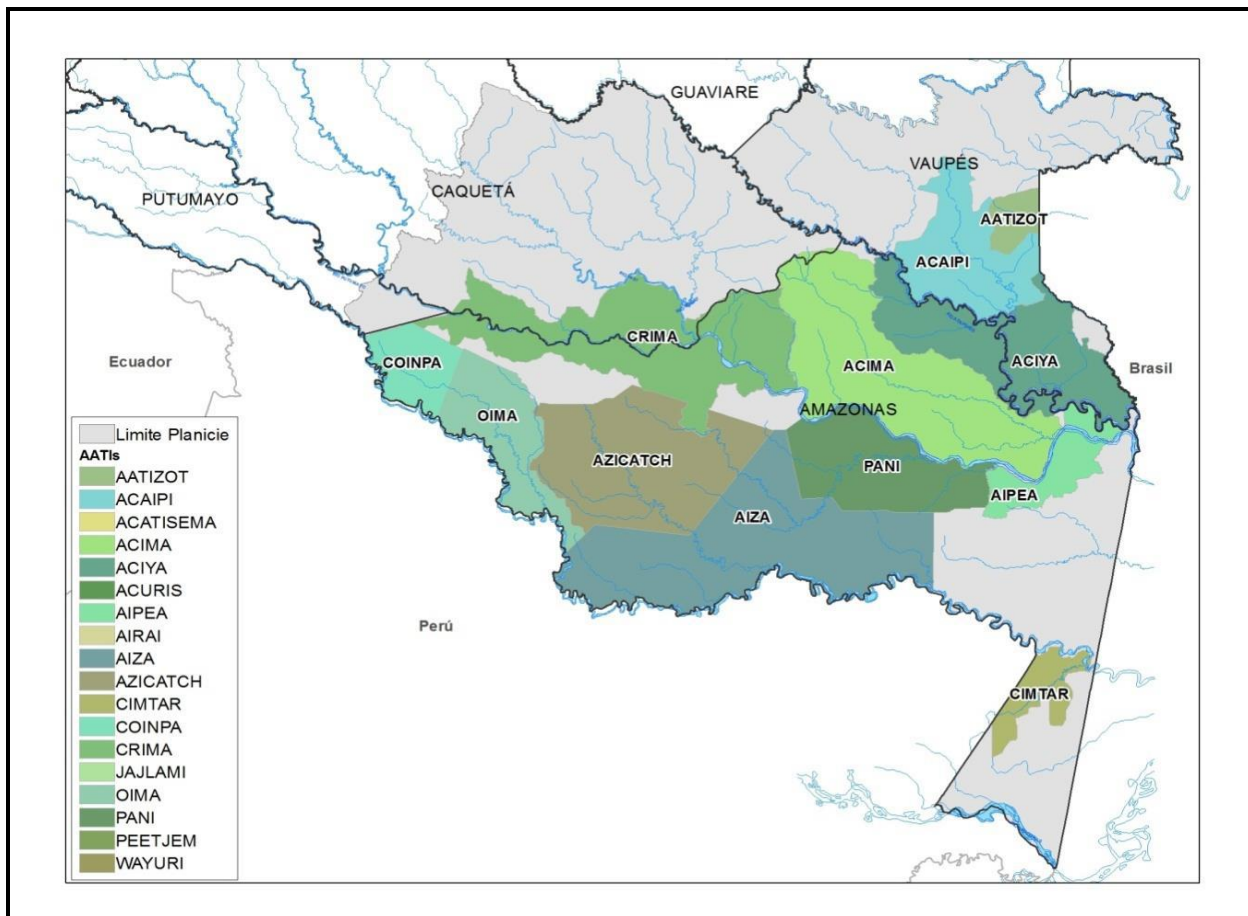
objetivo de criar políticas de governo próprio através da elaboração de planos de ordenamento territorial, planos de vida das comunidades, entre outros. Conjuntamente com as AATIs, a Constitución Política de 1991 através dos artigos 286 e 287, cria uma figura territorial denominada Entidades Territoriales Indígenas (ETI). Figura que assemelha os territórios indígenas com os municípios, outorgando-lhes autonomia administrativa e política. Uma ETI pode ser conformada por vários resguardos, ou um grande resguardo pode dar origem a varias ETIs. Contudo, atualmente essa figura ainda não foi regulamentada pelo Congresso da República.

Na década dos anos 90, as diversas etnias agruparam-se em associações como ACIMA- *Asociación de Capitanes Indígenas del Mirití-Paraná Amazonas* (1995), AIPEA- *Asociación indígena de la Pedrera Amazonas* (1995), ACAIPI- *Asociación de Capitanes y autoridades tradicionales Indígenas del Pirá Paraná* (1996), dentre outras⁶⁹. No caso do Apaporis, foi criada a *Asociación de Capitanes Indígenas del Yaigojé-Apaporis-ACIYA* em 1994.

Nossas autoridades tradicionais e outras lideranças de ACIYA são os que diagnosticam, discutem e apresentam as problemáticas atuais dos povos indígenas do baixo Apaporis, e levam esse conhecimento para fora para lhe dar a conhecer ao governo branco nosso esforço na proteção do mundo, incluindo a selva, os rios, os animais e outros. A organização também serve para chegar a um acordo de trabalho com as diferentes instituições estatais e com as ONGs (ACIYA b, 2000, p. 4).

⁶⁹ Bruce Albert menciona para o caso da Amazônia brasileira, que a partir do fim dos anos 1980 existiu um processo extremamente dinâmico de criação de associações indígenas. Assim, antes de 1988 existiam somente 10 associações deste tipo, em tanto que no fim dos anos 1990, existiam mais de 180 nos seis estados amazônicos brasileiros, e mais de 250 na Amazônia legal. Para o autor, esse boom das associações indígenas teve como condições fundamentais de possibilidade, “(...) por um lado, o quadro jurídico progressista da nova Constituição e, do outro, o “mercado de projetos” aberto pela cooperação bi e multilateral e pelas ONGs internacionais, seguidas pelos crescentes investimentos públicos nacionais no setor das OSC (Ministérios do Meio Ambiente, da Saúde e da Educação)” (2001, p. 197). Situação bastante similar do acontecido no caso da Colômbia nos anos de 1990.

Mapa 3- Associações de autoridades tradicionais indígenas (AATI) na planície amazônica



Fonte: (MUÑOZ; CARO; e CASTRO, 2012).

Estas Associações são os órgãos principais de discussão e decisão sobre o futuro dos povos da Amazônia. Para a sua articulação no aparato da administração estatal, é necessário o desenho de um *Plan de Ordenamiento Territorial* (POT), para a gestão do território no longo prazo. No caso da ACIYA, no ano 2000 é apresentado ao governo nacional o esquema da *Proposta de Ordenamiento Territorial del Bajo Apaporis-POTA*, dentro do qual se detalha o *Plan de Vida* dos povos do Apaporis, documento que é a versão do POTA em termos do conhecimento tradicional. “Nosso *Plan de Vida* é para encontrar o melhor caminho para que possamos nos desenvolver, seguindo nosso próprio caminho de pensamento e mantendo a unidade no manejo de nosso território” (ACIYA, 2000, p. 7). Os principais componentes do *Plan de Vida* são: o ordenamento territorial, o governo próprio, a educação, a saúde, e os projetos produtivos, todos eles sob os “termos do *Derecho Natural*”. O documento apresenta igualmente

um balanço de mais de 300 sítios do território que são considerados sagrados, detalhando sua importância em termos xamânicos e a possibilidade de serem ou não utilizados.

É importante mencionar que a ACIYA teve para a elaboração do POTA, o apoio de um grupo de assessores (antropólogos, biólogos, advogados e educadores) da *Fundación Gaia*. Cayón e Turbay (2005) mencionam que a *fundación Gaia* assessorou, igualmente na época, outras associações indígenas da Amazônia colombiana no desenho do *Plan de Ordenamiento Territorial* que foi apresentado ao governo nacional, destacando que os principais elementos que compõem as propostas são os mesmos (ordenamento territorial, governo próprio, educação, saúde, e projetos produtivos). Também sublinham, além desse *processo de homogeneização de demandas e visões do território*, o fato de estes componentes serem pensados em termos ocidentais (construção de escolas, postos de saúde, etc.) e não no que poderiam ser seus “equivalentes” em termos nativos⁷⁰. Igualmente François Correa chama a atenção para o fato de que a elaboração desses planos de vida, ao demandar condições específicas para sua elaboração, explicaria a rotação dos cargos de capitão para jovens com formação escolar ou profissional, “(...) e ainda mais grave, (explicaria) a intervenção de organizações não governamentais e entidades estatais que orientaram seu desenho” (CORREA, 2017, p. 118).

Para a materialização das propostas de gestão no território, as associações recebem verbas do estado que devem ser solicitadas a partir da elaboração de projetos que são avaliados por entidades do governo regional e nacional. As associações são responsáveis tanto pelo manejo das verbas repassadas pelo estado, como pela sua utilização, obtendo assim um importante grau de autonomia, em contraposição à situação anterior de dependência pelo exercício tutelar do estado. No entanto, apesar da existência desse novo contexto de maior autonomia dos povos indígenas,

⁷⁰ Essa crítica vale não somente para a *Fundación Gaia*, mas também para a associação indígena que participa e aceita esses termos. Sem embargo, considero importante nuançar essa visão do processo como impositivo, e reconhecer ali um processo de reelaboração de categorias. Como menciona Bruce Albert “Se o discurso político indígena se limitar à mera reprodução das categorias brancas, ele se reduzirá a uma retórica oca; se, por outro lado, ele permanecer no âmbito exclusivo da cosmologia, não escapará do solipsismo cultural. Em um caso como no outro, a falta de articulação desses dois registros leva ao fracasso político. A contrário, é a capacidade de executar tal articulação que faz os grandes líderes interétnicos” (2002, p. 242).

estes estão de qualquer forma subordinados às estruturas de funcionamento estatais⁷¹. Como menciona Breno Gomes para o caso Brasileiro

Esse dispositivo, que afasta o tão criticado paternalismo das políticas indigenistas de outrora e “empodera” as comunidades indígenas, é construído à custa de uma adesão aos mecanismos jurídicos do Estado, o que, em certa medida, endossa sua legitimidade. As ações da associação ficam submetidas a potencial juízo conforme a legislação nacional, em detrimento do senso de justiça específico a cada um desses grupos (2013, p. 26).

Na maioria dos casos, o orçamento é utilizado para educação, saúde e infraestrutura. A ACIYA afirma que sua proposta de manejo territorial está sempre sujeita ao conhecimento tradicional, às leis estabelecidas desde a criação do mundo, ressaltando que seu território já está ordenado desde os tempos míticos e tem sido conservado assim pelo trabalho dos sabedores, sendo que o que eles fazem agora, é de certa forma, traduzir essa proposta em termos ocidentais, para serem reconhecidos e valorizados pela sociedade nacional. “Os quatro seres viventes nos deixaram como tarefa respeitá-las (as leis) e fazer com que sejam respeitadas. Nós precisamos que o governo e os brancos também as respeitem, porque delas depende que tenhamos toda boa comida e boa saúde” (ACIYA, 2000, p. 7). É importante notar que algumas associações indígenas recebem igualmente verbas de ONGs que são geridas através da cooperação internacional, o que amplia sua capacidade de ação para além dos recursos econômicos provenientes do estado. O recebimento dessas “ajudas” está condicionado, na maioria dos casos, a um ser indígena “ideal”, que exige a manifestação e preservação de elementos culturais tradicionais, assim como a prática de formas de vida que sejam afins com a conservação ambiental, articuladas por meio de um discurso do *nativo ecológico* (ULLOA, 2004). Desse modo, a dita autonomia que ganham os indígenas com o gerenciamento de recursos econômicos, pode chegar a estar subordinada não somente aos requisitos e diretrizes do estado colombiano, mas também das ONG e seus financiadores, e de seu atuar como “guardiões da natureza”.

⁷¹ Ainda que as verbas fossem recebidas e utilizadas pelas associações, a execução destas estava a cargo dos respectivos governos departamentais, até que se constituíssem as ETI. Fato que obrigava os indígenas a render contas aos departamentos. No entanto, o dia 10 de abril de 2018, o governo nacional assinou um decreto transitório que reconhece a autonomia dos povos indígenas que habitam em áreas não *municipalizadas* (áreas existentes nos departamentos de Guainia, Vaupés e Amazonas), para o manejo dos recursos de transferências nacionais sem a intermediação dos governos departamentais.

3.3.2 Os principais componentes de mobilização da ACIYA

A educação formal ocidental chegou ao Apaporis em fins de 1970, por meio do estabelecimento de escolas em algumas aldeias (inicialmente em *Bocas del Pirá*, *Centro Providencia* e *Bellavista*), que eram manejadas pela antiga *Comisaría del Amazonas*, hoje *Departamento del Amazonas*. Posteriormente se estabeleceram outras escolas comunitárias igualmente dirigidas pelo governo departamental, e alguns centros de alfabetização (internatos religiosos). Segundo manifestado no POTA, o estabelecimento dessas escolas afetou a transmissão do conhecimento tradicional às novas gerações: era comum que aqueles que recebiam educação nos internatos, ao voltar às comunidades, atuassem de forma contrária aos costumes e crenças praticados pelos tradicionais. Por esse motivo, uma das principais lutas da associação indígena foi recuperar o processo de administração da educação, integrando o ensino dos conhecimentos próprios com o conhecimento ocidental. Para esse fim, ACIYA criou um comitê de educação liderado por um secretário, para avaliar as necessidades em termos educativos na região e gerenciar frente às respectivas instituições, o manejo do orçamento e a contratação de professores, preferencialmente professores indígenas das próprias aldeias.

Dentro dessa iniciativa, ACIYA elaborou o plano de educação do Apaporis que procurava a formação de educadores indígenas de acordo com a cosmovisão dos povos do Apaporis, o estabelecimento de escolas em cada aldeia para evitar o deslocamento das crianças e jovens para outras aldeias ou para centros urbanos, e a utilização das línguas indígenas no processo educativo. A lei 115 de 1994, que regula o sistema geral de educação na Colômbia, estabelece a obrigação do estado de garantir uma educação de acordo com as necessidades e critérios estabelecidos pelos diversos povos étnicos que habitam o território nacional. O artigo 58 menciona que “O estado promoverá e fundamentará a formação de educadores no domínio das culturas e línguas dos grupos étnicos”, e o artigo 62, “As autoridades competentes, em concertação com os grupos étnicos, selecionarão os educadores que laborem em seus territórios, preferivelmente, entre os membros das comunidades (...)” (Ley General de Educación, Ley 115 de 1994).

Quanto aos serviços de saúde, outro dos principais elementos que concernem à ACIYA, as primeiras unidades básicas de atenção foram estabelecidas em 1980 (nas comunidades de *Bocas del Pirá*, *Bellavista*, e posteriormente em *Centro Providencia*) por parte do *Servicio Seccional de Salud del Vaupés* e da *Secretaria de Salud del Amazonas*. A atenção tem sido muito precária ao longo do tempo, não tendo pessoal suficiente nem os insumos necessários, e a nomeação de promotores de saúde estranhos à população, tem gerado muitas críticas pelo desconhecimento destes funcionários do manejo tradicional da saúde no Apaporis. Igualmente como acontecido com a educação, a ACIYA identifica no seu POTA que a imposição das formas ocidentais de saúde afetou amplamente as práticas e conhecimentos tradicionais que se fundamentam numa série de prevenções estabelecidas no calendário ecológico, debilitando igualmente a credibilidade nos xamãs, “enfraquecendo culturalmente as comunidades, e afetando ao mesmo tempo, o equilíbrio na saúde ambiental, social e individual” (ACIYA, 2000, p. 33).

Assim, com a criação da ACIYA, tem se liderado um processo para melhorar a qualidade na atenção da saúde por meio do estabelecimento de acordos com as entidades prestadoras do serviço e da elaboração de um modelo de *saúde intercultural*. A principal demanda da associação era ter controle sobre o dinheiro das transferências enviado pelo governo nacional para a construção de novos postos de saúde. No entanto, uma problemática recorrente tem sido a dificuldade de estabelecer acordos com as entidades de saúde dos dois departamentos responsáveis pela atenção (Vaupés e Amazonas), já que cada um tem um plano básico de atenção distinto.

Por volta de meados dos anos 90, atuava no Baixo Apaporis o médico Jean Marc Fischer como membro da ONG *Médicos del Mundo*. Fischer, além de proporcionar atenção médica aos habitantes do Apaporis, tem fornecido equipamentos, medicamentos, capacitação aos promotores de saúde, e assessoria na construção do plano de saúde (ACIYA, 2000). Segundo um antropólogo que trabalhou no Apaporis durante a criação do parque nacional, Fischer costuma, até os dias atuais, ficar por longas temporadas no Apaporis, sempre estabelecendo novos projetos de todo tipo (energias limpas, manejo de lixo, entre outros, além dos projetos de saúde), depois fica um

tempo fora do país procurando financiamento e volta com novos projetos, sendo uma pessoa muito estimada na região⁷².

O surgimento das associações na Amazônia gerou um novo cenário para os indígenas após a consolidação dos respectivos *resguardos*. Com as associações, criam-se novas formas de representação política que se somam às de sabedor tradicional e capitão, como as de secretário de meio ambiente, secretário de ordenamento territorial, secretário geral, entre outros⁷³. Cada associação tem suas próprias formas de organização e de eleição dos cargos, e começa a existir um interesse e uma valoração frente à possibilidade de ser membro da associação, e assim ter reconhecimento na comunidade e fora dela. Além dos “benefícios” /obrigações que se tem por ser parte da organização, como já foi comentado no caso dos capitães, existe além disso, um risco de burocratização nestas associações, como mencionado por Cayón e Turbay.

As novas responsabilidades das organizações indígenas locais podem ter, entretanto, algum efeito negativo como a consolidação de uma elite indígena letrada que eventualmente se separe do controle das autoridades tradicionais, instadas pelo trabalho próximo com as ONGs e formando aquele *índio hiper-real* do que fala Ramos (1998), ou ao ter que elaborar planos que os obrigam a segmentar aspectos que são inseparáveis na visão indígena do mundo (2005, p. 117).

Os membros da associação são em muitos casos aqueles que já têm uma experiência em relação ao trato com a sociedade nacional, seja porque estudaram em algum internato fora da aldeia ou porque saíram um tempo para trabalhar em alguma cidade na região (similar ao que acontece com os capitães). Essa dinâmica é parte da própria exigência de ter algum cargo na associação, o que exige realizar atividades tais como elaborar relatórios das atividades nas aldeias, realizar petições às entidades do governo, relacionar-se com cooperantes internacionais, procurar parceiros estratégicos para o desenvolvimento de projetos, entre outros. O que exige constantes deslocamentos a cidades como Leticia no Amazonas, Mitú no Vaupés ou Bogotá, e estadias prolongadas fora das aldeias. Essa situação pode trazer consequências no âmbito da tomada de decisões nas comunidades, principalmente devido à

⁷² Informação obtida numa conversa acontecida no mês de agosto de 2017 no café *Doña Blanca*, centro de Bogotá.

⁷³ Cabe mencionar que não conheço nenhum caso de mulheres que desempenhem algum desses cargos.

distância que começa a se criar entre os indígenas envolvidos nas exigências da representação, os indígenas nas aldeias e os sabedores tradicionais, que finalmente são a “instância última” e máxima de decisão no território, mas que acabam isolados de muitas das decisões tomadas pelos capitães e pelos membros da associação.

Para exemplificar esse último ponto, posso remeter à minha própria experiência. Para desenvolver esta pesquisa no Apaporis como tinha sido projetada no início, incluindo uma breve estadia em algumas aldeias, eu precisava apresentar minha proposta numa assembleia/congresso de autoridades tradicionais, evento que é realizado geralmente duas vezes ao ano. Nesse encontro, os capitães das aldeias junto com os sabedores tradicionais (os mais velhos e sábios das comunidades), reúnem-se em alguma das comunidades para discutir as principais problemáticas, projetos, e demais situações relevantes que estejam acontecendo no momento. Entre eles, as propostas de pesquisa ou de qualquer tipo de atividade dentro do território, que devem ser colocadas na pauta do encontro pelos membros da associação, ou como vem acontecendo após a criação da área de proteção, pelo delegado de *Parques Nacionales*. No meu caso, recorri ao secretário de território da ACIYA e a *Parques Nacionales* para que minha proposta fosse apresentada na seguinte assembleia de autoridades tradicionais. No entanto, a negativa que recebi para visitar o Apaporis me foi dada pelos membros da associação com os quais me reuni em Leticia (AM). Quer dizer, *uma decisão que devia ser discutida junto com os tradicionais foi tomada diretamente por alguns membros da associação.*

Essa é uma situação bastante complexa já que é compreensível a dificuldade existente para que qualquer decisão seja tomada coletivamente nas assembleias regionais, eventos que, segundo me relataram várias pessoas que assistiram a alguma delas como representantes de instituições (parques nacionais, *fundación Gaia*, etc.), podem prolongar-se por vários dias, com inúmeras questões que não conseguem ser tratadas da forma esperada. Além disso, é importante ter em conta qual é a verdadeira capacidade de decisão da associação, e mais concretamente, daqueles membros que estão encarregados da execução de determinado projeto. Sabemos que sua ação está sujeita a previa aprovação dos projetos nas assembleias regionais, mas no caminho são muitas as mudanças que se apresentam na execução destes,

principalmente por conta do financiamento e das exigências burocráticas, situações que exigem o deslocamento às capitais dos departamentos (Leticia ou Mitú). Desse modo, eles como representantes das comunidades reunidas na ACIYA, teriam a capacidade para tomar decisões pelo coletivo (e efetivamente é o que acontece), devido principalmente à premência que normalmente exigem esses processos que não permitem ser consultados nas comunidades. No entanto, os estatutos da associação mencionam que todas as decisões que afetam o coletivo devem ser discutidas com os sabedores tradicionais, que por sua vez, devem consultar os donos do território para emitir um conceito, o que no plano “ideal” de funcionamento restringiria a decisão imediata dos representantes da associação.

Segundo comentado por um funcionário de uma ONG que tem atuado como assessora da ACIYA, a tomada de decisões unilateralmente por parte de membros da associação tem gerado algumas disputas com sabedores tradicionais, capitães e lideranças que reclamam por não serem devidamente consultados, desrespeitando os estatutos da associação e o próprio *Derecho Natural*. Agora, essa dificuldade para que as decisões a tomar sejam discutidas com os sabedores tradicionais não vem apenas da característica do proceder da associação indígena, existem outros atores que igualmente participam das decisões que tangem aos indígenas e igualmente participam da dinâmica descrita. Assim, voltando ao relato de minha experiência, posso mencionar que ainda após ter recebido uma carta de *Parques Nacionales* mencionando que minha proposta seria colocada por eles na pauta da próxima assembleia regional (a acontecer em agosto de 2017), já que era uma obrigação deles dar tramite a esse tipo de petições, nunca recebi resposta a respeito, o que me faz supor que o meu caso não foi tratado nessa assembleia, sendo que nem de parte da ACIYA, nem de *Parques nacionales*, minha proposta para trabalhar no Apaporis foi levada até os sabedores tradicionais.

Existe também uma influência sobre os processos de identificação, por exemplo, atualmente um indígena do Apaporis quando se apresenta frente a outras pessoas, pode trazer vários componentes de pertencimento, como ser membro de uma etnia (Macuna, Letuama), com um descendente mítico específico (filho do jaguar) e um lugar de pertença determinado (rio Popeyacá), membro de uma aldeia (Centro Providencia), membro de um resguardo (Yaigojé-Apaporis) e membro de uma associação (ACIYA).

Em relação à representatividade alcançada com as associações, os povos da Amazônia têm fortalecido em grande medida as relações entre eles, como no caso da ACIYA e da *Asociación de Capitanes y Autoridades Tradicionales Indígenas del Rio Pirá Paraná* (ACAIFI), e com outros atores que participam na região como instituições governamentais, ONGs, pesquisadores, entre outros. Obtendo importantes benefícios para as comunidades através da gestão de projetos, ao tempo que se fortalecem os processos de autonomia e governo próprio a partir dos conhecimentos e práticas tradicionais.

* * *

“De pronto, como si un remolino hubiera echado raíces en el centro del pueblo, llegó la compañía bananera perseguida por la hojarasca. Era una hojarasca revuelta, alborotada, formada por los desperdicios humanos y materiales de los otros pueblos; rastros de una guerra civil que cada vez parecía más remota e inverosímil. La hojarasca era implacable. Todo lo contaminaba de su revuelto olor multitudinario, olor de secreción a flor de piel y de recóndita muerte. En menos de un año arrojó sobre el pueblo los escombros de numerosas catástrofes anteriores a ella misma, esparció en las calles su confusa carga de desperdicios”
(Gabriel García Márquez, *La Hojarasca*)

4. O PARQUE NACIONAL NATURAL YAIGOJÉ-APAPORIS. UM PARQUE POR UMA MINA

O presente capítulo procura analisar o processo de conformação do *Parque Nacional Natural Yaigojé-Apaporis*, figura de proteção ambiental que é acionada a partir de 2007 pelos povos indígenas do baixo Apaporis como estratégia para a defesa do território ancestral. Situação motivada pela ameaça que representou a solicitação de um título para exploração de ouro num dos seus *sítios sagrados* por parte de uma multinacional canadense chamada *Cosigo*. O processo de conformação do parque caracterizou-se pela participação de múltiplos atores, como: *Parques Nacionales de Colombia*, a *Fundación Gaia Amazonas*, a mineradora *Cosigo*, e a *Corte Constitucional de Colombia*, entre outros. Um elemento significativo no processo foi a divergência surgida entre os indígenas frente à conformação do parque. Situação que levou à criação de uma nova associação indígena que se opunha à declaração do resguardo como uma área de proteção e solicitou a derrogação do parque. Finalmente a divisão entre os indígenas foi superada e a *Corte Constitucional* ratificou a criação do parque.

Para o desenvolvimento deste capítulo me apoio principalmente em alguns documentos elaborados por *Parques Nacionales* e pelo *Ministerio del Interior* da Colômbia. Igualmente, utilizo a sentença da *Corte Constitucional* que ratificou a criação do parque Yaigojé Apaporis, e algumas reportagens realizadas por vários meios de comunicação colombianos, assim como o trabalho de Sebastian Rubiano para obter o título de mestre em geografia na *Universidad de los Andes*, Bogotá. Outros materiais utilizados são as informações obtidas em conversas com

funcionários de *Parques Nacionales* e da *Fundación Gaia Amazonas* em visitas realizadas a essas instituições em Bogotá nos meses de março, junho e agosto de 2017, e na participação de um evento realizado em Leticia entre os dias 22 e 23 de maio de 2017, onde alguns membros da *Asociación de Capitanes Indígenas del Yaigojé-Apaporis (ACIYA)* apresentaram sua experiência na constituição do parque. Por último menciono o uso de um vídeo que registra a totalidade de uma audiência pública realizada pela *Corte Constitucional* na comunidade de Centro Providencia em janeiro de 2014.

4.1 Mineração no baixo Apaporis. O surgimento de Taraira

Somada à “riqueza” e variedade étnica e cultural, a área do resguardo Yaigojé-Apaporis tem uma importante diversidade de flora e fauna própria da região amazônica. Igualmente, essa área possui uma importante quantidade de recursos minerais, pois se encontra sobre o denominado *Escudo Guayanés*, uma formação geológica da era pré-cambriana composta por uma capa mineral com abundante ouro (Cárdenas-López et. al, 2010. Apud. RUBIANO, 2014) que cobre as Guianas, parte da Venezuela, o Brasil e a Colômbia. Fato que é igualmente reconhecido pelos indígenas como um dos elementos característicos do seu território ancestral, e igualmente demonstrado em estudos realizados por companhias mineradoras estrangeiras, pesquisadores colombianos e o governo nacional⁷⁴.

Na década de 1980, encontram-se os primeiros sinais de ouro na região e centenas de *colonos*⁷⁵ vieram de múltiplas partes da Colômbia e do Brasil para aproveitar a bonança. Resultado desta situação foi a criação do município de Taraira no departamento de Vaupés, fronteira com o Brasil, em 1992. Nessa época, Taraira chegou a contar com uma população de aproximadamente 12.000 habitantes⁷⁶, e o registro de 130 minas artesanais. Com o passar do tempo, a bonança do ouro diminuiu e boa parte da população não indígena se deslocou para

⁷⁴ Nos anos 90 a companhia estatal colombiana *Mineralco* (extinta em 1998), encarregada da administração dos minerais não energéticos no país, realizou um estudo onde demonstrava a existência de ouro nas proximidades do município de Taraira, nomeando a região como de alto interesse minerário.

⁷⁵ Entenda-se posseiro para o caso do Brasil.

⁷⁶ El Tiempo (10 de agosto de 2003). “Otra Colombia, frente a Brasil”. Disponível em: <http://www.eltiempo.com/archivo/documento/MAM-1022630>. O nome do município (Taraira) vem do rio do mesmo nome que marca a fronteira com o Brasil nessa parte do departamento de Vaupés. Do lado brasileiro o rio é conhecido como Traíra.

outras regiões, no entanto, segundo Rubiano (2014), um número considerável de pessoas permaneceu em Taraira (ao redor de 1500 pessoas em 1989), dedicando-se principalmente à mineração artesanal até a atualidade. Em 2013, Taraira registrava, segundo dados de sua prefeitura, 1.335 habitantes, 456 na área urbana e 879 na área rural, com quase 95% de sua população reconhecida como indígena⁷⁷.

Atualmente uma grande parte da população de Taraira que se dedica à garimpagem trabalha do lado brasileiro, onde existe um maior número de minas (não obstante do lado colombiano igualmente é comum a presença de garimpeiros vindos do Brasil). A história de Taraira também tem sido marcada pela violência, como bem menciona Rubiano, “Na década de oitenta, muitas vezes as disputas territoriais e econômicas entre os primeiros garimpeiros chegaram aos tiros e ao facão. E durante vários períodos nas últimas três décadas, as FARC têm exercido controle no povoado e nas minas” (2014, p. 9). A presença de grupos armados tem se dado tanto pela obtenção de lucro por conta do manejo das atividades de mineração, quanto pelo controle dos rios da região para o transporte de drogas e armas para os países vizinhos, fato que inclusive tem gerado enfrentamentos entre a guerrilha colombiana e as forças armadas brasileiras⁷⁸.

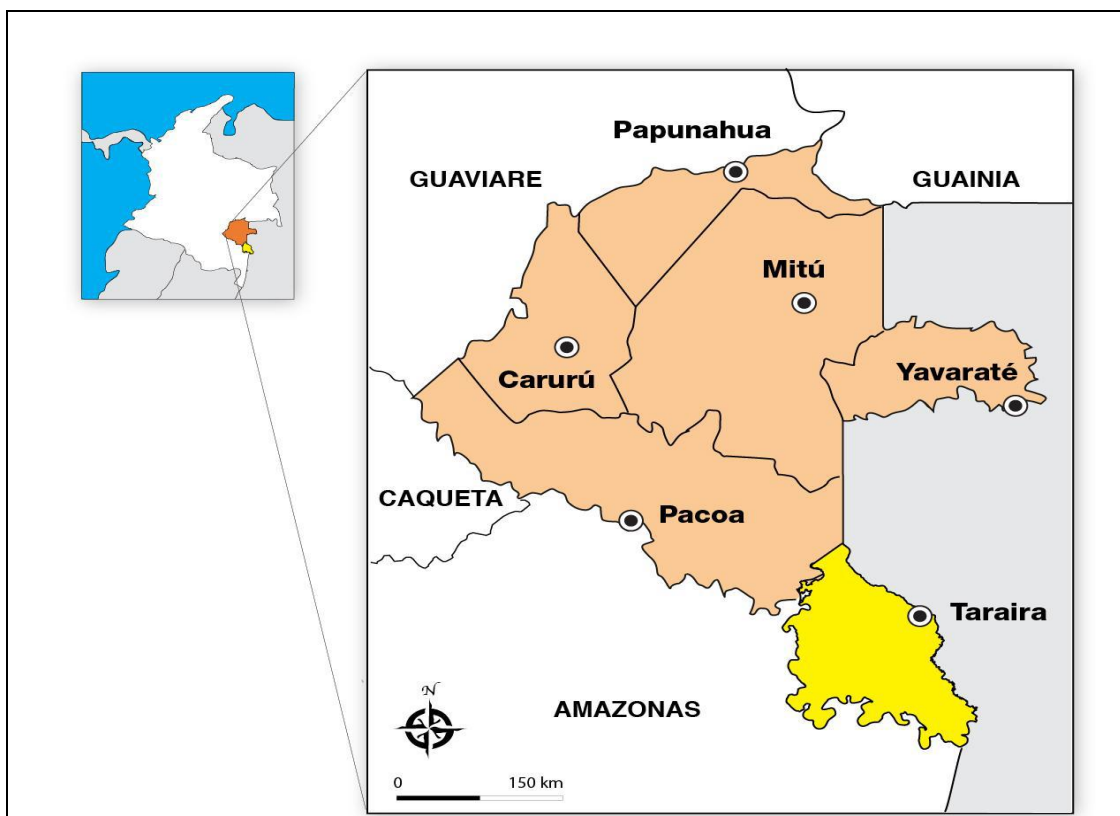
A história de Taraira tem uma grande importância para a compreensão das dinâmicas territoriais, políticas, econômicas e sociais acontecidas nos últimos trinta anos (já quase quarenta), na região do baixo Apaporis. A partir da criação do município com o auge da mineração, alguns indígenas da região, principalmente aqueles que moravam nas comunidades e assentamentos mais próximos, estabeleceram relações comerciais com os *colonos* que chegaram, alguns se deslocaram para morar nessa área, e vários deles começaram a participar das atividades da garimpagem. A forma como foram descobertas as minas de Taraira não é muito clara. Existe uma versão que indica que foi um indígena da região, Lorenzo Valencia Macuna, quem encontrou as primeiras pedras de ouro, vendeu-as na capital (Mitú), e a partir daí começaram a

⁷⁷ Dados tomados de: <http://taraira-vaupes.gov.co/indicadores.shtml#economica>. Cabe mencionar que a prefeitura continua manejando em 2018 os mesmos dados.

⁷⁸ Em 1991, um grupo de guerrilheiros das FARC atacou um grupo de soldados brasileiros, ao parecer como retaliação pelos violentos controles que estes vinham realizando contra os garimpeiros colombianos na região. Os militares brasileiros responderam com uma operação denominada “Traíra”, onde foram assassinados vários guerrilheiros e alguns garimpeiros colombianos. Ver: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u3204.shtml>; <https://www.youtube.com/watch?v=2YN2eDwfVfk> Acessos em: 21/03/2018.

chegar pessoas procurando o ouro. Sebastian Rubiano para sua dissertação de mestrado em geografia entrevistou Lorenzo Valencia, que lhe contou que ele começou garimpando do lado brasileiro, mas depois de alguns problemas, os brasileiros lhe impediram de continuar trabalhando. No entanto, eles deram-lhe um mapa onde indicavam outras minas semelhantes do lado colombiano, mapa que ao que tudo indica, havia sido elaborado por mineradoras brasileiras (RUBIANO, 2014).

Mapa 4- Localização município de Taraira no departamento de Vaupés



Fonte: (RUBIANO, 2014, p. 7)

Rubiano aponta que existe uma segunda versão mencionada por alguns garimpeiros entrevistados por ele, que indica que foram os garimpeiros brasileiros, que trabalhavam nas minas do outro lado da fronteira, que descobriram as minas em Taraira. O autor menciona que independentemente de como foram descobertas as minas, o importante é destacar o papel que teve o processo de mineração que acontecia desde alguns anos atrás do lado brasileiro, no começo e expansão da mineração em Taraira. Baseando-se no estudo de Alcida Ramos (1998),

Rubiano sublinha que no final dos anos 70 centenas de garimpeiros brasileiros chegaram ao território dos índios Tucano na fronteira com a Colômbia, impulsionados pelas políticas do governo brasileiro que através do Plano de Integração Nacional (PIN), realizou um projeto de identificação de recursos naturais na Amazônia e região nordeste brasileira, projeto denominado Radar na Amazônia (RADAM)⁷⁹. Os resultados do projeto demonstraram que a Amazônia, e especificamente os estados de Roraima, Amazonas e Pará, registravam um alto conteúdo de minerais. Desse modo, além dos garimpeiros, também chegaram à região algumas mineradoras como a Gold Amazon (1983), e a companhia Paranapanema (1985), que teriam participado do início da mineração do lado colombiano do Apaporis⁸⁰.

A partir desse momento passa a existir uma pressão sobre o território indígena pela exploração de minerais, daí o surgimento de diversas figuras de organização territorial. Por exemplo, a conformação do município de Taraira, respondeu ao interesse dos *colonos*/garimpeiros para legalizar sua prática de mineração artesanal solicitando títulos de exploração e o reconhecimento da propriedade das terras/garimpos por eles trabalhadas. Essa iniciativa de legalizar a propriedade dos garimpos, que até então eram regulados na sua propriedade pelos mesmos garimpeiros através de uma associação criada em 1990 para esse fim (*Asociación de mineros del Vaupés-ASOMIVA*), era uma forma de se preparar para a possível chegada de grandes companhias de mineração, como tinha acontecido do lado brasileiro (RUBIANO, 2014). Por outro lado, houve também a mobilização dos indígenas pela ampliação do resguardo, como forma de proteger as áreas que estavam começando a ser ocupadas pelos garimpeiros e demais *colonos* de Taraira, para realizar atividades de garimpagem e pesca, como exposto no capítulo 3.

⁷⁹ Na Colômbia também se realizou um projeto desse tipo na Amazônia chamado *Proyecto radargramétrico del Amazonas* “Proradam” (1973), desenvolvido pelo *Instituto Geográfico “Agustin Codazzi”* (IGAC), o *Ministerio de Defensa Nacional*, e o *Centro interamericano de fotointerpretación* (CIAF). Mas a informação coletada, ainda que mostrasse a alta presença de minerais na região, não foi utilizada para impulsionar a mineração, como no caso brasileiro.

⁸⁰ Nos anos 1980 a mineração teve um grande auge na Amazônia brasileira como comentado por Bruce Albert. “Em poucos anos, a garimpagem passou ao status de atividade econômica dominante na Amazônia, ocupando cerca de meio milhão de garimpeiros e produzindo, em 1987, aproximadamente cento e vinte toneladas de ouro, colocando o Brasil em terceiro lugar na produção aurífera mundial, depois da África do Sul e da ex-União Soviética. Esta corrida do ouro na Amazônia dos anos 1980 passaria a ser o boom extrativista mais importante da região desde o auge da borracha” (2002, p. 244).

Com o passar dos anos o interesse pela exploração minerária não desapareceu, pelo contrário. Novos atores com novas técnicas interessaram-se pela região do baixo Apaporis/Taraira. No ano 2007 a multinacional canadense *Cosigo Resources Ltda* iniciou atividades de mineração no povoado de Taraira, numa zona conhecida como *La Serranía del Taraira*, muito próxima da área do *resguardo Yaigojé-Apaporis* que foi ampliada em 1998, e em sobreposição com as minas artesanais dos *colonos*. A companhia obteve do governo colombiano um título de exploração por 30 anos sobre a área, que eles passaram a denominar *El cinturón de oro del Taraira* (Taraira Gold Belt)⁸¹. A mesma companhia solicitou na época, ao *Instituto Colombiano de Geología y Minería* (Ingeominas), a concessão de um título para explorar ouro na *Serranía de la Libertad*, localizada dentro do *resguardo indígena* e onde se encontra *El Chorro de la Libertad* ou *Yuisi* (em língua macuna), considerado pelas diferentes etnias que habitam o território como o *sítio sagrado* de maior importância.

Yuisi (macuna), *Yui'ika* (letuama, tanimuca), ou *Yusi* (yujup), representa para os povos do *Apaporis*, o lugar onde nasceu a humanidade, dali depende o equilíbrio do entorno. Neste sítio sagrado, os xamãs se reúnem para realizar o ritual do Yuruparí, comum entre os povos do alto rio negro, que lhes permite realizar a cura do mundo. Mediante esse ritual, realiza-se a transição dos jovens das diferentes etnias à vida adulta, recebendo o mandato que lhes foi estabelecido ao nascer pelo pensador, isso por meio da apresentação das flautas sagradas do Yuruparí.

Este é o *chorro* mais sagrado de todo o rio Apaporis, porque ali é onde nasceram todas as tribos que existem no baixo Apaporis, e foi ali onde receberam o sagrado. Esse lugar é como a cepa do mundo, porque assim o ordenaram os deuses no começo do mundo, especialmente para os Tanimuka, Macuna, Letuama, Yauna, Barazana e os Yujup Makú. Ali também nós, os indígenas, recebemos a cura das pessoas recém-nascidas. Nesse sítio não é permitido realizar atividades como a pesca e a coleta, nem a construção de moradias. Pra nós, tudo o que existe ali é sagrado, as árvores, as rochas, porque cada um tem seu dono (ACIYA b, 2000, p. 15).

⁸¹ Essa atividade extrativa faz parte do projeto de mineração insígnia da *Cosigo* denominado *Machado project*. Vide <https://www.cosigo.com/s/Machado.htm?ReportID=455306& Type=Machado& Title=History> Acesso em: 15/04/2018. A companhia reconhece que desde os anos 80 essa área tem sido explorada por *mineros artesanales*. Precisamente os garimpeiros da ASOMIVA estavam há anos tentando obter os títulos para explorar nessa área. A *Cosigo* igualmente tem três projetos de exploração no Brasil nas proximidades do povoado de Vila Bittencourt, município de Japurá (AM).

Desse modo, frente à ameaça da mineração, os capitães indígenas e os pensadores tradicionais das diferentes etnias agrupadas em ACIYA, iniciaram um processo de discussão sobre a forma de enfrentar esse conflito. Como mencionei no capítulo anterior, alguns anos atrás no mesmo *Chorro de la Libertad*, o governo departamental construiu uma inspeção de polícia, uma escola e um posto de saúde sem consultar a população. Essas construções foram posteriormente retiradas pela pressão exercida pelos indígenas mediante uma ação legal interposta pelo capitão Rondon Tanimuka contra o governo departamental. Igualmente, nesse ano de 1995, pessoas externas à comunidade tentaram estabelecer um projeto de pesca comercial no *raudal de la Playa*, outro lugar sagrado que encontrava-se fora do *resguardo*, situação que, graças à reação dos indígenas terminou com a retirada dos comerciantes (FORERO, 1998; FORERO et al, 1998). No entanto, para enfrentar uma ameaça como a exploração de ouro por uma empresa multinacional, as medidas adotadas deveriam ser de outra natureza, já que os atores envolvidos respondiam a lógicas transnacionais e a interesses contrários aos dos habitantes da região.

Para os indígenas do baixo Apaporis, o ouro é um elemento sagrado necessário para a realização das *curaciones de mundo*, outorga-lhe ao tradicional o poder de pensar e curar, por isso não pode ser tirado do seu lugar nem manipulado pelos indígenas. Os sítios sagrados possuem grandes quantidades de ouro por serem os pontos que conectam a rota do caminho do pensamento dos tradicionais. Através do brilho do ouro, os sabedores conseguem enxergar as doenças e tirá-las do território, se é extraído, o pensamento fica escuro e a humanidade pode desaparecer⁸². Os indígenas do Apaporis atribuem às atividades de mineração desenvolvidas no território nos últimos tempos, a aparição de doenças desconhecidas por eles que têm produzido a morte dos tradicionais, a diminuição de peixe e dos níveis de água dos rios, e a aparição de chuvas em tempos não esperados, entre outros⁸³. Em palavras de uma liderança da ACIYA

⁸² Sobre a concepção que tem os indígenas do baixo Apaporis sobre a mineração, e especificamente sobre o ouro, existem dois vídeos produzidos pela FGA e dirigidos por Juan Gabriel Soler. *Oro sagrado en el Apaporis*, realizado em 2007. Disponível em: <https://vimeo.com/24942699>. E *Guardianes de la Libertad*, realizado no ano de 2009. Disponível em: <https://vimeo.com/220060199>. No ano de 2016 a FGA produziu outro vídeo sobre o manejo do território praticado pelos povos indígenas do baixo Apaporis intitulado *El corazón de la tierra. Yaigojé-Apaporis*. Disponível em: <https://vimeo.com/175909369>. Acessos em: 25/04/2018.

⁸³ Situação semelhante relata Bruce Albert (2002) para o caso dos Yanomami que reconhecem a possibilidade de um apocalipse xamânico devido às doenças liberadas pelos brancos com a mineração de ouro. Como advertido pelo Davi Kopenawa, a morte dos xamãs provocaria a queda do céu, o fim da humanidade. Alcida Ramos (2012), também menciona a experiência dos Yanomami com a mineração.

O ouro é sagrado para nós. É como uma lente que reflete os raios do sol e ilumina o pensamento dos idosos, dos tradicionais. Remover ouro causa morte, doença, altera o ciclo da *chagra*, faz as crianças nascerem doentes, torna as mulheres menos férteis. Seria uma desgraça se alguém mexer com isso (apud RUBIANO, 2014, P. 69).

Desconheço se essa forma de conceber o ouro faz parte de relatos míticos antigos, não achei nenhuma referencia no tocante, ou se foi incorporado recentemente devido às práticas de mineração/garimpagem no território. Não obstante, na proposta de ordenamento territorial da ACIYA elaborada no ano de 2002, após a ampliação do resguardo em 1998, aparecem alusões sobre a importância de preservar os recursos existentes debaixo da terra por serem sagrados, e menciona-se especificamente a importância do ouro.

As riquezas que estão no fundo da terra, o ouro, o urânio, o petróleo, o carvão, as minas de sal, todos esses recursos tem um dono, e não podem ser vistos porque estão no profundo e são sagrados. Onde estão as minas você não pode derrubar *chagra*, nem arvores, nem plantas. Lá você não pode viver, nem construir moradias nem malocas. Isso é sagrado, o dono é o responsável de cuidar esses recursos. Se o ouro se extrai, vêm as doenças, os problemas, a violência, e por isso o mundo pode se acabar (ACIYA, 2000 b, p. 12).

Um elemento chave na problemática aqui tratada tem a ver com o fato de que a figura do *resguardo indígena* protege o território e oferece autonomia aos povos para decidir sobre si mesmos. Mas o conceito de território construído pela legislação colombiana difere da própria concepção indígena, que considera a existência de distintos níveis ou mundos cósmicos interdependentes. Como mencionado no documento de apoio à proposta de ordenamento territorial da ACIYA⁸⁴.

Um território indígena é muito mais que uma entidade territorial, que um resguardo ou que um espaço que contém determinados recursos, suscetíveis de serem conservados ou explorados tecnicamente, de acordo com as leis da oferta e a demanda regional, nacional ou internacional. O território é o eixo principal do seu modo de vida porque

⁸⁴ Esse documento foi elaborado por um grupo de profissionais contratados pela *fundación Gaia* denominado *equipo asesor del rio Apaporis*, conformado pelos antropólogos Dany Mahecha e Carlos Franky, o assessor em educação Gustavo Restrepo, o advogado Ramón Laborde, o médico Pablo Montoya e Claudia Linares (sem informação).

está ligado à sua reprodução física e social, com a organização do trabalho, com sua forma de manejar os recursos naturais, de planejar os assentamentos e de associar-se nos níveis familiar, comunitário e regional (FRANKY et al., 1999, p. 9).

Essa divergência sobre a forma de conceber o território pode ser corroborada pelo fato de que para o estado colombiano no concernente ao território, existe uma separação entre o solo e o subsolo, sendo esse último propriedade do estado junto com os recursos naturais não renováveis, como consignado no artigo 332 da *Constitución Política de Colombia* (CPC). Assim, a figura do *resguardo* protege o solo, e segundo o artigo 330 da CPC, uma das funções dos indígenas como administradores do seu território é “velar pela aplicação das normas legais sobre uso do solo e ocupação do território”, mas o subsolo continua pertencendo ao estado, junto com os minerais nele presentes. Nesse contexto, é acionado pelo estado o argumento de que com a extração de ouro se conseguirão recursos econômicos para desenvolver projetos no nível departamental e nacional (o estado velando pelo “bem-estar geral”), e assim a mineração encontra um caminho para se instalar, por exemplo, no interior de um *resguardo indígena*, como é o caso aqui analisado.

A visão do estado sobre o território desde uma dimensão principalmente material e mercantil, desconhecendo as diversas visões e usos existentes sobre este ao longo do território nacional, apresenta-se como um importante fator para a geração de conflitos, mas ao mesmo tempo em que é uma condição geradora de novas construções simbólicas e materiais sobre aquilo considerado como território, situação que pode ser evidenciada na construção dos Planos de Ordenamento Territorial pelos indígenas da Amazônia. Considero que esta discussão sobre as diversas posições sobre o território (estado/indígenas/Ong), e o produto dessa dinâmica, está bem resumida no seguinte parágrafo tomado de Cayón e Turbay.

Os Planos de Ordenamento Territorial elaborados na Amazônia partem, como disse Echeverri (2003) de uma noção de território concebido mais como um conjunto de relações vitais e sociais expressadas na paisagem, que como um âmbito geográfico. Acrescenta o autor que o termo *território* é parte da nova linguagem política das nascentes organizações indígenas, mas que seu uso e seu significado são complexos e não correspondem com as acepções do termo no âmbito jurídico-político ou no das ciências naturais (Echeverri, 2003:15). Acreditamos, apesar de tudo, que os indígenas conseguiram conjugar criativamente sua própria concepção de território com alguns dos conceitos dos ambientalistas. A nova retórica indígena incorpora e transforma a

retórica externa à qual lhe dá uma vitalidade nova, a atualiza, e converte em uma ferramenta eficaz para os fins da reivindicação política e a reafirmação identitária no nível departamental e nacional (2005, p. 117).

As demandas dos povos indígenas pelo reconhecimento de seu território têm gerado alguns precedentes no âmbito jurídico em relação à concepção estatal do território. Na sentença SU 383 de 2003 sobre o *Derecho a la integridad étnica y cultural de las comunidades indígenas*⁸⁵, a Corte Constitucional da Colômbia assinalou que:

A visão sobre o território como é concebido pelos povos indígenas é diferente da do resto da população colombiana, uma vez que este não se limita a coabitar certas áreas do solo e ao aproveitamento dos recursos, já que a trama das relações sociais transcende o nível empírico e leva a que as técnicas e estratégias de manejo do meio ambiente não possam ser entendidas sem os aspectos simbólicos aos que estão associados, e que se articulam com outras dimensões que a ciência ocidental não reconhece (APUD. CORTE CONSTITUCIONAL Sentencia T-384A, 2014, p. 97).

Assim mesmo, através da sentença C-030 de 2008, sobre a *Ley general Forestal*, a Corte Constitucional enfatizou na importância da participação que devem ter os povos indígenas na exploração dos recursos naturais existentes nos seus territórios ancestrais, dado que,

A visão que estes têm, transcende o âmbito meramente jurídico e econômico do território, porquanto o vínculo com o lugar que habitam possui um caráter espiritual e sagrado, tornando-se um elemento fundamental na maneira como eles entendem e concebem o mundo (CORTE CONSTITUCIONAL Sentencia T-384A, 2014, p. 98).

Diante dessas circunstâncias, os capitães indígenas reunidos na ACIYA, apoiados pelos tradicionais, e por meio da assessoria da *Fundación Gaia Amazonas* (FGA), determinaram que a única figura legal na Colômbia que pode proteger o território, incluindo o subsolo, é a figura de *Parque Nacional Natural* (PNN). A partir desse momento, começa o processo para que a mesma área que compõe o resguardo seja declarada como PNN. No entanto, antes de descrever o processo de conformação do parque, considero importante expor brevemente a trajetória da

⁸⁵ Magistrado relator: Álvaro Tafur Galvis.

Fundación Gaia Amazonas (FGA), ator de muita importância dentro do processo de acompanhamento aos indígenas do Apaporis nos últimos vinte anos, e que tem estabelecido importantes redes de apoio com instituições da sociedade civil dos países com território amazônico.

4.1.2 Atores e projetos no Apaporis: A Fundación Gaia Amazonas

O início da *Fundación Gaia Amazonas* relaciona-se à atividade do antropólogo de ascendência alemã Martin von Hildebrand, seu fundador, presidente e antigo diretor⁸⁶. Nos anos 70 após terminar seus estudos de Antropologia na Europa, Hildebrand vinculou-se ao recém-criado *Instituto Colombiano de Antropología*⁸⁷ (ICAN), sob a direção do reconhecido antropólogo Reichel Dolmatoff. Foi enviado ao Amazonas junto com a primeira equipe de pesquisadores do ICAN (1972), onde conviveu com a etnia Tanimuka assentada ao longo do rio Mirití-Paraná, no departamento de Vaupés. Nessa época Hildebrand foi diretor e um dos fundadores da *Estación Antropológica de La Pedrera*, um centro de pesquisa criado no povoado de *La Pedrera* (AM) em 1974, dentro de uma iniciativa do ICAN denominada *Antropología de rescate*, já que se pensava que os indígenas estavam predestinados a desaparecer em pouco tempo. Assim, o objetivo da estação era proporcionar serviços de educação nas comunidades para evitar a migração das crianças aos internatos, e a prestação de serviços de saúde e projetos produtivos, para diminuir a dependência dos indígenas em relação aos comerciantes e missionários⁸⁸. Nessa estação também esteve vinculado o irmão de Martin, Patrício von Hildebrand⁸⁹ (MUÑOZ et al. 2012; HILDEBRAND, 1975). Posteriormente, Martin von Hildebrand realizou um doutorado em Antropologia na universidade da *Sorbonne*, baseando sua pesquisa na experiência de trabalho com os

⁸⁶ Martin von Hildebrand chega a Colômbia em 1948 quando seus pais são convidados para participar da fundação da *Universidad de los Andes* em Bogotá. Ver: <http://lasillavacia.com/quienesquien/perfilquien/martin-von-hildebrand>. Acesso em: 27/03/2018.

⁸⁷ Atualmente *Instituto Colombiano de Antropología e Historia*- ICANH.

⁸⁸ Segundo mencionado num documento produzido por funcionários de Parques Nacionais (entre eles o diretor do PNN Yaigojé-Apaporis, Diego Muñoz) denominado *Linea Base Preliminar del PNN Yaigojé-Apaporis*, a estação de *La Pedrera* deixou de funcionar em 1979, devido em grande medida, à pressão exercida pelos comerciantes e missionários atuantes na região (em especial o *Instituto Lingüístico de Verano*) que viam nos antropólogos uma ameaça para suas atividades, e começaram a difundir na região a ideia de que os antropólogos só chegavam às comunidades indígenas para extrair o conhecimento ancestral através de vídeos e imagens, que seriam utilizadas em benefício particular. (MUÑOZ et al. 2012, p. 72).

⁸⁹ Em 1982 Patrício von Hildebrand (Biólogo), constituiu uma Ong chamada *Puerto Rastrojo*, que atua até hoje na Orinoquia e na Amazônia colombiana.

Tanimuka, e ao voltar na Colômbia começa a trabalhar no ministério de educação nacional, sendo um dos fomentadores da política de educação étnica no país⁹⁰.

Em 1986, Martin é nomeado pelo presidente Virgílio Barco como diretor nacional de assuntos indígenas do governo da Colômbia. Durante sua gestão, contribuiu para garantir, em 1988, a aprovação da declaração do resguardo indígena *Predio Putumayo*, situado no departamento de Putumayo com 6 milhões de hectares. Posteriormente, foi o representante do governo colombiano frente à Organização Internacional do Trabalho (OIT) na negociação da convenção 169 de reconhecimento dos direitos aos povos indígenas e tribais, participando igualmente de forma ativa no processo de discussão dos assuntos étnicos na nova *Constitución Política de Colombia*, aprovada em 1991 (HERNANDEZ; VARGAS, 2015).

No início de 1990, Hildebrand cria a mencionada *Fundación Gaia*, que vem acompanhando desde então os povos indígenas do noroeste amazônico colombiano para “o reconhecimento e implementação dos direitos, territórios e sistemas de governo local”⁹¹. A FGA desde seu início apoia os povos indígenas dos rios Putumayo, Caquetá, Mirití-Paraná, Apaporis, Pirá-Paraná, Tiquié, Isana e Guainía, em seus diversos processos de conformação e ampliação de resguardos, criação das associações indígenas, e demais processos de saúde, educação, projetos produtivos, entre outros. A FGA tem sua sede principal na cidade de Bogotá, e possui um centro de formação e pesquisa chamado *El Cocotal*, localizado no povoado de *La Pedrera*, departamento de Amazonas, muito próximo do Parque Yaigojé-Apaporis. No *Cocotal*, os funcionários da Gaia (Antropólogos, Biólogos, Advogados, Educadores, Psicólogos, Comunicadores, entre outros) realizam diversas atividades de formação com os indígenas, o lugar também funciona como centro de encontro dos indígenas da região e como espaço para armazenar os materiais produzidos nos exercícios de pesquisa nas comunidades (mapas, relatórios, planos de vida, documentos dos processos jurídicos, áudios de entrevistas, vídeos, entre outros)⁹².

⁹⁰Ver: http://revistadiners.com.co/articulo/12_309_martin-von-hildebrand-el-mensajero-de-la-selva, <https://cromos.elespectador.com/personajes/cronicasocial/articulo-dos-hermanos-unidos-la-amazonia>. Acessos em: 26/03/2018.

⁹¹ Ver: <http://gaiaamazonas.org> Acesso em: 20/03/2018.

⁹² O centro está equipado com salas de aula, um centro de documentação, acomodações e serviços para hospedar os indígenas e a equipe da Gaia responsável dos processos de formação desenvolvidos nesse lugar. O centro conta com

Um apoio fundamental para o funcionamento da ONG tem sido a criação por iniciativa de Hildebrand, no mesmo ano (1990), do *Programa de Consolidación Amazónica* (COAMA), que reúne várias organizações não governamentais colombianas (principalmente a FGA e a *Fundación Etmollano*) e algumas europeias (principalmente *The Gaia Foundation* com sede em Londres), que “compartilham objetivos comuns de conservação da selva amazônica e defesa dos povos indígenas” (HILDEBRAND; BRACKELAIRE, 2012, p. 83). O programa COAMA funciona principalmente com recursos geridos pela *The Gaia Foundation*⁹³ obtidos de governos europeus, e tem como missão principal, apoiar os indígenas na preservação da diversidade cultural e biológica da Amazônia⁹⁴. Desde a criação da ACIYA em 1994, a associação têm recebido acompanhamento do programa através de assessoria legal, pedagógica e antropológica, e apoio financeiro (FRANKY et al, 2000). Pela criação do programa COAMA, e em geral pela participação nos processos de reconhecimento do território ancestral, e apoio nos processos de organização política dos povos indígenas da Amazônia, Hildebrand recebeu no ano 1999 do parlamento sueco o prêmio *Right Livelihood Award*, também conhecido como Premio Nobel Alternativo. Igualmente recebeu outros prêmios como *The order of the Golden Ark*, do Reino dos Países Baixos, o *Skoll Award for Social Entrepreneurship* dos Estados Unidos, e o *Premio Nacional de Ecologia* da Colômbia, entre outros.

Em 2001 o projeto COAMA deu origem a uma nova iniciativa para criar uma rede de cooperação transfronteiriça chamada *Cooperación y Alianza en el Norte y Oeste Amazónico*, conhecida como *Canoa*. O projeto procura desenvolver iniciativas conjuntas em tópicos como a consolidação e o governo dos territórios indígenas, o manejo das áreas protegidas, o trabalho conjunto para o desenvolvimento de políticas públicas no âmbito nacional e internacional, e a troca de experiências em aspectos como saúde, educação, preservação da cultura e do bosque tropical primário (HILDEBRAND; BRACKELAIRE, 2012).

um comitê acadêmico constituído por duas autoridades tradicionais, dois professores, duas lideranças de cada associação e os dois assessores pedagógicos da FGA. (RUDQVIST, Anders; ARHEM, Kaj, 2006, p. 34).

⁹³ Além de gerir recursos econômicos, *The Gaia Foundation* tem uma função importante ao atuar como ponto de conexão internacional com organizações europeias e principalmente africanas, havendo com as últimas, um processo de relacionamento importante devido ao interesse destas por conhecer as experiências de governo dos indígenas da Amazônia.

⁹⁴ Vide: <http://www.etnollano.org/?portofolio=bajo-orinoco>. Acesso em: 14/04/2018.

A iniciativa *Canoa* procura superar a divisão de fronteiras numa iniciativa transnacional de cooperação para a conservação da Amazônia, integrando uma ampla área de mais de um milhão de quilômetros quadrados que conta com terras indígenas e áreas de conservação da Venezuela, a Colômbia e o Brasil. No projeto participam a *Organización Regional de los Pueblos Indígenas del Amazonas* (Orpia) da Venezuela, a Federação de Organizações Indígenas do Rio Negro (FOIRN), a *Organización de los Pueblos Indígenas de la Amazonia Colombiana* (Opiac), as *Asociaciones de Autoridades Tradicionales* (AATI), as fundações *Gaia* e *Etnollano*, o Instituto Socioambiental (ISA), e a *Fundación Wataniba* da Venezuela⁹⁵.

Através do projeto *Canoa*, a FGA começou um trabalho conjunto com o Instituto Socioambiental (ISA), parceria que tem dado origem a uma importante produção sobre a experiência de trabalho no contexto transfronteiriço. A partir dessa parceria foram publicados dois informes da iniciativa binacional Brasil-Colômbia para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial do Noroeste Amazônico: “Cartografia dos Sítios Sagrados” (2014), e “Metodologias para a Salvaguarda da Cultura e Governança” (2016). Para a publicação desses documentos foi muito importante o trabalho realizado pela *Red Amazónica de Información Socioambiental Georreferenciada* (RAISG), rede criada em 2007 em São Paulo para a geração e difusão de conhecimento, dados estatísticos e informação socioambiental da Amazônia através de análises geoespaciais. A RAISG está conformada por organizações da sociedade civil de seis países com território amazônico (Bolívia, Brasil, Colômbia, Equador, Peru, e Venezuela)⁹⁶.

Por outro lado, o programa *Canoa* foi o começo de uma iniciativa que na atualidade é liderada por Martin von Hildebrand, e que procura estabelecer um imenso corredor ecológico de 200 milhões de hectares que ligaria os Andes, a Amazônia, e o Atlântico (mapa 5), projeto conhecido como triplo A, ou simplesmente (AAA)⁹⁷. A iniciativa precisa da participação conjunta dos oito países com território amazônico (Equador, Peru, Colômbia, Brasil, Venezuela, Guiana, Guiana Francesa e Suriname) e visa aproveitar os territórios indígenas e as áreas

⁹⁵ A secretaria operativa da aliança está a cargo da FGA.

⁹⁶ Ver. <https://www.amazoniasocioambiental.org/es/sobre/>. Acesso em 10/04/2018.

⁹⁷ Devido em parte a esse projeto, Martin von Hildebrand deixou a direção da FGA, (continua como presidente e fundador), e cedeu o cargo para seu filho Francisco von Hildebrand. Sobre o projeto ver: <http://www.oeco.org.br/reportagens/triplo-a-o-controverso-corredor-ecologico-que-ligaria-os-andes-ao-atlantico/>. Acesso em 10/04/2018.

protegidas já estabelecidas nos oito países, para criar uma grande área de proteção (ver mapa 5). A proposta está atualmente sendo discutida pelas instâncias correspondentes de cada país (governo, indígenas, ONG, entre outros), processo que pode tomar um longo tempo devido à complexidade que representa a discussão da proposta com os atores envolvidos, especialmente com as populações habitantes da área e com os diversos governos da região.

Mapa 5- Proposta do corredor AAA



Fonte: <http://www.oeco.org.br/reportagens/triplo-a-o-controverso-corredor-ecologico-que-ligaria-os-andes-ao-atlantico/> Acesso em: 26/04/2018.

Como acabei de mostrar, a *Fundación Gaia Amazonas* e o seu fundador Martin von Hildebrand, têm tido um papel muito importante no decorrer da história dos povos indígenas da Amazônia colombiana, e em particular daqueles assentados nos rios Pirá-Paraná e Apaporis. A atuação desta ONG tem sido motivo de crítica por parte de alguns setores indígenas e não indígenas que consideram que esta se aproveita do discurso do “nativo ecológico” para obter apoio econômico do estrangeiro. Igualmente cabe mencionar o surgimento de diferenças entre as diversas associações indígenas da região (conflitos), devido ao apoio que algumas destas recebem

da ONG para o desenvolvimento de projetos. Inclusive existe uma acusação contra Hildebrand, que escutei na cidade de Leticia, de que ele teria levado pedras preciosas do Apaporis, e posteriormente vendido na Europa, com as quais ganhou uma “grande fortuna”. No entanto, não existe nenhuma prova sobre essa situação, e parece ser mais um “boato” de um setor que questiona a representatividade e autoridade que possui a ONG na região do baixo Apaporis, em “detrimento das formas tradicionais indígenas”. Mas, como me mencionaram alguns membros da ACIYA, o apoio oferecido pela GAIA tem sido fundamental nas lutas pelo reconhecimento de sua autonomia e na defesa do território.

Em relação à atuação da FGA, existem outros questionamentos como os realizados por Cayón e Turbay (2005), que mencionei no capítulo 3, sobre a padronização dos elementos que compõem as propostas de ordenamento territorial das associações que foram assessoradas pela ONG, e o fato dessas propostas estarem elaboradas a partir de demandas pensadas em termos ocidentais, mais que nas próprias categorias nativas, recorrendo principalmente a discursos ambientalistas, ademais de estar pensadas para umas condições ideais que não sempre existem (baixa densidade populacional, abundância de recursos, conservação de saberes tradicionais, entre outros). Cayón (2010) também menciona que o principal interesse da FGA é inserir os indígenas como cidadãos no mundo ocidental, já que o subproduto dessa situação é a conservação da natureza. Para ele, a FGA serve ao mesmo tempo a dois interesses: autonomia indígena, mas com desenvolvimento sustentável.

No meu caso, como relatei no capítulo 1, o contato com a FGA começou vários anos atrás (2013/2014), quando visitei sua sede em Bogotá para solicitar informação sobre o Apaporis. Eu estava procurando alguma forma de entrar em contato com os membros da associação indígena, mas na ONG a pessoa que me atendeu, disse que no momento eles não tinham nenhum projeto nessa região e só podiam me fornecer alguns livros com informação geral sobre a Amazônia. Evidentemente a FGA trabalhava à época com a ACIYA, mas por alguma razão que desconheço, eles não me deram informação. Em 2016 quando perdi contato com o representante de território da ACIYA, enviei um correio eletrônico para a FGA pedindo ajuda para contatar algum membro da associação indígena, mas não recebi resposta. Finalmente em maio de 2017, conheci um dos assessores da FGA em Letícia (AM), com quem posteriormente me reuni em duas ocasiões em

Bogotá na sede da FGA para falar sobre o processo de criação do parque Yaigojé-Apaporis e o trabalho da ONG no processo. Foi nessas visitas à FGA que consegui boa parte dos documentos produzidos pela ONG e pela ACIYA utilizados neste trabalho. Desse modo, a minha relação com a FGA mudou da negativa por me oferecer qualquer informação sobre o Apaporis, ao acesso a documentos sobre a criação do resguardo e do parque, e a conversações com os funcionários da ONG encarregados de dar assessoria a ACIYA. Considero que minha presença no evento realizado pela *Universidad Nacional de Colombia* em Leticia, no mês de meio de 2017, foi um fator importante para conseguir essa aproximação com a FGA, sem desconsiderar a existência de fatores internos à ONG que poderiam possibilitar uma maior abertura a pessoas externas à instituição.

4.2 “As doenças de branco se curam com remédios de branco” A criação do Parque Nacional Natural Yaigojé-Apaporis⁹⁸

Diferente de outros casos de criação de parques, a solicitação para a criação do Parque Nacional Yaigojé-Apaporis foi realizada pelos mesmos habitantes da área a ser declarada como Parque, representados pela ACIYA, constituindo-se na primeira experiência na Colômbia de criação de uma área de proteção liderada por uma *Asociación de Autoridades Tradicionales Indígenas* (AATI). Essa iniciativa precisava do estabelecimento de uma relação de trabalho permanente entre a associação indígena e *Parques Nacionales* para a declaração da área de proteção, um grande desafio para ambos, mas que incide principalmente sobre a vida dos indígenas do baixo Apaporis, pois a criação do parque significava o estabelecimento de novas relações com atores externos e a redefinição de processos internos como será evidenciado neste capítulo. Desde a perspectiva dos indígenas, a iniciativa de estabelecer um parque nacional surge a partir das limitações que começam a existir para proteger o território com as formas tradicionais, isso devido à chegada de novas dinâmicas (denominadas por eles como doenças)

⁹⁸ Parte das ideias aqui expressas foram apresentadas no XVI *Congreso de Antropología en Colombia*, e V *Congreso Asociación Latinoamericana de Antropología*, em Bogotá, 6-9 de junho de 2017, simpósio: *Gestión Territorial y Biodiversidad: entre conflictos, saberes y conservación*. Igualmente na XI *Sesquiannual conference SALSA*, em Lima, 20-23 de julho de 2017, no GT 22: *Territorialidad e Identidad*.

trazidas pelos brancos, como o caso da mineração, e que precisam de uma solução (remédio) própria dos brancos. Como mencionado por Maximiliano Tanimuca⁹⁹

A doença dos brancos é procurar os brancos para curá-los, a doença dos indígenas é procurar os indígenas para curá-los. Isso aconteceu com nós com as ameaças das multinacionais, por isso foi tão importante entrar em contato com os colombianos e procurar qual é a instituição que nos facilitaria preservar e conservar nossos recursos naturais.¹⁰⁰

Igualmente sobre a dificuldade de enfrentar a ameaça da mineração valendo-se das formas tradicionais, o capitão Rondón Tanimuka mencionou o seguinte durante uma das reuniões do processo de criação do parque.

Com os rituais defendemos as doenças que o mundo libera, defendemos os lugares sagrados, mas como agora não se pode defender somente com pensamento tradicional, ao tirar das minas se produzem mais doenças, chegam outros a trabalhar e se torna numa riqueza para satisfazer as necessidades dos brancos. Hoje em dia não podemos mais controlar estas doenças (apud MINISTERIO DEL INTERIOR Y DE JUSTICIA, 2009, p. 5).

Geralmente, a experiência de criação de Parques na Colômbia ocorre desde uma dinâmica contrária, em que o *Ministerio del Medio Ambiente* (MMA), PNN, ou outra instituição relacionada, propõe a proteção da área, muitas vezes gerando conflitos com os habitantes desses territórios¹⁰¹. Como mencionei no capítulo 3, os indígenas do baixo Apaporis já tinham rejeitado uma iniciativa de *Parques Nacionales* em 1996, proposta para a parte alta do resguardo, área que eles solicitaram incluir dentro da ampliação do resguardo. A iniciativa para criar essa área de proteção havia sido elaborada sem consultá-los, e eles só souberam dela através de um ex-funcionário do MMA que trabalhava nesse momento como assessor da ACIYA. Os indígenas

⁹⁹ Maximiliano (pertencente ao grupo da *gente jaguar*) é filho de Rondón Tanimuca, o pensador tradicional mais importante na atualidade no baixo Apaporis. Ele faz parte do grupo de jovens pesquisadores do Apaporis e é membro do comitê de território da ACIYA, sendo um dos jovens mais ativos nos processos da associação. Maximiliano tem representado a ACIYA em vários eventos na Europa e nos Estados Unidos.

¹⁰⁰ Palavras pronunciadas por Maximiliano Tanimuca, maio 22 de 2017, durante o encontro denominado *Ecología de saberes amazónicos para la defensa del territorio: el Resguardo-Parque Yaigojé-Apaporis y los indígenas en la Universidad*, realizado na Sede Leticia da *Universidad Nacional de Colombia*. Em diante, as falas dos indígenas registradas durante esse encontro, serão referenciadas como (Encontro de saberes Leticia, 2017).

¹⁰¹ A aparição de conflitos relacionados com o estabelecimento de áreas de proteção tem sido algo comum, devido às divergências existentes nas formas de entender e vivenciar os territórios por parte dos habitantes dessas áreas, e das instituições encarregadas da proteção ambiental. Para o caso da América Latina ver (ORTIZ, 2009).

tiveram que demonstrar ao governo nacional que o interesse deles era que essa área fosse incluída dentro do resguardo, e mencionavam que a criação de um parque nacional ia contra sua autonomia para manejar o território (FORERO, 1998, p. 9).

Frente à negativa dos indígenas para a criação da área de proteção em 1996, *Parques Nacionales* decidiu não continuar com essa iniciativa. No entanto, a área continuou sendo de alto interesse para a instituição devido a sua biodiversidade e proximidade com outros parques nacionais¹⁰². Esse interesse por parte da instituição foi um elemento importante que facilitou a aproximação entre eles e a ACIYA para a posterior constituição do parque¹⁰³, desta vez a partir do interesse/necessidade dos indígenas, e sob uns acordos específicos para o desenvolvimento da iniciativa, como mencionado por Robín Día, secretário de território da ACIYA

Então com os aliados e demais pessoas, começamos a analisar que a única alternativa que tínhamos era a criação de uma área protegida. Assim, entre os tradicionais fazem uma análise, que como nós queríamos o parque, que não fosse um parque de ideias do governo, senão do território. Então nós dissemos, temos uns princípios culturais de manejo frente ao território, então a área protegida tem que ser declarada mediante uns acordos de manejo da parte tradicional, e com uns objetivos de conservação. Que é o que queremos conservar? (Encontro de saberes Letícia, 2017).

Desse modo, segundo registrado por *Parques Nacionales* no documento denominado, *Línea Base Preliminar del Parque Nacional Natural Yaigojé Apaporis*, seguiu-se o seguinte procedimento. Em fevereiro de 2008 os membros da ACIYA decidem solicitar ao então *Ministerio de Ambiente, Vivienda y Desarrollo Territorial* (MAVDT) a criação do parque. Em março, os delegados da ACIYA se reúnem com a diretora da *Unidad Administrativa Especial del Sistema de Parques Nacionales* (UAESPNN) para comunicar sua intenção de criar um parque nacional na mesma área do resguardo indígena sob os parâmetros de um manejo conjunto. Assim, no mesmo mês, os delegados da ACIYA, junto com os profissionais que lhes prestavam assessoria, e a equipe técnica da unidade de *Parques*, elaboraram um primeiro plano de trabalho

¹⁰² Em 1992 a área do Apaporis foi classificada como “da maior prioridade em conservação biológica” no âmbito do Congresso Mundial de Áreas Protegidas realizado em Caracas, Venezuela. (MUÑOZ et al, 2000)

¹⁰³ Outro dos fatores que facilitou o processo de criação do parque, foi a função que a ONG Gaia cumpriu como mediadora entre PNN e os indígenas do Apaporis, para se chegar a um acordo sob a pressão da ameaça existente sobre o território. Função mediadora acionada através do discurso da “conservação ambiental” e do “desenvolvimento sustentável”.

para a criação do parque, estabelecendo algumas pautas como o financiamento do processo, as diversas responsabilidades e o cronograma posterior, entre outros. Seguindo o plano de trabalho, durante os meses de abril e maio os delegados da ACIYA visitaram as comunidades pertencentes à associação para recopilar e atualizar informação sobre o estado destas e seus habitantes. Produto desse exercício, a associação elaborou um estudo socio-cultural que foi entregue no mês de junho à UAESPNN, dando origem ao convênio de cooperação entre as partes No.003 de 23 de junho de 2008. O objetivo do convênio é:

Reunir esforços técnicos, administrativos e logísticos entre a *Unidad de Parques* e ACIYA, que permitam desenvolver o processo que leve à declaração de uma área protegida que seja parte do *Sistema de Parques Nacionales Naturales* no território do *resguardo Yaigojé-Apaporis*, garantindo a permanência dos valores culturais dos povos indígenas que habitam na região, associados à conservação do meio natural, como fundamento para a manutenção da diversidade biológica e cultural do país, como também garantir a oferta de bens e serviços ambientais essenciais para o bem-estar humano (apud MUÑOZ et al., 2012, p. 13).

Esse objetivo permite ver que o elemento principal que estrutura a relação de *Parques* com os habitantes do Apaporis, especificamente as comunidades pertencentes à ACIYA, é o reconhecimento do manejo que os indígenas realizam do seu entorno através da aplicação dos seus valores culturais, o que permite a manutenção da diversidade biológica. Esta afirmação supõe, por uma parte, que a cosmovisão indígena no Apaporis é uma, indivisa, e permanente no tempo, quando a prática demonstra o contrário. E por outro lado, que responde aos objetivos de conservação de *Parques*. No documento de *Parques* sobre a política de participação social na conservação, pode-se igualmente ver que existe um reconhecimento da importância que têm os indígenas para o manejo das áreas protegidas, contanto que suas práticas estejam de acordo com os objetivos de conservação da instituição.

A cosmovisão indígena é adotada como a estratégia fundamental para o manejo da Área Protegida. Isso implica que as comunidades indígenas, através de suas autoridades tradicionais, devem se comprometer com o manejo e utilização da Área Protegida de maneira tal que se cumpram os objetivos definidos para essa área (UAESPNN, 2009, p. 36).

Continuando com a descrição do processo, entre os meses de junho e julho (2008), constituiu-se um comitê técnico entre *Parques* e a ACIYA para coordenar e avaliar as ações do processo, já propriamente dito, de criação da área protegida no *resguardo Yaigojé-Apaporis*. No mês de agosto, realizou-se um encontro na comunidade de *Vista Hermosa*, na *maloca* do tradicional Julian Tanimuca, onde funcionários de *Parques* apresentaram perante os habitantes dessa comunidade e de algumas lideranças da ACIYA presentes, a missão, visão e objetivos da instituição, e explicaram o procedimento necessário para a declaratória do parque¹⁰⁴. Acordou-se com as autoridades presentes, que *Parques* faria essa apresentação em todas as comunidades do resguardo, percurso que foi realizado entre os dias 3 e 26 de outubro. No transcurso da atividade, somente na comunidade de *Campoalegre* expressaram oposição à iniciativa de criação do parque, e em algumas mencionaram que a mineradora Cosigo estava realizando visitas para promover o projeto de mineração.

Em 12 de dezembro de 2008, a ACIYA realizou na *maloca* da comunidade de *Centro Providencia* um congresso de autoridades tradicionais (também denominado congresso de ordenamento territorial, realizado duas vezes por ano), com a participação de *Parques Nacionales*, e de representantes da *Asociación de Capitánes y Autoridades Tradicionales Indígenas del Pirá Paraná* (ACAIFI) e da *Asociación de Capitánes Indígenas del Mirití-Paraná Amazonas* (ACIMA). Nesse congresso, as autoridades tradicionais e os membros da ACIYA ratificaram sua intenção de continuar com o processo de conformação do parque, recebendo o apoio da ACAIFI e ACIMA na iniciativa, e conjuntamente com *Parques Nacionales*, estabeleceram-se os seguintes requisitos como parte do processo: A proposta de criação do parque devia ser submetida a um processo de consulta prévia com a participação de todas as comunidades do resguardo, como prescrito pela Convenção 169 da OIT (promulgada em 1991 pela Colômbia). A ACIYA e a UAESPNN deviam construir em conjunto um *Régimen Especial de Manejo* (REM)¹⁰⁵, sob a orientação das autoridades tradicionais. Esse REM seria a “carta de

¹⁰⁴ Para a comunicação nesses encontros é designado entre os membros da aldeia ou da associação um tradutor que, geralmente, traduz do espanhol para o macuna e vice-versa, ou para outra língua segundo a composição étnica da aldeia.

¹⁰⁵ Os REM são “instrumentos de gestão e planificação em áreas (de conservação) em sobreposição com resguardos indígenas; e de acordos de uso e manejo de recursos naturais com autoridades públicas indígenas”. Esses instrumentos “materializam os princípios e as diretrizes estratégicas da política de *Participação Social* na conservação com os povos indígenas da Colômbia”. Tomado de:

navegação” para o manejo da área entre a ACIYA e a UAESPNN. Entre os parâmetros para a construção do REM estabelecidos pela ACIYA, menciona-se que a propriedade da terra continua sendo dos indígenas sob a figura do resguardo, que o parque seria inscrito no registro de matrícula imobiliária do resguardo como uma afetação de caráter ambiental especial, e que a constituição do parque não afetará a autonomia dos povos indígenas (Ministerio del Interior y de Justicia, 2009).

Entre março e abril de 2009, a ACIYA, a UAESPNN, o *Instituto de Ciencias Naturales* da *Universidad Nacional de Colombia*, e o *Instituto Amazónico de Investigaciones Científicas* (SINCHI), realizaram uma expedição científica no *resguardo Yaigojé-Apaporis* para coletar informação sobre a biodiversidade presente na área, como parte do processo necessário para justificar a necessidade da criação da área de proteção. Em seguida, entre os dias 4 e 20 de julho, realizou-se a visita às 19 comunidades do resguardo para a socialização da proposta de declaração da área dentro do *Sistema de Parques Nacionales Naturales*, com o objetivo de escutar as dúvidas e opiniões existentes. Nessa atividade participaram membros da ACIYA, de PNN, da *Defensoría del Pueblo*, da FGA e delegados do grupo de consulta previa do *Ministerio del Interior* da Colômbia. Nesse percurso, 7 das 19 comunidades não participaram da atividade de socialização argumentando vários motivos para se opor à criação do parque, como o fato dessa figura implicar a devolução da propriedade da terra ao estado, ou a impossibilidade de realizar atividades cotidianas como a caça, pesca, e inclusive de praticar a mineração no futuro. Também em algumas comunidades mencionaram que não haviam sido avisadas do processo de socialização, e em outras, que atividades realizadas paralelamente pelo prefeito e alguns vereadores do município de Taraira, tinham impedido a presença dos capitães. Igualmente se mencionou novamente que a companhia *Cosigo Resources* estava realizando atividades nas comunidades para promover o projeto de mineração¹⁰⁶ (Corte Constitucional Sentencia T-384A, 2014).

<http://www.parquesnacionales.gov.co/portal/es/sistema-de-parques-nacionales-naturales/linea-tematica-de-manejo-regimenes-espaciales-de-manejo/>. Acesso em: 18/04/2018.

¹⁰⁶ Durante o tempo de realização das visitas do processo de consulta prévia, estava proibido realizar nas comunidades atividades que afetaram o processo. Uma funcionária da *Defensoría del Pueblo* que participou em algumas das visitas, contou-me que era constante a presença no rio de botes com funcionários da *Cosigo*, situação que, segundo ela, gerava muita tensão tanto para os indígenas quanto para aqueles que estavam realizando a consulta.

Numa entrevista realizada por Sebastian Rubiano a Edgar Castro, funcionário de *Parques Nacionales* que tem participado no processo de criação e consolidação do parque Yaigojé-Apaporis, ele destaca a particularidade da metodologia utilizada na realização da consulta prévia.

Algo peculiar da consulta prévia do parque foi que não se realizou como se faz normalmente, que é levar todas as lideranças a uma cidade, como Leticia, e realizar a consulta prévia lá. Para a consulta prévia do parque, fomos nós que viajamos até seus territórios e comunidades. Isso nos deu legitimidade. Acordou-se que ACIYA teria um assessor e Parques um assessor. Da ACIYA foi a *Fundación Gaia*, que trabalha aqui (no Apaporis) e no Pirá-Paraná faz uns vinte anos. Nossos assessores foram o *Instituto de Ciencias Naturales de la Universidad Nacional*, e o *Instituto SINCHI*. Eles foram os que realizaram o inventário biológico para a declaração. Nós fomos com eles na expedição. Lá vimos que os “spots” de maior biodiversidade coincidiam com os sítios sagrados das comunidades (Edgar Castro, 15 de julho de 2012, entrevista feita por RUBIANO, 2014).

Depois de acontecido esse percurso de socialização, realizou-se um congresso de autoridades tradicionais na aldeia de *Centro Providencia* nos dias 24 e 25 de Julho de 2009, onde foi protocolizado e aprovado o processo de consulta prévia para a conformação do parque. Nesse congresso participaram representantes de *Parques Nacionales*, do *Ministerio del Interior*, dos resguardos indígenas *Comeyafu* e *Puerto Córdoba*, e das associações ACAIPI, ACIMA, e da *Asociación indígena de La Pedrera Amazonas* (AIPEA). Igualmente participou o secretário de assuntos indígenas do governo departamental de Vaupés e Martin von Hildebrand, como diretor da FGA¹⁰⁷. Um dos elementos mais relevantes do encontro, foi que os representantes das 7 comunidades que não participaram da socialização, também não estiveram presentes nesse congresso de autoridades tradicionais, e junto com outras duas comunidades¹⁰⁸, solicitaram a desfiliação da ACIYA para o estabelecimento de outra associação indígena manifestando, mais uma vez, sua oposição à criação do parque. Diante da ausência dos representantes dessas

¹⁰⁷ Não assistiram outras instituições convidadas como a *Procuraduría General de la Nación* e a *Defensoría del Pueblo*.

¹⁰⁸ Conforme registrado na ata de protocolização do processo de consulta prévia, as 9 comunidades que solicitaram ao *Ministerio del Interior* a desfiliação da ACIYA foram: Jotabeya, Agua Blanca, Santa Clara, Campo Alegre, Puerto Curupira, Bocas de Uga, Vista Hermosa, Puerto Numi e Bocas de Taraira. Todas elas estão localizadas do lado do departamento de Vaupés e próximas ao município de Taraira.

comunidades, os delegados do grupo de consulta prévia do *Ministerio del Interior* afirmaram que havia sido informado a todas as comunidades que a não participação na protocolização da consulta, não os isentava da decisão a ser tomada sobre o parque, já que esta aconteceria sob os parâmetros do sistema tradicional de tomada de decisões adotado pelas comunidades do resguardo (CORTE CONSTITUCIONAL Sentencia T-384A, 2014).

Devo mencionar que desde o começo desta pesquisa tive a dúvida se o surgimento da nova associação respondia apenas a uma divergência quanto à criação do parque e à impossibilidade de praticar atividades extrativas como a mineração no território, ou se existiam elementos anteriores que motivassem finalmente essa divisão. Nesse sentido, em conversas que tive com um funcionário da *Fundación Gaia*, e com um de *Parques Nacionales*, que trabalham há anos no baixo Apaporis, coincidiram em que existiam antigas diferenças entre membros de algumas aldeias, inclusive desde antes da primeira tentativa de criação de uma área de proteção. Diferenças que se explicavam, em parte, por disputas pela representação política e o acesso a recursos, mas também, e em relação com o anterior, por questões relacionadas com a organização mítica (relatada no capítulo 3), que estavam sendo questionadas a partir dos novos processos políticos e territoriais experimentados no baixo Apaporis. Assim, a chegada da mineradora ao território contribuiu para exacerbar antigos atritos que esta companhia aproveitou para o seu benefício, como ficará evidente um pouco mais à frente.

Como parte do procedimento e cumprindo com o previsto no artigo 34 da lei 685 de 2001 (*código de minas*), em relação às zonas excludentes de mineração¹⁰⁹, no dia 25 de setembro de 2009, a UAESPNN solicitou ao *Instituto Colombiano de Geología y Minería* (Ingeominas), informação acerca das áreas do resguardo sobre as quais existia interesse de mineração (títulos de mineração outorgados). Ingeominas informou no dia 8 de outubro de 2009 que dentro da zona do projeto não haviam sido outorgados títulos de mineração até a data (MAVDT, 2009). Assim, em conformidade com os requisitos constitucionais e legais, o MAVDT proferiu a resolução número 2079 de 27 de Outubro de 2009, por meio da qual se “declara, reserva y delimita el Parque

¹⁰⁹ As zonas excludentes de mineração na Colômbia são: áreas que integram o sistema nacional de Parques Nacionais Naturais, parques naturais de caráter regional, zonas de reserva florestal protetora e demais zonas de reserva florestal, ecossistemas de *páramo*, e os *humedales* designados dentro da lista de importância internacional da convenção *Ramsar*. (INGEOMINAS, 2011).

Nacional Natural Yaigojé-Apaporis” (PNNYA) com 1’056.023 hectares (MADVT, 2009), a área natural protegida número 55 do sistema de parques nacionais naturais da Colômbia¹¹⁰.

Paradoxalmente, em 29 de outubro de 2009, dois dias após a declaração do parque, Ingeominas outorgou à mineradora canadense *Cosigo Resources Ltda*, o contrato de concessão No. IGH-150001X para a exploração de ouro na *Serrania de la Libertad*, dentro do novo Parque Nacional. Os membros da ACIYA rejeitaram a decisão do Ingeominas, e junto com a UAESPNN solicitaram à *Agencia Nacional de Minería* (ANM) e à Ingeominas a anulação do título. Apenas dois anos depois, o dia 9 de julho de 2011, Ingeominas anunciou o cancelamento do título de exploração mediante a resolução 112, “por médio da qual se ordena a remoção e despejo das atividades de mineração existentes na área do contrato de concessão No. JGH-15001X que está dentro da área do *Parque Nacional Natural Yaigojé-Apaporis*”¹¹¹. Cabe mencionar que durante esses dois anos, a companhia não realizou atividades de mineração porque estava impedida até que a situação fosse resolvida.

O acima relatado é uma demonstração das “contradições” existentes dentro de um estado que assume a tarefa estabelecida pelo que Sachs denomina o *casamento entre meio ambiente e desenvolvimento*, de “manter a maquinaria industrial global a um ritmo sempre crescente e salvaguardar, ao mesmo tempo, a biosfera do planeta” (SACHS, 1996, p. 127). Assim, de um lado encontramos as instituições encarregadas da proteção do meio ambiente que, em parceria com parte dos habitantes do Apaporis, trabalharam para a criação do parque nacional como estratégia para a proteção do território contra a mineração. Por exemplo, o *Ministerio de Ambiente y Desarrollo Sostenible* (MADS) e *Parques Nacionales*, instituições que têm uma orientação dirigida à proteção e conservação dos diversos ecossistemas, dentro do contexto de ampla biodiversidade presente no território colombiano.¹¹² Do outro lado, temos as instituições encarregadas da exploração de minerais no país como o *Ministério de Minas y Energias* (MME) e a *Agencia Nacional de Minería*, que manejam uma política de incentivo à exploração dos

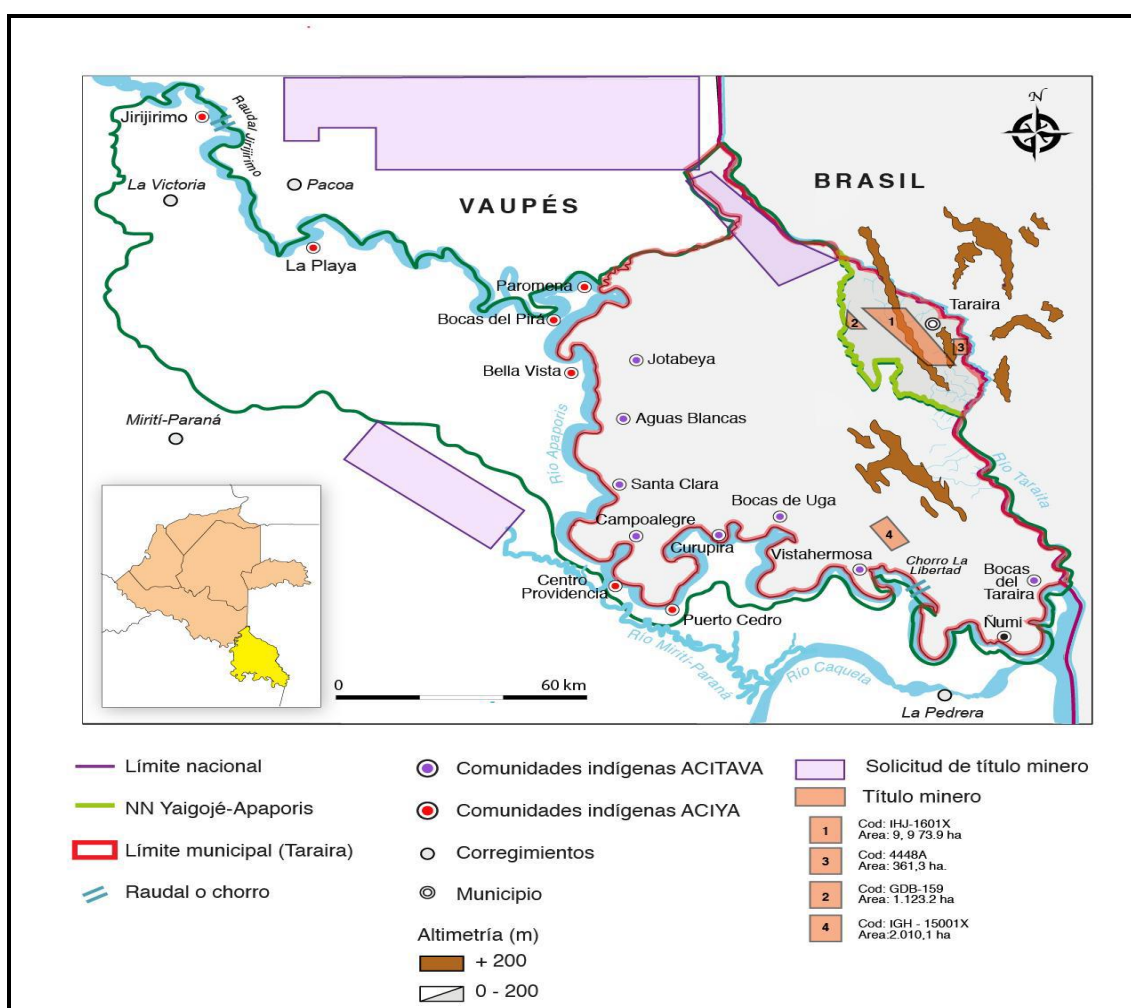
¹¹⁰ Em 2017 essa cifra chegou a 59 áreas protegidas.

¹¹¹ O decreto 622 de 1977 que “*reglamenta el Sistema Nacional de Parques Nacionales*”, e o artigo 34 da lei 685 de 2001 (*Código de minas*), proibem a execução de atividades de mineração nas áreas que integram o *Sistema de Parques Nacionales Naturales de Colombia*.

¹¹² Pelo menos no discurso essa é a intenção, ainda que existam algumas contradições na prática. Por exemplo, na falta de apoio a certas iniciativas geradas nos territórios e que não são parte da agenda dessas instituições.

“recursos naturais”, principalmente mediante a chegada de recursos econômicos do estrangeiro e o incentivo à exportação de matérias primas (commodities), colocando essa como uma atividade de primeira importância para o país, dada a vasta riqueza em minerais que tem a Colômbia. Essa contraposição entre duas visões sobre o manejo do meio ambiente, proteção versus exploração, tem grandes consequências para as populações que vivem nos territórios alvo de qualquer desses dois cenários. Por exemplo, a aparição de discórdias relacionadas com a adesão a uma ou outra dessas opções.

Mapa 6- Projetos de mineração no resguardo-Parque Nacional Natural Yaigojé-Apaporis



Fonte: (RUBIANO 2014, p.7)

No tocante, é importante sublinhar a existência de uma assimetria na estrutura do Estado, que, como foi afirmado anteriormente, está pautado por um projeto de desenvolvimento

econômico que, por um lado, privilegia a visão da necessidade de se aproveitarem os “recursos naturais” para alcançar o “bem-estar geral”, ao tempo que promulga uma visão de proteção e conservação da natureza como estratégia para sustentar o desenvolvimento. A assimetria reside na opinião de muitos setores que argumentam que a conservação do meio ambiente não rende os resultados econômicos necessários para o crescimento da economia do país. Seria importante dar uma olhada no orçamento operacional que manejam os respectivos ministérios de *Médio Ambiente* e *Minas y Energias*, para dar conta dessa assimetria. Dentro do orçamento estimado para o 2018 o setor ambiental terá uma redução de 24% em relação a 2017, com uma cifra de 557 mil milhões de pesos. O funcionamento do setor de minas situa-se por volta de 3 bilhões de pesos. Isso apesar da grande aposta que o governo colombiano está realizando para a promoção, no âmbito internacional, do turismo em áreas naturais, motivado pela diminuição do conflito armado no país. Esforço que recai em grande medida sobre o Ministerio del Medio Ambiente, e particularmente sobre Parques Nacionales.

Passo agora a analisar de forma mais minuciosa a legislação voltada aos parques nacionais na Colômbia, de modo a apresentar ao leitor os fundamentos jurídicos que constituem o pano de fundo da negociação que tem ocorrido no Apaporis-Vaupés desde 2007.

4.2.1 Categorias de áreas protegidas na Colômbia

A história da criação de áreas protegidas na Colômbia se inicia na década de 1930, quando o Ministério de Economia Nacional estabeleceu as primeiras reservas florestais pensando na conservação do recurso hídrico para o funcionamento da indústria da cana de açúcar no departamento de Valle del Cauca (ROJAS, 2014). Posteriormente em 1941, a Colômbia aderiu à *Convención para la protección de la flora, de la fauna, y de las bellezas escénicas naturales de los países de América*, convênio que estabelece uma base de categorias (parques nacionais, reservas nacionais, monumentos naturais e reservas de regiões virgens) para a proteção e conservação das diversas áreas naturais dos países signatários¹¹³. Em 1948, cria-se a primeira reserva biológica do país (região da Macarena), e em 1960 a primeira área protegida de caráter

¹¹³ Sobre a *Convención para la protección de la flora, de la fauna, y de las bellezas escénicas naturales de los países de América*, ver: <http://www.oas.org/juridico/spanish/tratados/c-8.html>. Acesso em: 16/04/2018.

nacional (*Parque Nacional Natural Cueva de los Guacharos*), dando início ao *Sistema Nacional de Parques Nacionales*, que começaria a funcionar como uma dependência do *Instituto Nacional de los Recursos Naturales Renovables y del Ambiente* (INDERENA) criado em 1968 (RAISG, 2016).

Como apontei no capítulo 1, em 1974 promulgou-se o Decreto 2811, *Código Nacional de Recursos Naturales Renovables y del Medio Ambiente*, código atualmente vigente, e que regulou o *Sistema Nacional de Parques Nacionales*, dentro de uma política de proteção e uso adequado dos recursos naturais. Posteriormente em 1977 promulga-se o decreto 622 que cria a *Unidad Especial del Sistema de Parques Nacionales Naturales de Colombia*. A origem do código e da unidade está relacionada com a realização da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente Humano de 1972, que gerou um precedente internacional no referente à questão ambiental. Subsequentemente, essa política de proteção e uso adequado dos recursos naturais foi legalmente fortalecida com a *Constitución Política de Colombia de 1991*, complementando-se posteriormente, com a promulgação da lei 99 de 1993 pela qual se cria o *Ministerio del Medio Ambiente*, que começa a regulamentar o *Sistema Nacional Ambiental* (SINA) e o *Sistema de Parques Nacionales Naturales* (SPNN). A partir desse marco legal e constitucional, a Colômbia assinou o *Convênio sobre la Diversidad Biológica* em 1994, estabelecido durante a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, conhecida como a Rio 92, e que deu origem ao *Sistema Nacional de Áreas Protegidas* (SINAP), regulamentado em 2010¹¹⁴.

A Colômbia tem mais de 15 categorias de áreas naturais protegidas, divididas entre nacionais, regionais e locais, que a sua vez podem ser de caráter público ou privado (UAESPNN, 2001), e que se integram nas seguintes categorias: *Sistema de Parques Nacionales Naturales*, *Reservas Forestales Protectoras*, *Parques Naturales Regionales*, *Distritos de Manejo Integrado*, *Distritos de Conservación de Suelos*, *Áreas de Recreación*, e *Reservas Naturales de la Sociedad Civil*. Entre elas existem 5 figuras de caráter nacional que compõem o *Sistema de Parques Nacionales Naturales*: *Parque Nacional Natural*, *Reserva Nacional Natural*, *Santuario de Flora*

¹¹⁴ Em 2011 o *Ministerio de Ambiente y Desarrollo Sostenible* emite o decreto 3572 que cria a *Unidad Administrativa Especial Parques Nacionales Naturales de Colombia* (UAESPNN), encarregada da administração e manejo do sistema de parques nacionais naturais e a coordenação do *Sistema Nacional de Áreas Protegidas* (SINAP).

y Fauna, Área Natural Única, e Vía Parque. Assim, a figura de *Parque Nacional Natural* é definida como:

Área de extensão que permita sua auto-regulação ecológica e cujos ecossistemas em geral não tenham sido alterados substancialmente pela exploração ou ocupação humana, e onde as espécies vegetais, de animais, complexos geomorfológicos e manifestações históricas ou culturais têm valor científico, educativo, estético e recreativo nacional, e para sua perpetuação se submete a um regime adequado de manejo.

Segundo o artigo 331 do *Código de Recursos Naturales Renovables y de Protección al Medio Ambiente*, as atividades permitidas nos parques são: de conservação, de recuperação e controle, de investigação, de educação, e de recreação e cultura, proibindo qualquer atividade diferente das mencionadas. O artigo 332 do mesmo código define as atividades permitidas da seguinte maneira:

Conservação: são as atividades que **contribuem à manutenção em seu estado próprio dos recursos naturais renováveis** e das belezas panorâmicas e que fomentam o **equilíbrio biológico dos ecossistemas**.

Investigação: são as atividades que levam ao **conhecimento de ecossistemas e de aspectos arqueológicos e culturais**, para aplicá-lo ao manejo e uso dos valores naturais históricos do país.

Educação: são as atividades que visam ensinar o **manejo, utilização e conservação de valores existentes** e dirigidas a promover o conhecimento das riquezas naturais e históricas do país e da **necessidade de conservá-las**.

Recreação: são as atividades de lazer permitidas aos **visitantes de áreas do Sistema de Parques Nacionais**.

Cultura: são as atividades que visam promover o conhecimento dos valores de uma região.

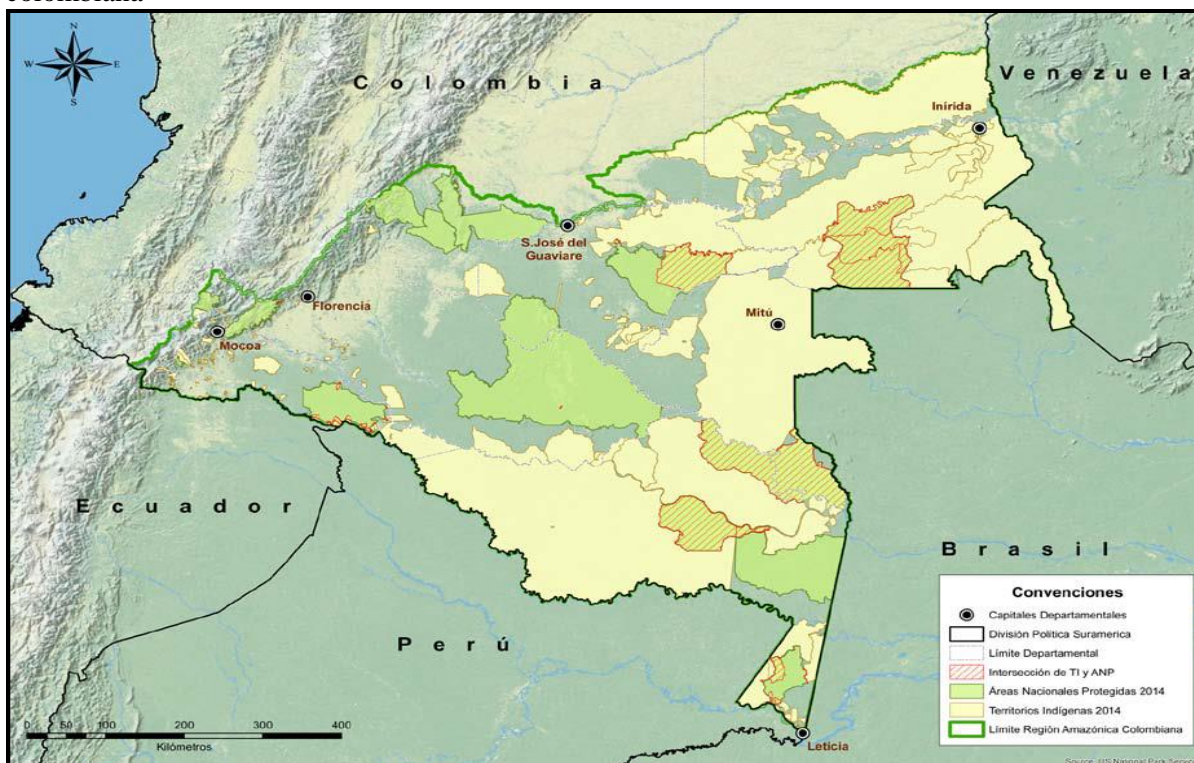
Recuperação e controle: são as atividades, estudos e pesquisas, para a restauração total ou parcial de um ecossistema ou para acumulação de elementos que o condicionam.

Essas definições foram estabelecidas partindo de uma ideia da não “presença humana” permanente nas áreas declaradas como parque nacional, e do manejo destas áreas exclusivamente feita por parte da instituição encarregada pelo estado. No entanto, com o passar do tempo ficou evidente que muitas das áreas declaradas como parque nacional, possuíam um alto grau de preservação devido ao manejo que seus habitantes realizavam nelas, e que era preciso reconsiderar sua participação dentro da gestão das áreas. No caso da Amazônia colombiana, existem várias áreas protegidas que se sobrepõem parcial ou totalmente com territórios indígenas. No total, uma área de 31.766 km² de áreas protegidas e resguardos se sobrepõem na Amazônia (RAISG, 2016, p. 97), situação do PNN Yaigojé-Apaporis que se sobrepõe na sua totalidade.

Na legislação colombiana não existe muita clareza a respeito da coincidência destas duas figuras. Segundo o decreto 622 de 1977, sobre legislação ambiental, não é incompatível declarar áreas de proteção ecológica em sobreposição com resguardos indígenas, situação na qual se deve estabelecer um regime especial de manejo que respeitará a permanência dos indígenas e seu direito ao aproveitamento dos recursos naturais existentes. No entanto, na prática não é muito claro como devem ser a administração e uso dessas áreas, não existe um consenso sobre qual das duas figuras é prioritária, e como menciona Van der Hammen (apud RUBIANO, 2014, p. 70), em alguns casos, com a declaração da área de proteção, os indígenas têm sido forçados a deixar o território, ou em outros casos, têm sofrido a imposição de restrições sobre o uso dos recursos naturais, razão pela qual durante muito tempo os povos indígenas da Amazônia se opuseram à declaração de áreas protegidas nos seus territórios¹¹⁵.

¹¹⁵ Como mencionado por Mendes (2009), a situação é similar no caso da Amazônia brasileira quando a União contrapõe objetivos distintos numa mesma área criando simultaneamente Unidades de Conservação e Terras Indígenas num mesmo território. A ideia sobre a prevalência de uma dessas figuras depende em grande medida da instituição e da visão dos seus funcionários. Para alguns, os direitos indígenas prevalecem sobre os interesses de conservação da União, mas para outros, é questionável o fato de declarar uma Terra indígena na mesma área de uma Unidade de Conservação.

MAPA 7- Sobreposição de territórios indígenas e áreas naturais protegidas na Amazônia colombiana



Fonte: (RAISG, 2016, p 98).

O principal argumento favorável utilizado para a sobreposição do resguardo e do parque nacional é que as duas figuras têm como objetivo a proteção de um território de alto valor biológico e cultural, no qual seus habitantes são o ator principal para sua proteção. No caso do Yaigojé-Apaporis, a *Corte Constitucional* estabeleceu que “a conservação dessas zonas, que hoje possibilita sua declaração como parque natural, deve-se àqueles que têm servido como guardiões da natureza, e, como protetores de uma esperança de futuro ambientalmente viável para a humanidade” (CORTE CONSTITUCIONAL, Sentencia T-384A, 2014; 166). Igualmente importante é a consideração de que a administração da nova área será realizada de maneira conjunta entre os indígenas e *Parques Nacionales*, seguindo uns objetivos comuns. **“Nenhuma ação de coordenação na gestão, o planejamento ou a administração do parque, poderá ir contra os objetivos e as diretrizes estabelecidos nos princípios culturais dos grupos étnicos envolvidos, bem como contra os objetivos de conservação para a área definida”** (Ibid.). No entanto, existem críticas a essa interpretação que sublinham que a figura do parque termina se impondo à do resguardo, violando um direito constitucional dos indígenas à propriedade e autonomia sobre seu território. (ROLDAN, 2007; LABORDE, 2008; BASTIDAS, 2008).

Considero que em termos práticos, a relação dessas duas figuras tem muito a ver com as condições de contexto em que são aplicadas, e com os atores envolvidos. Para o caso aqui analisado, a construção em conjunto do *Regimen Especial de Manejo*, a partir do conhecimento e as práticas dos indígenas, garante a participação destes no estabelecimento das diretrizes de administração do parque. Além disso, posso sublinhar que a posição dos funcionários de *Parques Nacionales* que trabalham no Apaporis, em relação aos indígenas, é bastante respeitosa, reconhecendo a autonomia que eles têm para o manejo e uso do território a partir dos seus conhecimentos e práticas tradicionais.

Frente à iminente presença humana nas áreas protegidas e as discordâncias que isso originava, *Parques Nacionales* adotou uma política em 2001 denominada *Política de Participación Social en la Conservación* (também conhecida como *Parques con la gente*), que procura superar o conceito clássico de conservação baseado na separação entre homem e natureza, entendendo a conservação da natureza como uma tarefa de manejo antes que de isolamento absoluto (UAESPNN, 2001)¹¹⁶. Essa abordagem é baseada nos seguintes argumentos:

Os objetivos da conservação envolvem necessariamente as culturas que a tornaram possível, e que têm recriado a diversidade biológica; esse é o caso dos modelos culturais de profunda relação com a natureza praticados por alguns povos indígenas e comunidades *afrocolombianas*, que mantêm tradições denominadas pela antropologia como -adaptativas-, do mesmo modo algumas comunidades camponesas têm ocupado territórios e usado recursos com práticas que têm sustentado a base natural durante mais de quatro séculos.

Um segundo ponto de vista tem a ver com as pressões sobre os ecossistemas protegidos, produto dos conflitos sociais e do modelo de desenvolvimento. Essa realidade só poderá ser transformada se os grupos sociais estiverem envolvidos na conservação, a partir de diversas estratégias (UAESPNN, 2001, p. 24).

¹¹⁶ O conteúdo dessa política adotada por *Parques Nacionales* foi difundida através de um documento intitulado *Política de Participación Social en la Conservación* (2001). Esse documento foi o resultado de um processo de construção coletiva que teve a participação de todos os funcionários de *Parques Nacionales*. Através da realização de oficinas nas diversas dependências da instituição, foram discutidas e estabelecidas as novas diretrizes para o manejo das áreas protegidas.

A partir dessa abordagem, *Parques Nacionales* têm desenvolvido um trabalho mais próximo com os diversos sujeitos que habitam nas áreas declaradas como de proteção, sendo que no caso dos territórios indígenas, a figura de área protegida tem sido utilizada como uma ferramenta para a proteção do território frente a ameaças de exploração como a mineração, como é o caso aqui analisado do baixo Apaporis. Essa situação acarreta que a participação dos indígenas no processo de criação da área seja muito intensa, e o diálogo com *Parques Nacionales* seja constante, através da construção dos regimes especiais de manejo (REM). Importante lembrar que a inclusão das diversas populações na gestão e conservação das áreas protegidas, está inserida num processo originado no âmbito internacional com o estabelecimento de diversos tratados que reconhecem a importância das populações tradicionais na conservação da biodiversidade (MENDES; COSTA FILHO; SANTOS, 2014).

4.2.2 As armadilhas e as divisões. A criação da ACITAVA

Como mencionei anteriormente, durante o processo de consolidação do PNNYA produziu-se uma divisão no interior da associação indígena ACIYA e se criou, mediante a resolução 009 de 8 de fevereiro de 2011¹¹⁷, uma nova associação chamada ACITAVA-*Asociación de Capitanes Indígenas de Taraira Vaupés*, com as 9 comunidades que estavam contra a conformação do parque e que se localizam na parte do departamento de Vaupés. Os membros da nova associação mencionavam que não haviam sido consultados para a conformação do parque, violando um direito constitucional protegido pela OIT, portanto, consideravam que a declaração do parque não era legítima. Além disso, argumentavam que tinham o direito de desenvolver atividades de exploração de recursos naturais não renováveis no território, sendo que a figura do parque lhes negaria essa possibilidade, além de negar o acesso aos benefícios que obteriam da atividade da mineração por parte da *Cosigo* no seu território. Igualmente alegavam que sua autonomia estaria afetada ao restringir suas possibilidades de atuar no território e dispor dos seus próprios recursos de subsistência pelas restrições que seriam impostas.

¹¹⁷ A ACITAVA foi conformada legalmente nessa data, mas sua existência se origina na época da realização da consulta previa (2009).

Dessa forma em 2010 mediante uma *acción de tutela*¹¹⁸ promovida em nome de Benigno Perilla¹¹⁹, representando os membros da ACITAVA, contra o *Ministerio de Ambiente, Vivienda y Desarrollo Territorial, Parques Nacionales Naturales de Colombia*, e a *Asociación de Capitanes Indígenas del Yaigojé Apaporis* (ACIYA), solicitou-se a revogação do parque, argumentando que o processo da consulta prévia tinha vulnerabilizado os direitos fundamentais à identidade cultural, à participação em condições de igualdade e ao devido processo no desenvolvimento do direito à consulta prévia¹²⁰ (CORTE CONSTITUCIONAL, Sentencia T-384A, 2014). Essa situação gerou uma grande discórdia entre os indígenas que estavam a favor e contra da criação do parque. Mais uma vez, a criação de uma área protegida no baixo Apaporis era motivo de divisão na associação indígena (a primeira separação é apresentada no capítulo 3), só que esta vez, a pressão instigante para o surgimento do conflito não era provocada pelos ambientalistas diretamente, mas pela companhia mineradora. Desde a perspectiva de uma liderança da ACIYA entrevistada por Sebastian Rubiano (2014, p. 69), a situação a partir da chegada da *Cosigo* se descreve desta maneira:

Muitos *paisanos*¹²¹ começam a trabalhar com a *Cosigo*. A empresa financia excursões de saúde e oferece aos capitães maços de notas para que aprovelem os projetos de mineração. Desde que começamos a receber recursos de transferências, começaram as discussões entre lideranças pelo mau manejo, corrupção e dilapidação. Um setor da comunidade viu na chegada da *Cosigo* a oportunidade perfeita para se separar da ACIYA e terminaram criando outra associação: ACITAVA, a *Asociación de Capitanes Indígenas de Taraira Vaupés*. Foi criada em 2007, no meio da agitação da chegada da *Cosigo*. A maioria das comunidades da ACITAVA estão do lado do rio que está em Vaupés, enquanto as da ACIYA estamos do lado do Amazonas (o rio é o limite entre os dois departamentos). ACITAVA virou o aliado da *Cosigo*. Os capitães começaram a receber dinheiro e a dizer que queriam mineração. Prometeram-lhes o céu e a terra, e eles estão acreditando. (sem informação sobre a entrevista)

¹¹⁸ A “*acción de tutela*” é um mecanismo estabelecido no artigo 86 da *Constitución Política de Colombia* de 1991, que permite a proteção dos direitos constitucionais fundamentais de todo cidadão quando forem vulnerabilizados pela ação ou omissão de qualquer autoridade pública.

¹¹⁹ Benigno Perilla atuou como inspetor da polícia nos anos 90 no Apaporis, estando relacionado com a construção da estação dentro do território indígena que relatei no capítulo 2.

¹²⁰ Para uma análise sobre as problemáticas envolvidas com a consulta prévia ver (CARRILLO, 2013).

¹²¹ *Paisano* é a forma como se conhecem os indígenas no âmbito local.

A posição da ACITAVA é que eles estavam interessados em continuar realizando mineração por sua conta. Segundo registrado num documento produzido pelo *Programa de las Naciones Unidas para el Desarrollo* (PNUD) em 2016, sobre a experiência de criação do parque no baixo Apaporis, os membros da ACITAVA afirmavam que havia um número importante de indígenas na região que viviam da extração de ouro de forma artesanal (assim como garimpeiros do município de Taraira)¹²², que era importante potencializar essa prática aproveitando a alta presença do mineral na região, e assim obter lucros econômicos significativos que permitissem às comunidades indígenas sair do atraso e da pobreza em que se encontravam pelo abandono do estado. Inclusive através da participação no projeto da *Cosigo*. Num documento produzido em 2008, a ACITAVA mencionava o seguinte.

Se procurarmos realizar alianças para o desenvolvimento de um projeto de mineração dentro de nosso território, não significa que procuremos a destruição de nossa própria casa, sabemos que no mundo exterior existem métodos de trabalho compatíveis com os recursos naturais, sabemos que se respeitamos os pensamentos de nossos tradicionais, e os colocamos em prática, podemos mostrar-lhe a nossos irmãos que unidos podemos combater a pobreza, e desenvolver uma mineração responsável com nossa cultura, recursos naturais e o mais importante, com nossa gente. (...) A exploração de minerais responsável, oferece o potencial de gerar muitas oportunidades em prol de nosso povo, é por isso que a voz de 954 pessoas de diversos grupos étnicos, (Macuna, Yucuna, Tanimuca, Tuyuca, Macu, Yujup, entre outros) manifestamos nosso interesse de diálogos e convênios com a COSIGO (ACITAVA, 2008, apud RUBIANO, 2014, p. 71).

Como visto no texto supracitado, os principais argumentos da ACITAVA para praticar a mineração dentro do resguardo são os benefícios econômicos que poderiam obter dessa atividade, e a possibilidade desta ser realizada com métodos que ocasionariam “baixo impacto” no

¹²²Sebastian Rubiano no seu trabalho sobre mineração em Taraira e o baixo Apaporis, menciona que a atividade de extração de ouro no território indígena tem sido escassa e de baixa intensidade. Segundo ele “A maior parte da atividade se concentra nos *caños* da mina da *Libertad* na parte baixa do rio. *Colonos* e indígenas ocasionalmente extraem baixas quantidades de ouro, ao redor de 15 gramas no mês quando tem alta atividade” (RUBIANO, 2014, p. 72).

entorno¹²³. A decisão sobre o futuro do parque ficou nas mãos da Corte Constitucional (CC), órgão encarregado de decidir se o processo de criação do parque tinha violado os direitos de parte dos habitantes do baixo Apaporis, e, portanto, se seria inconstitucional. Nesse caso, a figura de parque nacional não poderia ser implantada, o processo da consulta prévia deveria ser novamente realizado, e o título de mineração poderia ter validade até a realização da consulta.

Enquanto a CC tomava uma decisão, os membros da ACITAVA continuaram aproximando-se da mineradora com o objetivo de achar uma forma para poder realizar atividades de mineração. Uma reportagem publicada em 21 de maio de 2011 pela *Revista Semana*¹²⁴, relata um encontro acontecido na comunidade de *Bocas de Taraira* no dia 19 de maio do mesmo ano, denominado “*Minería, un sueño posible para los indígenas*”. O encontro foi financiado pela *Cosigo* e tinha como convidados, além das comunidades membro da ACITAVA, um grupo de indígenas do Canadá e dos Estados Unidos que falariam sobre sua experiência na realização de mineração nos seus territórios.

Segundo a matéria, mais de 300 indígenas do baixo Apaporis assistiram ao encontro (todos das comunidades afiliadas à nova associação), a recepção dos assistentes esteve a cargo de Fernando Tanimuca, enquanto Andy Rendle, o vice-presidente de operações para América Latina da *Cosigo*, foi o encarregado de apresentar os indígenas estrangeiros pertencentes às nações *Tahltan e Duncan*¹²⁵, que trocaram experiências com os indígenas locais, por meio de um difícil trabalho de tradução do inglês ao espanhol, e do espanhol às línguas nativas. De igual modo na reportagem menciona-se que alguns meses antes desse encontro, 54 crianças das comunidades integrantes da ACITAVA foram levadas por conta da *Cosigo*, pela primeira vez a Bogotá para conhecer um parque temático sobre ciência e tecnologia chamado *Maloka*. Também um capitão

¹²³Esse argumento da utilização de técnicas de baixo impacto foi amplamente utilizado pela companhia *Cosigo* como justificativa para a realização do projeto no Apaporis. Numa entrevista realizada pela *Revista Semana*, o vice-presidente da mineradora menciona que “a tecnologia de ponta utilizada pelas mineradoras canadenses garante o mínimo impacto ambiental”. Além disso, menciona que “lhe parece insólito a oposição à exploração de uma pequena porção de território que poderia financiar o parque inteiro”. (El “Avatar” colombiano, 21/ 05/2011). <http://www.semana.com/on-line/galeria/el-avatar-colombiano/270129-3>. Acesso em: 13/04/2018.

¹²⁴ Ver. <http://www.semana.com/nacion/articulo/el-avatar-colombiano/240100-3>. Acesso em: 14/04/2018.

¹²⁵ Os Tahltan são uma nação indígena que habita no norte da *Columbia Britânica, Canadá*, na fronteira com o Alaska. Nos anos 80, essa nação criou uma companhia denominada *Tahltan Nation Development Corporation* (TNDC), para tomar o controle da atividade de mineração no seu território. Vide. <http://indspire.ca/laureate/philip-jerry-asp/>. Sobre o outro grupo mencionado na matéria como “Duncan”, não achei nenhuma informação.

indígena entrevistado, menciona que a companhia tem levado medicamentos, um motor, entre outras ajudas nas comunidades, enquanto *Parques* nunca lhes deu nada.

Todas as pessoas com que conversei sobre a criação do parque (membros da ACIYA, funcionários da Fundación Gaia e de Parques Nacionales, e pesquisadores), mencionaram que não entendiam como alguns indígenas estiveram a favor da mineração dentro do resguardo, principalmente alguns sabedores tradicionais. Para vários deles, essa é a manifestação de uma crise que está acontecendo no baixo Apaporis devido à morte dos principais sabedores (8 nos últimos 10 anos), o que está debilitando o poder xamanístico e a capacidade de manejar o território. Segundo eles, com a morte dos sabedores tradicionais mais velhos, muitos dos seus conhecimentos desapareceram, já que não existiu um processo rigoroso de transmissão desses conhecimentos, principalmente, pela falta de interesse por parte das gerações subsequentes.

Imagem 4 – O representante da Cosigo Resources falando no evento realizado em Bocas de Taraira



Fonte: <https://www.semana.com/on-line/galeria/el-avatar-colombiano/270129-3>. Acesso em: 22/04/2015.

Finalmente após mais de 4 anos da declaração da área como parque, e da adjudicação do título de mineração à *Cosigo*, em 31 de janeiro de 2014, em um ato histórico tanto para a *Corte Constitucional* como para os povos indígenas da Amazônia colombiana, três juízes viajaram até a comunidade de *Centro Providencia* no parque *Yaigoje-Apaporis* para escutar as posições dos

membros das duas associações (ACIYA e ACITAVA), e emitir uma decisão sobre a conformação do parque nacional. Participaram da audiência pública, que foi conduzida pelos juízes, representantes de todas as comunidades habitantes do *Resguardo-Parque Yaigojé-Apaporis*, funcionários do *Ministerio de Ambiente y Desarrollo Sostenible*, de *Parques Nacionales Naturales de Colombia*, *Defensoria del Pueblo*, *Ministerio del Interior*, *Procuraduría General de la Nación*, Governo departamental de Vaupés e Amazonas, entre outras instituições acompanhantes. Os representantes das instituições envolvidas como a diretora general da *Unidad Administrativa Especial de Parques Nacionales Naturales de Colombia*, a diretora da *Territorial Amazonia de Parques*, e o vice-ministro do *Ministerio de Ambiente*, entre outros, no seu respectivo momento de falar, expressaram seu respaldo à criação do parque nacional. Alguns membros da ACIYA também expressaram os motivos pelos quais decidiram solicitar, como recomendado pelos sabedores tradicionais e em comum acordo com os sabedores e capitães de todas as comunidades, que a área do resguardo fosse declarada como um parque nacional¹²⁶.

Por sua parte, Benigno Perilla como demandante do processo e representante da ACITAVA, mencionou que para ele o processo da consulta prévia não foi realizado de uma forma adequada, já que as comunidades que posteriormente conformaram a nova associação não tinham pleno conhecimento das condições do acordo que se queria realizar com *Parques*, nem sabiam que era uma consulta prévia, e consideravam que sua autonomia para o manejo do território seria afetada, razão pela qual eles tomaram a decisão de se separar da ACIYA e de adiantar ações jurídicas para solicitar a derrogação do parque. No entanto, para ele o problema foi principalmente de comunicação, as condições da proposta de criação do parque não foram devidamente explicadas a todos os indígenas. A partir do exposto durante essa audiência pelos funcionários de *Parques*, segundo Benigno, para ele e os demais membros da ACITAVA, ficavam mais claros os termos propostos para a criação do parque.

Igualmente reconheceu que no processo legal de oposição ao parque, a companhia mineradora Cosigo acompanhou todo o processo, outorgando-lhes assessoria legal, apoio

¹²⁶ A audiência foi gravada em vídeo por *Parques Nacionales* e pode ser consultada nos seguintes links. Parte I, https://www.youtube.com/watch?v=QjVLNfjO8cQ&list=UU_YY06Jk-2UD6hbcGEdPIOQ. Parte II, https://www.youtube.com/watch?v=FQCcbm1Oa2E&list=UU_YY06Jk-2UD6hbcGEdPIOQ&feature=c4-overview. Parte III, <https://www.youtube.com/watch?v=PRHFjzLP4OI&t=636s>. Acesso em 19/04/2018.

econômico para viagens a Bogotá e outras despesas do processo, entre outros benefícios materiais, e que o interesse deles era recuperar a autonomia que perderiam com a declaração do parque, ao tempo que procurar a melhoria das condições socioeconômicas dos habitantes da região. Não obstante, deixou claro que a parceria com a *Cosigo* havia terminado há algum tempo. “A companhia esteve ao redor de nós, mas surgiram certos elementos de desconfiança que realmente não fazem parte da visão clara do que nós queremos, e por esse motivo não está hoje o advogado que devia me acompanhar”.

Diante desse pronunciamento de Benigno Perilla, um dos juízes perguntou-lhe se o afastamento da *Cosigo* tinha acontecido antes o depois da consulta prévia, ao que ele respondeu:

Isso aconteceu depois da resolução 2079. (...) Nossas relações, elas acabaram uns 10 meses atrás, aproximadamente, porque não vimos (...) uma boa intenção. É que ter já que assinar um documento em ausência de minhas próprias comunidades (...), eu não podia fazer isso, não cabe na minha mente, não pude fazer isso e nunca vou fazer. Inclusive, em várias reuniões que tive, eu disse aos capitães: (...) caso a companhia nos fizesse assinar, ou que os capitães me dissessem para assinar isso, eu não faria, melhor desistiria de ser a liderança deles, a ter que condenar meu território a ser praticamente destruído (...).

Eu lhe comentava a eles (*Cosigo*), que queria conhecer como eram os trabalhos que eles efetuavam, mas eles nunca quiseram então isso semeou dúvidas, e comecei a notar que as coisas não iam por onde a gente pensava, então me separei deles (...), porque não está em minhas mãos assinar isso, mas sim na vontade do povo indígena, e eles não falaram nada comigo para eu fazer isso. Então nesse momento juiz, esqueci-me da companhia, e realmente, pois, estamos dialogando há um tempo entre as duas associações, graças aos esforços de Parques que tem promovido essa aproximação. O propósito é o mesmo, não destruir nosso território. Talvez, nós nos enganamos em certos aspectos internos, mas a visão própria de nós é também compartilhar com eles, não deixar que destruam nosso território (AUDIENCIA PÚBLICA CENTRO PROVIDENCIA, 2014).

Dessa forma a partir do acontecido na audiência, as duas associações concordaram em continuar trabalhando em conjunto com *Parques Nacionales* no desenho do plano de manejo do parque, ainda que deviam esperar a decisão da Corte Constitucional¹²⁷. A mudança de posição dos membros da ACITAVA pode responder a vários motivos, talvez, além do mencionado na audiência, tenha contribuído para a decisão da organização o interesse no nível nacional e departamental de apoiar a declaração da área como de proteção, assim como da maioria das comunidades que habitam no território, o que dificultaria a possível derrogação do parque. Também, como mencionado, as diferenças com a *Cosigo* nos possíveis acordos e exigências realizadas pelas partes. Pode ter sido decisivo também, como me foi mencionado por um membro da ACIYA, o trabalho de *curación* realizado por alguns sabedores tradicionais do baixo Apaporis que conseguiram colocar tudo de novo em ordem. Sem embargo, algo que é um fato é a ingerência da mineradora dentro de todo esse processo e sua responsabilidade nas afetações geradas nas vidas dos indígenas do baixo Apaporis¹²⁸.

Alguns meses depois de realizada a audiência pública em *Centro Providencia*, no dia 17 de julho de 2014, a *Corte Constitucional* ratificou que o processo da consulta prévia tinha sido legítimo e que havia cumprido com os requisitos exigidos. Entre vários os motivos declararam que, os entes encarregados informaram antecipadamente sobre as visitas que seriam realizadas, e que facilitaram as condições para a participação de todas as comunidades. Além disso, na primeira solicitação de criação do parque, que deu origem ao processo, todas as comunidades estavam de acordo com a criação da área protegida, e se acolhiam à decisão dos sabedores tradicionais. O veredito do tribunal ratifica a proteção sobre o território e o patrimônio cultural material e imaterial das diversas etnias que habitam no baixo Apaporis, e proíbe qualquer atividade de prospecção e exploração de minerais. Igualmente, a *Corte Constitucional* solicitou na sentença, a realização de uma avaliação sobre a atuação da companhia *Cosigo Resources* no Apaporis. “A sentença da corte, assim, confirma a compatibilidade de um Resguardo Indígena,

¹²⁷ A partir desse interesse dos membros da ACITAVA de participar junto com PNN e ACIYA na cogestão do resguardo-parque, decidiram mudar o nome de sua associação para *Asociación de Capitanes Indígenas del Yaigojé-Apaporis y Vaupés* (ACIYAVA), como mostra de aproximação com a outra associação, no entanto, mantendo sua própria organização.

¹²⁸ Rubiano menciona que em seu trabalho de campo obteve indícios de que a companhia pagou viagens às lideranças da ACITAVA para Canadá e Bogotá, deu-lhes altas quantidades de dinheiro, e organizou vários eventos junto com pessoas da prefeitura de Taraira, para convencer os indígenas do lado de Vaupés de participar do projeto em parceria com a companhia. (RUBIANO, 2014, p. 71).

uma Reserva Forestal e um Parque Nacional, e a necessidade de que as autoridades tradicionais e as autoridades ambientais coordenem a administração e o manejo deste território” (FGA, 2014).

Imagem 5 – Magistrados da *Corte Constitucional de Colombia* na audiência pública em Centro Providencia



Fonte: <https://www.semana.com/nacion/articulo/magistrados-resuelven-tutela-de-una-minera-en-el-corazon-del-amazonas/375792-3> Acesso em: 23/04/2018.

Por sua parte, como resposta à decisão da *Corte Constitucional*, a mineradora apresentou frente à *Comisión de las Naciones Unidas para el Derecho Mercantil*, uma ação judicial contra o governo colombiano pelas limitações/prejuízos sofridos devido ao cancelamento do título de mineração, argumentando que o investimento realizado nos estudos sobre presença de minerais na zona foi muito alto, e que a companhia tinha grandes expectativas econômicas sobre esse projeto. A reclamação no mencionado tribunal internacional apoia-se no suposto incumprimento do tratado de livre comércio assinado entre a Colômbia e os Estados Unidos, e o tratado entre a Colômbia e o Canadá, já que a companhia é um conglomerado de três empresas, a *Cosigo Resources* (Canadá), *Cosigo Resources Colombia*, e a *Tobie Mining and Energy Inc.* (Estados Unidos). A companhia exige do governo colombiano uma compensação econômica por

US\$16.500 milhões, valor que segundo eles, teria o projeto de mineração no mercado. Esa disputa encontra-se atualmente em avaliação pelo tribunal internacional¹²⁹.

4.3 O Plano de manejo territorial através da cosmologia. Uma proposta de preservação para o Ocidente¹³⁰

Ratificada a declaração do parque e “solucionadas” as diferenças entre os membros da ACIYA e da ACITAVA (agora ACIYAVA), as comunidades do Apaporis vêm desenvolvendo desde o 2014 um processo de discussão para a criação dos acordos de manejo integral baseados nos saberes tradicionais para a administração do território, que agora se encontra dentro de um parque nacional. Esses acordos ou regras devem ser elaborados entre as autoridades tradicionais do Yaigojé-Apaporis, os membros da ACIYA-ACIYAVA e funcionários de *Parques Nacionales*, e devem culminar na proposição do *Regimen Especial de Manejo* (REM).

Inicialmente o processo de discussão para a construção do REM aconteceu somente com a participação dos membros da ACIYA e de funcionários de *Parques Nacionales*. Durante o ano de 2012, antes de conhecer a decisão da *Corte Constitucional* sobre a demanda da ACITAVA, as partes realizaram vários encontros para definir os procedimentos para a construção do REM. Por sua vez, cada comunidade membro da ACIYA, determinou os elementos que consideravam fundamentais de serem tratados neste processo, por exemplo: o fortalecimento da identidade através do conhecimento e valorização dos lugares de origem das diversas etnias e das histórias de origem da humanidade; a valorização do conhecimento tradicional dos(as) mais velhos(as); o conhecimento sobre o manejo, cuidado e afetações dos sítios sagrados; o registro e manejo das diversas sementes e de sua importância para a alimentação da população; e a valorização dos bailes e rituais tradicionais, entre outros (CORTE CONSTITUCIONAL, Sentencia T-384A, 2014).

¹²⁹ Ver: <https://www.dinero.com/edicion-impresa/caratula/articulo/demanda-al-estado-colombiano-por-us16500-millones/221936>. Acesso em 29/04/2018.

¹³⁰ A maior parte da informação apresentada nesta seção do trabalho foi obtida durante o encontro de saberes realizado em Letícia em 2017.

Posteriormente, os membros da ACIYA solicitaram assessoria aos seus vizinhos do rio Pirá-Paraná a partir da experiência deles no desenvolvimento de pesquisas para o manejo do território. Os povos indígenas do Pirá-Paraná, reunidos na *Asociación de Capitanes y Autoridades Tradicionales Indígenas del río Pirá Paraná* (ACAIFI), têm desenvolvido um trabalho de pesquisa de mais de 10 anos sobre o manejo tradicional do território, e em parceria com a *Fundación Gaia*, elaboraram um livro intitulado *Hee Yaia Godo – Bakari. El Territorio de los Jaguares de Yurupari*, publicado em 2015. Este saber dos *jaguares del Yurupari*, foi reconhecido pela UNESCO no 2011 como *Patrimonio Cultural Inmaterial de la Humanidad*, daí a importância de utilizar essa experiência como referência. Nas palavras de Maximiliano Tanimuca¹³¹

Decidimos em comum acordo convidar as pessoas do Pirá-Paraná para que viessem compartilhar suas experiências conosco, como é que eles têm desenvolvido as pesquisas sobre o território. Para que a partir dessa informação, nós possamos ter umas diretrizes para iniciar com um modelo de pesquisa que nos permita encontrar as leis originais do território, para poder concluir o régimen especial de manejo com *Parques Nacionales* (Encontro de saberes Leticia, 2017).

Desse modo, a partir dos encontros com os membros da ACAIFI, apoiados pela FGA, com *Parques Nacionales*, e do processo realizado em cada aldeia, os habitantes do Apaporis iniciaram o processo de pesquisa endógena ou própria. A pesquisa endógena é entendida como “[...] um exercício de memória coletiva em que através da implementação de diversas metodologias de coleta de informações, as comunidades assumiram a tarefa de recuperar e ordenar o conhecimento dado por seus antepassados para cuidar do território e da vida” (HILDEBRAND; BRACKELAIRE, 2012. P. 107). O objetivo principal da pesquisa endógena é “fortalecer a transmissão do conhecimento ancestral às novas gerações, para a construção participativa de políticas de manejo sustentável do território a partir da tomada de decisões informadas [...]” (SASTOQUE et al, 2016, p. 12). Considero que o uso do termo “pesquisa endógena” provem da relação com a *Fundación Gaia*, é um termo amplamente utilizado pelos assessores da ONG para se referir aos processos desenvolvidos nos últimos tempos de aplicação

¹³¹ Maximiliano é uma das jovens lideranças mais reconhecidas na região. É filho de Rondón Tanimuca, o pensador tradicional mais importante na atualidade no baixo Apaporis. Essa fala corresponde à apresentação que Maximiliano realizou no encontro de saberes em Leticia, em maio de 2017. A apresentação foi realizada em espanhol.

de métodos e instrumentos para coletar informação (câmaras, gravadores de voz, GPS, entre outros). Para os indígenas do Apaporis, a pesquisa endógena tem a ver com o interesse por desenvolver seus próprios processos de coleta e de análise da informação, um pouco do modo como os antropólogos têm realizado pesquisas no seu território. No encontro em Leticia, os(as) jovens pesquisadores(as) mencionaram em várias ocasiões que a ajuda dos antropólogos foi de grande importância na defesa dos seus direitos, mas que agora era o momento deles realizar suas próprias pesquisas, e inclusive mencionaram a intenção de criar uma universidade no território a partir dos conhecimentos tradicionais.

De acordo com o exposto por Maximiliano, os principais elementos explorados no processo de pesquisa foram o registro da história de cada grupo étnico, procurando suas origens e relações com o território e com os outros grupos étnicos da região. Além disso, foi realizado o trabalho de reconhecimento (mapeamento, georeferenciamento, caminhadas pelo território), do entorno através da atualização do registro dos sítios sagrados, classificando-os entre lugares restritos e proibidos, segundo a possibilidade de realizar *cura* neles¹³². A cartografia social foi outro componente trabalhado, registrando as múltiplas dimensões constituintes do viver e do existir no território (mapas sobre cultivos, sítios sagrados, localização das aldeias, lugares para a caça e a pesca, entre outros). Finalmente, e de muita importância, foi o trabalho sobre o calendário eco-cosmológico, de extrema importância para a produção e reprodução da vida para os povos pertencentes ao complexo sociocultural Tukano Oriental.

Todo esse processo de registro e documentação física do conhecimento tradicional que possuem os grupos étnicos do baixo Apaporis para o manejo do território, foi realizado através da conformação de grupos de pesquisa integrados principalmente por jovens homens e mulheres das 19 comunidades (cada comunidade tem pelo menos dois membros)¹³³. Esses(as) jovens têm começado um caminho de formação entre os saberes tradicionais e o aproveitamento de ferramentas tecnológicas e metodológicas para a pesquisa própria (uso de GPS, computadores, câmaras de vídeo, gravadores de voz, entre outros), apoiados principalmente pelos programas de

¹³² Para a proposta de ordenamento territorial apresentada no ano de 2000, realizou-se igualmente um registro dos sítios sagrados do território e suas possibilidades de uso. Esse registro foi utilizado e atualizado para fins da proposta de manejo do parque, mas desconheço quais são as diferenças ou similitudes entre os dois processos.

¹³³ As comunidades associadas na ACIYAVA integraram-se gradualmente neste processo.

formação da *Fundación Gaia*. Os grupos de pesquisa surgidos nesse contexto de conformação do REM foram denominados como o grupo *Hombres-Yaia*, e a *Secretaría de Mujeres Indígenas de Yaigojé-Apaporis-SEMIYA*. O grupo de homens, além de realizar o processo de coleta de informação mencionado acima, é reconhecido como um grupo de educação ambiental encarregado de ensinar às crianças das comunidades o bom uso dos recursos presentes no território. As mulheres, além de participar igualmente de todo o processo de pesquisa, têm focado seus esforços principalmente no fortalecimento das *chagras* ou roças¹³⁴, na manutenção e transmissão de conhecimentos e práticas tradicionais femininas que são parte das práticas cotidianas, e no governo próprio, numa dinâmica de trabalho conjunto com o processo dos homens¹³⁵.

Os (as) jovens pesquisadores (as) reconhecem que este processo gerou um fortalecimento nas relações entre os(as) mais velhos(as) e os(as) jovens da comunidade, dentro de um movimento de transmissão inter-geracional do conhecimento tradicional e da unificação do pensamento, com o objetivo de deixar um registro para as novas gerações. No entanto, eles(as) reconhecem que o processo tem sido difícil devido à dificuldade de comunicação com os(as) mais velhos(as), que majoritariamente não falam espanhol, além de que nem todos(as) os(as) pesquisadores(as) falam as línguas dos diversos grupos, existindo uma grande dificuldade para traduzir alguns conceitos. Igualmente mencionam que não é fácil conseguir que os tradicionais aceitem compartilhar o seu conhecimento, pois são conhecimentos milenares que precisam de certo processo para serem transmitidos, mesmo os(as) pesquisadores(as) se comprometendo a que a informação seja utilizada apenas para o benefício da comunidade. Eles(as) sublinham que o processo de documentação é constantemente discutido com os tradicionais para saber se a tradução ao espanhol está adequada em relação ao conhecimento ancestral e se as informações ali colocadas podem ser divulgadas.

¹³⁴ As *chagras* são as áreas de cultivo das comunidades que produzem o sustento da população. Dependendo da comunidade, pode existir uma ou várias *chagras*, que são trabalhadas pelas mulheres de forma coletiva. O manejo adequado das *chagras* tem permitido a existência de uma grande variedade de alimentos amazônicos e o sustento da população. O principal alimento cultivado é a mandioca junto com outros tubérculos e frutas, principalmente o abacaxi, a pupunha e a banana.

¹³⁵ Devido a algumas restrições referidas nos mitos da origem, as mulheres não podem “participar diretamente” de alguns rituais, ainda que sua ausência faz justamente parte desses rituais, nem ter acesso a certos conhecimentos dos xamãs, informação que nesse caso, corresponde ao grupo *Hombres-Yaia*. A apresentação do trabalho das mulheres no evento em Leticia foi realizado por Chela Román e Criselida Tukano.

Imagem 6- Materiais produzidos pelos grupos de pesquisa do baixo Apaporis



Fonte: <http://www.yestolifenotomining.org/local-researchers-from-yaia-receive-the-equator-initiative-prize-from-undp-in-the-amazon/> Acesso em 21/04/2018.

Imagem 7- Sistematização da experiência de pesquisa



Fonte: SASTOQUE et al, 2016, p. 21.

Assim, o passo seguinte é a construção do REM junto a *Parques Nacionales*, utilizando esses trabalhos realizados no processo de pesquisa endógena ou própria. Segundo comentaram alguns membros da ACIYA em Leticia, em março de 2017, o REM devia estar pronto no mês de outubro de 2017, mas até a escrita deste trabalho, não tive notícia sobre sua finalização. Segundo exposto no encontro de saberes em Letícia, com a elaboração do plano de manejo do parque, os habitantes do baixo Apaporis esperam ser um exemplo para outras experiências de administração de áreas protegidas na região, e ser reconhecidos como autoridades na questão da governança ambiental. O uso desse termo pelas lideranças do Apaporis é uma mostra da relação com os “conceitos hegemônicos do pensamento ambiental contemporâneo, liderados pelas ideias de desenvolvimento sustentável e governança ambiental” (ZHOURI; OLIVEIRA, 2010, p. 445). Importante mencionar que no ano de 2015 o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), outorgou à ACIYA o prêmio *Iniciativa Ecuatorial* pelo apoio à conservação do meio ambiente através da criação do Parque Nacional Natural Yaogajé-Apaporis (PNUD, 2016). O prêmio foi outorgado em dois cenários, numa cerimônia na cidade de Bogotá onde participaram alguns membros da ACIYA, e na sede das Nações Unidas em Nova York, em que Maximiliano Tanimuca esteve presente para receber o prêmio.

Imagem 8 - Maximiliano Tanimuca em Nova Yorke



Fonte: <https://www.semana.com/nacion/galeria/un-lider-amazonico-visita-manhattan/404514-3> Acesso em: 21/04/2018.

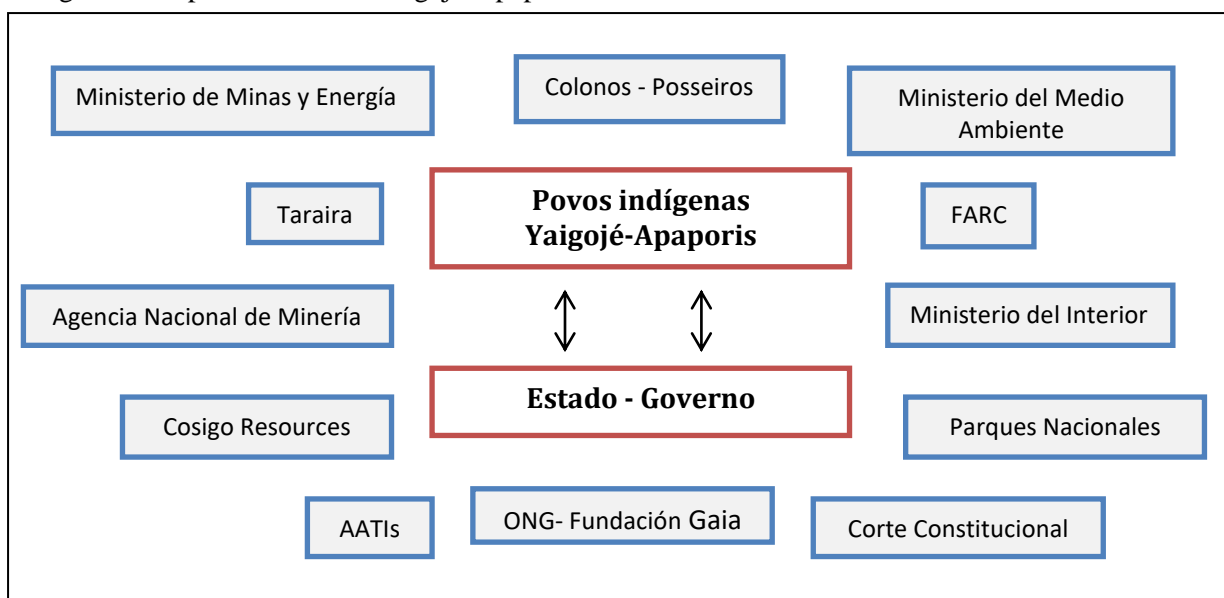
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo do texto propus mostrar o que foi o recente processo (últimos 30 anos) de organização territorial e política dos povos indígenas do Yaigojé-Apaporis, Vaupés, Colômbia. Processo marcado pela luta para o reconhecimento da autonomia política e territorial, autonomia que, como mencionado por Ulloa (2010), constrói-se a partir do estabelecimento de relações com múltiplos atores. Dentro desta história recente do Apaporis, a chegada da mineradora *Cosigo* ao território foi um elemento que ocasionou múltiplos transtornos na vida dos indígenas, gerando alguns conflitos entre eles e exacerbando outros já existentes. Situação recorrente quando se trata da chegada de novas dinâmicas nos territórios, seja projetos de mineração, de monocultura, de pesca intensiva, a declaração de áreas de proteção, ou projetos turísticos, entre outros. Frente a essas situações, as populações envolvidas terminam no meio de uma variedade de circunstâncias que, por uma parte, podem levar ao enfraquecimento das relações e até à divisão da população, mas também, podem incentivar a aparição de novas formas de relacionamento gerando uma maior coesão através dos processos de defesa dos territórios e de reconhecimento de direitos. Tudo isso aconteceu com a criação do *Parque Nacional Natural Yaigojé-Apaporis*.

No caso aqui tratado, os habitantes do baixo Apaporis têm experimentado historicamente a aparição de diversas ameaças que, de uma ou outra forma, tem afetado suas vidas e gerado alguns conflitos. Dentro do recorte apresentado neste trabalho, fins dos anos de 1980, algumas dessas situações foram repetitivas. A presença de garimpeiros na parte alta do resguardo, a partir da década de 1980, que seria uma constante ao longo do tempo, contando com a participação de alguns indígenas. A tentativa de desenvolver projetos de pesca por comerciantes que ingressavam ao território sem consultar os indígenas, e inclusive com o apoio da prefeitura do município de Taraira. A presença da guerrilha das FARC, que no começo dos anos de 1990 atuou em Taraira, tendo igualmente uma forte presença em toda a região do Apaporis, com episódios intermitentes nos anos subsequentes. Posteriormente, em fins de 2016, novamente uma facção deste grupo guerrilheiro ingressa ao território do já criado *Parque Nacional Yaigojé-Apaporis*, vulnerabilizando mais uma vez o direito à autonomia territorial dos povos indígenas do Apaporis.

Estas situações descritas provocaram diversos tipos de reação por parte dos indígenas, como reclamações através da utilização de mecanismos jurídicos de proteção dos seus direitos, ou requerimentos realizados diretamente aos atores envolvidos, como no caso das FARC. Em muitas destas situações, foi fundamental o estabelecimento de relações com outros atores, associações indígenas vizinhas, organizações governamentais e não governamentais, assim como o desenvolvimento de processos internos de organização. Como mostra a seguinte imagem, onde localizo os povos do Apaporis e o estado-governo como os principais receptores, foram múltiplos os atores que interviram nos diversos processos dos últimos anos no baixo Apaporis, eu mesmo tive que lidar com alguns deles, com suas burocracias e visões sobre o território e os indígenas.

Imagem 9- Mapa de atores no Yaigojé-Apaporis



É importante reconhecer igualmente os avanços na legislação colombiana para a proteção dos direitos dos povos indígenas, avanços que estão em consonância com processos globais de reconhecimento de direitos aos diversos povos e comunidades, em uma relação estreita com a conservação ambiental dos lugares habitados por estes. A promulgação da *Constitución Política de Colombia*, em 1991, reconheceu um importante número de direitos aos povos indígenas que visam garantir a sua autonomia política e territorial. No Apaporis, estes mecanismos têm sido amplamente aproveitados, por exemplo, através da ampliação do resguardo em 1998, ou com a

criação da associação de autoridades indígenas em 1994, que permitiu tomar o controle da administração dos serviços de saúde, educação, desenvolvimento de projetos, entre outros. Diante da chegada da *Cosigo* com o projeto de mineração, os indígenas do Apaporis recorreram igualmente aos mecanismos legais disponíveis, tanto para deter o projeto por meio da criação do parque nacional, no caso da ACIYA, quanto para apoiar sua realização através da solicitação de anulação do parque, no caso da ACITAVA.

A divisão dos indígenas do Apaporis em duas associações, ACIYA e ACITAVA, gerada a partir da possibilidade de praticar atividades de mineração no território, mas não unicamente por este motivo, é uma manifestação das consequências geradas pelo avanço do projeto do desenvolvimento nos territórios tradicionalmente ocupados por estas populações. Mas também, é a expressão da existência de diversas posições e concepções de mundo dos habitantes desse território, e denota a dificuldade que implica pensar essa região e seus habitantes como uma unidade homogênea. Como exemplo dessa heterogeneidade, encontramos a primeira divisão que experimentou a associação na década de 1990, a partir da possibilidade de criar uma área de proteção, e posteriormente a mencionada segunda divisão acontecida em 2009. A conciliação das diversas ideias e posições existentes no Apaporis é um desafio para os próprios indígenas, para o estado colombiano através das instituições atuantes na região, especialmente para *Parques Nacionales*, e para as organizações não governamentais, especialmente a *Fundación Gaia*. Vale destacar o desafio da construção do *Regimen Especial de Manejo*, que estabelecerá os parâmetros de administração e utilização da área, sendo esta a primeira experiência na Colômbia de constituição de uma área de proteção que é liderada por seus próprios habitantes, e que pretende elaborar a construção das diretrizes de manejo a partir dos conhecimentos tradicionais.

Como mencionei no texto, o propósito da aliança entre *Parques* e a ACIYA é o fortalecimento e recuperação das tradições dos povos indígenas do Apaporis, tidas como a base para a conservação da biodiversidade. O acordo entre eles estabelece-se a partir da premissa de que os povos do Apaporis continuem vivendo da forma que “sempre têm vivido”, o que parte do pressuposto de que sua forma de relacionar-se com o entorno tem sido basicamente sempre a mesma, numa cristalização problemática da relação dos indígenas com o entorno, vista desde o passado e projetada dessa forma ao futuro. Essa é uma perspectiva que deve ser abordada de uma

melhor forma no decorrer da relação entre esses dois atores, e entre os indígenas e a *Fundación Gaia*, já que esse último, igualmente incorre na naturalização dos indígenas como “guardiões da natureza”, apagando as particularidades presentes nos diversos grupos que habitam no baixo Apaporis.

BIBLIOGRAFIA

ACIYA. Experiencia de ordenamiento territorial del Bajo Apaporis. In: Juan J. Vieco, Carlos E. Franky y Juan A. Echeverri (eds). Territorialidad indígena y ordenamiento en la Amazonía. Universidad Nacional de Colombia, Santafé de Bogotá, Unibiblos, 2000.

ACIYA (b). Propuesta de ordenamiento territorial del bajo Apaporis (esquema). Leticia, 2000.

ARENAS WIGHTMAN, W.; ZUÑIGA, P.; MAYORDOMO, E.; GIRALDO, M. La amazonia colombiana en cifras. Hechos y percepciones. Alianza Amazonas 2030. Bogotá. Fundación Alisos, 2011.

ARDILA, O. Diversidad lingüística y multilingüismo en los grupos Tucano del Vaupés. *Revista Forma y Función*, Bogotá, Universidad Nacional de Colombia, # 4, págs. ,1989.

ALBERT, B. Associações indígenas e desenvolvimento sustentável na Amazônia brasileira. In: RICARDO, Beto (org). Povos Indígenas no Brasil 1996-2000. São Paulo: ISA. Pág.- 199, 2000.

_____ O ouro caníbal e a queda do céu. Uma crítica xamânica da economia política da natureza (Yanomami). In: ALBERT, B.; RAMOS, A.(org.). Pacificando o branco: cosmologias do contato no Norte-Amazônico, UNESP, 2002.

BARABAS, A. La territorialidad simbólica y los derechos territoriales indígenas: reflexiones para el estado pluriétnico. *Alteridades* # 14. México, Universidad Autónoma Metropolitana Unidad Iztapalapa, 2004.

BASTIDAS, E. “Áreas protegidas y territorios indígenas”. Consultoría para el Centro de Cooperación al Indígena Cecoin, 2008.

BANIWA, Gersem. A conquista da cidadania indígena e o fantasma da tutela no Brasil contemporâneo. In: Ramos, Alcida. *Constituições nacionais e povos indígenas*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2012.

BARRETO FILHO, E. “Preenchendo o buraco da rosquinha”: uma análise antropológica das unidades de conservação de proteção integral na Amazônia brasileira. *Boletim Rede Amazônia*. Ano 1, n. 1, Rio de Janeiro/Belém: IRD, PPGSA/UFRJ, NAEAUFPA, 2002.

BAVISKAR, A. Written on body, written on Land: violence and environmental struggles in Central India. Berkeley Workshop on Environmental Politics. Institute of International Studies, Working Papers, 2001.

BEBBINGTON, A.; HUMPHREYS, D. Actores y ambientalismos: conflictos socio-ambientales en Perú. *Íconos*. Revista de Ciencias Sociales. Num. 35, Quito, septiembre, pp. 117-128, 2009.

CANCINO, A. “La dudosa fortuna minera de Suramérica: los países andinos Colombia, Chile y Perú”. In. CORONADO, S.; FIERRO, J.; ROA, T.; TORO, C. (Eds.), *Minería territorio y conflicto en Colombia*, Bogotá, Censat Agua Viva, Plataforma Colombiana de Derechos Humanos Democracia y Desarrollo, (Pcdhdd) y Universidad Nacional de Colombia, 2012.

CÁRDENAS LÓPEZ, D.; BETANCUR, N.; SALINAS, A.; ZULUAGA & L. CLAVIJO. De Jirijirimo a Caparú: Una expresión de la diversidad vegetal en el río Apaporis. *Revista Colombia Amazónica* 1 (nueva época): 5–56, 2008.

CARRILLO, D. Jurisdicción Especial Indígena: ¿Mecanismo de fortalecimiento o debilitamiento del derecho a la libre determinación de los pueblos indígenas? Tesis de maestría en Derecho, Universidad Nacional de Colombia, 2013.

CORTE CONSTITUCIONAL, Sentencia T-384A/14, Sala cuarta de revisión. Bogotá, 2014.

CAYÓN, L. “El alma de la filiación. Contribución al estudio de la organización social de los tukano oriental”. En: *Boletín de Antropología Universidad de Antioquia*, Medellín, volumen 18 No. 35, pp. 92-11, 2004.

_____ “IDE MA: el camino del agua. Espacio, chamanismo y persona entre los Makuna. En: *Antípoda. Revista de Antropología y Arqueología*, Bogotá, No. 7 julio-diciembre, Universidad de los Andes, 2008.

_____ Descubriendo la naturaleza. Derecho natural y ordenamiento territorial indígena en la Amazonia colombiana. En: *Anuário Antropológico*, Brasilia. 199-226 págs, 2010.

_____ Penso, logo crio: a teoria makuna do mundo. Brasilia, tese para obter o titulo de doutor em Antropologia Social, Universidade de Brasília, 2010.

CAYÓN, L; TURBAY, S. Discurso Chamánico, Ordenamiento Territorial y Áreas Protegidas en la Amazonía Colombiana. *Journal of Latin American Anthropology*, Vol.10, No.1, pp. 88–125, 2005.

CECOIN. ¿Son compatibles los territorios indígenas y los parques nacionales? Aproximaciones jurídicas. *Boletines temáticos # 4. Observatorio Indígena de Políticas Públicas de Desarrollo y Derechos Étnicos*, 2008.

CELESTINO DE ALMEIDA, M. Os Índios Aldeados: histórias e identidades em construção. *Tempo*, Niteroi, # 12, Universidade Federal de Fluminense, 2001.

CORREA, F. La construcción del ser y el poder de los ancestros entre los pãmiwa (cubeo). In. DIAZ, Maritza; CAVIEDES, Mauricio (eds). *Infancia y educación. Análisis desde la Antropología*. Bogotá, Pontificia Universidad Javeriana, 2016.

_____ Elementos de identidad y organización social entre las comunidades indígenas de la región del Vaupés. En: *Maguaré*, # 2, vol. II, Departamento de Antropología, Universidad Nacional de Colombia, 1983.

_____ Los nietos de la anaconda ancestral. *Revista Maguaré*, Bogotá, Universidad Nacional de Colombia, # 21, págs. 365-380, 2007.

_____ Desencializando lo “indígena” en las categorías jurídicas del estado colombiano. Colombia, Universidad Nacional de Colombia, 2008.

_____. Política y poder entre los tukano y arawak del alto río Negro y Orinoco. In Correa, François; Erikson, Philippe; Surrallés, Alexandre (eds). *Política y poder en la Amazonia: Estrategias de los pueblos indígenas en los nuevos escenarios de los países andinos*. Bogotá, Universidad Nacional de Colombia, 2017.

COSTA FILHO, A. Povos e comunidades tradicionais: por um outro desenvolvimento. In. Andréa Maria Narciso Rocha de Paula [et al] (org.). *Povos e comunidades tradicionais: contribuições para um outro desenvolvimento*. Montes Claros, Unimontes, 2016.

CHERNELA, J. Estrutura social do Uaupés. *Anuário Antropológico*, Rio de Janeiro, # 81, 1983.

DAS, V.; POOLE, D. El Estado y sus márgenes. *Revista Académica de Relaciones Internacionales*, núm. 8, GERI-UAM, 2008, p. 19-52, 2008.

DEFENSORÍA DEL PUEBLO. Explotación minera en Taraira, Vaupés. Bogotá. Informe defensorial, 2014.

DEFLER, T. Historia natural de los primates colombianos. Bogotá, Universidad Nacional de Colombia, 2010.

DEL CAIRO, C.; ROZO, E. Políticas de la identidad, ciudadanía intercultural, y reivindicaciones territoriales indígenas en dos localidades amazónicas. Bogotá: *Universitas Humanística* # 61. Pontificia Universidad Javeriana, 2006.

DREYFUS, S. "Os empreendimentos coloniais e os espaços políticos indígenas no interior da Guiana Ocidental (entre o Orenoco e o Corentino) de 1613 a 1796". In Viveiros de Castro, Eduardo & Carneiro Da Cunha, Manuela (org). *Amazônia: etnologia e história indígena*. São Paulo: Núcleo de História Indígena e do Indigenismo da USP/FAPESP, 1993.

ECHEVERRI, J.; PEREIRA, E. “Mambear coca não é pintar a boca de verde”: Notas sobre a origem e o uso ritual da coca amazônica. In, B. Labate & S. Goulart (orgs.), *O Uso Ritual das Plantas de Poder*. Campinas: Ed. Mercado de Letras/FAPESP, pp. 117-185, 2005.

ESCOBAR, A. El lugar de la naturaleza y la naturaleza del lugar: ¿globalización o postdesarrollo? In. Edgardo Lander (comp.) *La colonialidad del saber: eurocentrismo y ciencias*

sociales. *Perspectivas Latinoamericanas*. CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, Buenos Aires, Argentina, 2000.

_____ El "postdesarrollo" como concepto y práctica social. In. MATO, D. (coord.) *Políticas de economía, ambiente y sociedad en tiempos de globalización*. Caracas: Facultad de Ciencias Económicas y Sociales, Universidad Central de Venezuela, pp. 17-31, 2005.

_____ La invención del tercer mundo. Construcción y deconstrucción del desarrollo. Caracas, fundación editorial el perro y la rana, 2007.

ESTEVA, G. Desarrollo. In. SACHS, W. (ed). *Diccionario del desarrollo. Una guía del conocimiento como poder*. Pratec, Perú, 1996.

FORERO, O. El trabajo cartográfico como eje fundamental para la formación de ACIYA y sus desarrollos en cuanto al ordenamiento territorial. Bogotá, (sem publicação) 1998.

FORERO, O.; TANIMUCA, J.; LABORDE, R. Colombia: Reserva Natural Resguardo indígena Yaigojé. In: *Derechos indígenas y conservación de la naturaleza. Asuntos relativos a la gestión*. Pucallpa, IWGIA, FPP, AIDSESEP (co-eds) 1998.

FRANKY, C. "El camino del pensamiento es uno solo. Autonomía étnica y neocolonialismo entre los tanimuca y macuna del bajo Apaporis". En: M. Chaves y C. Del Cairo (comps.), *Perspectivas antropológicas sobre la Amazonia contemporánea*. Bogotá: Instituto Colombiano de Antropología e Historia-Pontificia Universidad Javeriana, 2010.

_____ Presentación. In. Juan Jose Vieco, Carlos Eduardo Franky, Juan Álvaro Echeverry (eds). *Territorialidad indígena y ordenamiento en la Amazonia*. Bogotá, Universidad Nacional de Colombia, Unibiblos, 2000.

_____ "El poblamiento del noroeste amazónico visto desde los tanimuca (tucano oriental). Una aproximación desde tradiciones orales indígenas de la amazonia colombiana". En *Pueblos y paisajes antiguos de la selva amazónica*, editado por Gaspar Morcote, Santiago Mora y Carlos Franky. Bogotá: Universidad Nacional de Colombia, Tearaxacum, 2006.

FRANKY, C.; ZÁRATE, C. (eds). *IMANI MUNDO: Estudios en la Amazonia colombiana*. Universidad Nacional de Colombia, Instituto Amazónico de Investigaciones Imani, Sede Leticia, 2001.

FRANKY, C.; MAHECHA, D.; RESTREPO, G.; LINARES, C.; LABORDE, R.; MONTOYA, P. Documento de apoyo a la propuesta de ordenamiento territorial de la asociación de Capitanes Indígenas del Yaigojé y el río Apaporis ACIYA. Equipo asesor río Apaporis, 1999.

FUNDACIÓN GAIA AMAZONAS. Ordenamiento territorial indígena: clave para el futuro del Amazonas. In. Juan Jose Vieco, Carlos Eduardo Franky, Juan Álvaro Echeverry (eds).

Territorialidad indígena y ordenamiento en la Amazonia. Bogotá, Universidad Nacional de Colombia, Unibiblos, 2000.

FUNDACIÓN GAIA AMAZONAS (b). Equipo asesor río Apaporis. Documento de apoyo al POT de ACIYA. Inédito, 2000.

FUNDACIÓN GAIA AMAZONAS ;Victoria de la naturaleza y los pueblos indígenas marca un precedente en defensa del territorio para comunidades alrededor del mundo! Obtido de: <http://gaiaamazonas.org/victoria-de-la-naturaleza-y-los-pueblos-indigenas-marca-un-precedente-en-defensa-del-territorio-para-comunidades-alrededor-del-mundo/>, (24 de Septiembre de 2014).

GALLOIS, D.T. “Nossas falas duras”. Discurso político e auto-representação Waiãpi. In: ALBERT, B.; RAMOS, A.(org.). *Pacificando o branco: cosmologias do contato no Norte-Amazônico*, UNESP, 2002.

GAMBOA, J. La encomienda y las sociedades indígenas del nuevo reino de granada: el caso de la provincia de pamplona (1549-1650). *Revista de Indias*, vol. LXIV, núm. 232, Págs. 749-770, 2004.

GIMÉNEZ, G. Território, cultura e identidades. La región sociocultural. En: *Estudios sobre las culturas contemporáneas, Época II, Vol. V*, México, 1999.

GOMES, B. Liderança e associações indígenas: mudanças e continuidades na política dos povos indígenas. Monografía, Ciências Sociais, UFMG, 2003.

GONZÁLEZ, M. *El Resguardo en el Nuevo Reino de Granada*, El Áncora Editores, Bogotá, 1992.

GUBER, R. *La etnografía, método, campo y reflexividad*. Bogotá. Editorial Norma, 2001.

GUTIÉRREZ, J. El proyecto de incorporación de los indios a la nación en la Nueva Granada (1810-1850). *Anuario de Historia Regional y de las Fronteras*, [S.l.], v. 6, n. 1, p. 204-223, jul, 2011.

GUDYNAS, E. *Transições pós-extrativistas: superando o desenvolvimentismo e a exploração da natureza*. IBASE, 2013.

_____ *La diversificación de los extractivismos*. In: *Extractivismos. Ecología, economía y política de un modo de entender el desarrollo y la Naturaleza*. Cochabamba, CEDIB, 2015.

_____ *Value, growth, development: South American lesson for a new ecopolitics*. *Capitalism, Nature, Socialism*. Montevideo, CLAES, Vol, 28, págs 1-10, 2017.

GRANT, M. *El último Inca*. *Opus Habana*. La Habana, Vol. III, No. 1, 1999.

HERNANDEZ, N. VARGAS, M. Lineamientos metodológicos, resultados e impactos de la fundación gaia amazonas (fga) en el área estratégica de desarrollo local. Informe de avance, 2015.

HILDEBRAND, M. v. Introducción a la estación antropológica de La Pedrera. Revista colombiana de Antropología, vol. 18, enero-junio. Págs. 14-19, 1975.

HILDEBRAND, M. v.; BRACKELAIRE, V. *Guardianes de la selva. Gobernabilidad y autonomía en la amazonia colombiana*. Bogotá, Fundación Gaia, 2012.

HUGH-JONES, C. Desde el río de leche. Procesos espacio-temporales en la Amazonia noroccidental. Bogotá, Universidad Central, 2011.

HUGH-JONES, S. La palma y las pléyades. Iniciación y cosmología en la amazonia noroccidental. Bogotá, Universidad Central, 2011.

_____ The gun and the bow. Myths of white men and Indians. L'Homme 106/107: 138-155, 1988.

_____ *Historia del Vaupés*. En: *Maguaré*, # 1, Departamento de Antropología, Universidad Nacional de Colombia, 1981.

INCORA. Resolución # 035 de 6 de Abril de 1988. Por la cual se constituye como resguardo indígena Yaigojé- Río Apaporis en favor de las comunidades Tanimuca, Yucuna, Barasano, Letuama, Matapí, Macuna y Macú, un globo de terreno baldío situado en ambas márgenes de los Ríos Popeyacá y Apaporis, en jurisdicción de los corregimientos comisariales de Mirití Paraná y Pacoa, municipios de Leticia y Mitú, comisarías de Amazonas y Vaupés, respectivamente. Bogotá, abril 6 de 1988.

INCORA. Resolución # 006 de 11 de mayo de 1998. Por la cual se amplía, con terrenos baldíos, el resguardo indígena Yaigojé-Río Apaporis constituido mediante Resolución # 035 de abril 6 de 1988, en beneficio de las comunidades Tanimuca, Yucuna, Barasano, Letuama, Matapí, Macuna y Macú, ubicadas en jurisdicción de los corregimientos departamentales de Mirití- Paraná, La Victoria (Pacoa), La Pedrera y municipio de Taraira, departamentos de Amazonas y Vaupés. Santafé de Bogotá, 1998.

INGEOMINAS. Resolución No. 0112. Por medio de la cual se ordena el retiro y desalojo de las actividades mineras existentes en el área del contrato de concesión No. IGH-15001X que se encuentra dentro del área del Parque Nacional Natural Yaigojé-Apaporis, declarado por el Ministerio de Ambiente, Vivienda y Desarrollo Territorial, mediante la resolución del 27 de octubre de 2009 y se toman otras determinaciones. Bogotá, Julio 6 de 2011.

INSTITUTO AMAZÓNICO DE INVESTIGACIONES CIENTÍFICAS-SINCHI. Establecer la dinámica de la titulación minera. Títulos y solicitudes mineras en la Amazonia colombiana 2008-2013. Bogotá, 2013. Disponible em: <http://www.sinchi.org.co/index.php/component/content/article/140-proyectos-2013-dina/1275->

[establecer-la-dinamica-de-la-titulacion-minera-titulos-y-solicitudes-mineras-en-la-amazonia-colombiana-2008-2013](#)

JACKSON, J. Treinta años estudiando el Vaupés: Lecciones y reflexiones. In. FRANKY, Carlos y Carlos Zárate, eds., *Imani Mundo: Estudios en la Amazonía Colombiana*. Universidad Nacional de Colombia, sede Leticia, 2001.

_____ The fish people. Linguistic exogamy and tukanoan identity in Northwest Amazonia. Cambridge University Press, 1983.

_____ “The impact of recent national legislation in the Vaupés region in Colombia”. *Journal of Latin American Anthropology* 1(2) 120-151, 1996.

JIMENO, M. El indigenismo como espejo de la nación. Comentario a «Los dilemas del pluralismo brasileiro». *Maguaré*, No. 18, p. 26-32, 2004.

KOCH-GRÜNBERG, T. Dos años entre los indios. 2 Tomos. Bogotá: Universidad Nacional, 1995.

LABORDE, R. “Los territorios indígenas traslapados con áreas del Sistema de Parques Nacionales Naturales en la Amazonia colombiana: situación actual y perspectivas”, *Etnias & Política* 7, 2008.

LANDABURU, J. El rescate de las lenguas aborígenes. En: noticias antropológicas. Bogotá, 1988.

LEFF, E. La ecología política en América Latina: Un campo en construcción. *Sociedade e estado*. Brasilia, v.8, p. 17-40, 2003.

LEROY, J. P. Amazônia: território do capital e territórios dos povos. In: Zhouri, Andrea; Laschefski, Klemens (org.). *Desenvolvimento e conflitos ambientais*. Belo Horizonte, Editora UFMG, p. 93-113, 2010.

LIMA, D.; POZZOBON, J. Amazônia socioambiental: sustentabilidade ecológica e diversidade social. *Estudos Avançados*, 19(54), 45-76, Sao Paulo, 2005.

LITTLE, P. Territórios Sociais e Povos Tradicionais no Brasil: por uma Antropologia da territorialidade. In. *SIMPOSIO NATUREZA E SOCIEDADE: desafios epistemológicos e metodológicos para a antropologia*. 23 Reunião brasileira de antropologia, Gramado, Rio Grande do Sul, 2002.

LUCIANO, G. S. A conquista da cidadania indígena e o fantasma da tutela no Brasil contemporâneo. In: Ramos, Alcida. *Constituições nacionais e povos indígenas*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2012.

MACHADO, A. Ensayos para la historia de la política de tierras en Colombia: de la Colonia a la creación del Frente Nacional. Bogotá: Universidad Nacional de Colombia, 2009.

MACHADO ARÁOZ, H. Los dolores de Nuestra América y la condición neocolonial. Extractivismo y biopolítica de la expropiación". *OSAL* (Buenos Aires: CLACSO) Año XIII, N° 32, noviembre, 2012.

MARTÍNEZ TORRES, E. Conflictos y marcos de acción colectiva sobre y por territorios asociados con proyectos mineros a gran escala: Ecuador y Colombia. *Revista Colombiana de Sociología*, 37(2), 19-42, 2014.

MAVDT. Resolución N° 2079 del Ministerio de Ambiente Vivienda y Desarrollo Territorial. "Por medio de la cual se declara, reserva, delimita y alindera el Parque Nacional Natural Yaigoje Apaporis". Diario Oficial N° 47.517, 29 de octubre 2009.

MEDIO AMBIENTE (6 de julio de 2017). Se disparó la tasa de deforestación en Colombia. El Espectador. Disponible em: <https://www.elespectador.com/noticias/medio-ambiente/se-disparo-la-tasa-de-deforestacion-en-colombia-articulo-701754>.

MENDES, A. B. V. Protegendo diversidades: entre ambientes e culturas no estado brasileiro. *Teoria e Sociedade*, # 19.2, pag. 80-113, 2011.

_____ Conservação ambiental e direitos multiculturais: reflexões sobre Justiça. Tese (Doutorado em Ambiente e Sociedade), Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, 2009.

MENDES, A. B. V; COSTA FILHO, A.; SANTOS, A. Tratados internacionais, populações tradicionais e diversidade biológica. *Teoria e Sociedade*, número especial, 2014.

MENDOZA, C. Yaigojé Apaporis: una cuestión de derechos indígenas. *Investigare*, # 1, Bogotá, Universidad Externado de Colombia, 2013.

MENDOZA, D. Taraira: se abre el ojo del huracán minero en la amazonia colombiana. Bogotá. INDEPAZ, 2012.

MENÉNDEZ, M. "A área Madeira-Tapajós situação de contato e relações entre colonizador e indígenas". In Manuela Carneiro da Cunha (org). *História dos índios no Brasil*. Cia das Letras/Fapesp /SMC-SP, 1992.

MIGNOLO, W. Desobediência epistêmica: a opção descolonial e o significado de identidade em política. *Cadernos de Letras da UFF*, Dossiê: Literatura, língua e identidade, no 34, p. 287-324, 2008.

MINISTERIO DEL INTERIOR Y DE JUSTICIA. Acta de protocolización. Proceso de consulta previa de un área protegida del sistema de Parques Nacionales Naturales en el resguardo Yaigojé-Apaporis. Centro Providencia, 2009.

MENDOZA, D. Estudio de caso. Minería en territorios indígenas del Guainía en la Orinoquia y la Amazonia colombiana. Bogotá: PNUD, 2012.

MOLANO, A. El río de Antonio Dorado. El Espectador, 2012. Disponible em: <https://www.elespectador.com/opinion/el-río-de-antonio-dorado>, 2012.

MOLANO, A. (b). La ONIC, 30 años. El Espectador, 2012(b). Disponible em: <https://www.elespectador.com/opinion/la-onic-30-anos-columna-328683>,.

MUÑOZ, D.; CARO, X.; CASTRO, E. Línea base preliminar del Parque Nacional Natural Yaigojé Apaporis. DTAM-PNN, 2012.

OLIVEIRA, J. P. Acción indigenista y utopía milenarista. Desvíos y caminos de un proceso de constitución territorial entre los Ticunas. In. Chaves, Margarita y Carlos del Cairo, comps. *Perspectivas Antropológicas sobre la amazonia contemporánea*. Bogotá: Instituto colombiano de Antropología e Historia y Pontificia Universidad Javeriana, 2010.

_____. O nosso governo: os Ticuna e o regime tutelar. São Paulo: Marco Zero, Cnpq, 1988.

_____. Uma etnologia dos índios misturados?: situação colonial, territorilização e fluxos culturais. *Mana*, v.4, N. 1, p. 47-77, 1998.

OROZCO, C.; SALCEDO, E.; DORADO, A. Aproximaciones al paisaje y las bellezas escénicas naturales – Río Apaporis. Cali: Universidad del Valle, 2011.

ORTIZ, P. (comp.) Comunidades y conflictos socioambientales: experiencias y desafíos en América Latina. ABYA YALA, Quito, 1999.

PEDROSO, D. Quem veio primeiro? Imagens da hierarquia no Uaupés (Noroeste Amazônico). Dissertação de mestrado em Antropologia Social, USP, 2013.

PERRONE-MOISÉS, B. Bons chefes, maus chefes, chefões: elementos de filosofia política ameríndia. *Revista de Antropologia*, São Paulo, v. 54, n. 02, 2011.

PINEDA, R. La historia, los antropólogos y la amazonia. *Antípoda* # 1, Julio-Diciembre. Bogotá: Uniandes, 2005.

_____. La Casa Arana en el Putumayo. *Revista Credencial Historia*. (Bogotá - Colombia). Edición 160, 2003.

PNUD. Asociación de Capitanes Indígenas del Yaigojé Apaporis (ACIYA). Serie de Estudios de Casos de la Iniciativa Ecuatorial. Nueva York, Programa de las Naciones Unidas para el Desarrollo, 2016.

RAISG. *Cartografía Histórica de Áreas Naturales Protegidas y Territorios Indígenas en la Amazonía*, 161 págs, 2016.

RAMOS, A. *Indigenism: Ethnic Politics in Brazil*. University of Wisconsin Madison Press, 1998.

_____ ¿Hay lugar aún para el trabajo de campo etnográfico? *Revista Colombiana de Antropología*, vol. 43, enero-diciembre, 2007, pp. 231-261. Instituto Colombiano de Antropología e Historia, Bogotá, Colombia, 2007.

_____ Ouro, sangue e lágrimas na Amazônia: dos conquistadores aos Yanomami. *Série Antropologia*, Vol. 438, Brasília: DAN/UnB, 2012.

REICHEL-DOLMATOFF, G. *Desana: simbolismo de los indios tucano del Vaupés*. Bogotá: Universidad de los Andes, 1968.

ROJAS, Y. La historia de las áreas protegidas en Colombia, sus firmas de gobierno y las alternativas para la gobernanza. *Sociedad y Economía* No. 27, pp. 155-176, 2014.

ROLDAN, R. *Territorios indígenas y Parques Nacionales Naturales: aproximación al examen jurídico sobre la naturaleza, los fines y potenciales concurrencia y coexistencia de ambas figuras sobre unos mismos espacios físicos*. Bogotá, Consultoría para el Programa de Consolidación Amazónica (COAMA), 2007.

RUBIANO, S. El oro en la selva. Minería y ordenamiento territorial en la Amazonia colombiana, Taraira y el bajo río Apaporis 1984-2014. Monografía de Magíster, Geografía, Universidad de los Andes, 2014.

RUDQVIST, A.; ARHEM, K. *Fundación Gaia Amazonas en Colombia, 2003-2006*. Sida Evaluation 06/47, Department for Latin America, 2006.

RUSELL, R.; TOKATLIAN, J. De la autonomía antagónica a la autonomía relacional: Una mirada teórica desde el Cono Sur. México, *Perfiles Latinoamericanos* # 21, 2002.

SASTOQUE, H.; CHOLS, O.; LLANOS, A.; DE VARGAS, M.; RESTREPO, G. ¿Qué es la investigación endógena? Un enfoque desde la experiencia de campo en el tema de ordenamiento territorial en Amazonas y Vaupés. In. MINISTERIO DE CULTURA. *Metodologías para la salvaguardia de la Cultura y Gobernanza*. Bogotá, Iniciativa binacional entre Colombia y Brasil, Segundo informe de avances, 2016.

SCOLFARO, A.; OLIVEIRA DE, A.; HERNÁNDEZ, N.; GÓMEZ, S. *Cartografía dos sítios sagrados: iniciativa binacional Brasil-Colômbia*. Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial do Noroeste Amazônico. São Paulo, Instituto Socioambiental, 2013.

SVAMPA, M. “Consenso de los Commodities” y lenguajes de valoración en América Latina. *Nueva Sociedad*, Buenos Aires, No. 244, marzo-abril de 2013, pág. 30-46.

SACHS, W. Medio Ambiente. In. Wolfgang Sachs (ed). *Diccionario del desarrollo. Una guía del conocimiento como poder*. Pratec, Perú, 1996.

UAESPNN. Política de participación social en la conservación. Bogotá, Ministerio del Medio Ambiente, 2001.

ULLOA, A. La construcción del nativo ecológico. Complejidades, paradojas y dilemas de la relación entre los movimientos indígenas y el ambientalismo en Colombia. Bogotá, ICANH, 2004.

_____ Los territorios indígenas en Colombia: de escenarios de apropiación transnacional a territorialidades alternativas. *Scripta nova* Vol. XVI, núm. 418, Universidad de Barcelona, 2012.

_____ Reconfiguraciones conceptuales, políticas y territoriales en las demandas de autonomía de los pueblos indígenas en Colombia. Bogotá, Tabula rasa # 13. Universidad Colegio Mayor de Cundinamarca, 2010.

WRIGHT, R. "História indígena do noroeste da Amazônia: hipóteses, questões e perspectivas". In Manuela Carneiro da Cunha (org). História dos índios no Brasil. Cia das Letras/ Fapesp /SMC-SP, 1992.

ZAPATA, J. Espacio y territorio sagrado: lógica del "ordenamiento" territorial indígena. Línea editorial investigaciones Vol. I, Universidad Nacional de Colombia-sede Medellin, 2010.

ZHOURI, A.; OLIVEIRA, R. Quando o lugar resiste ao espaço. Colonialidade, modernidade e processos de territorialização. In. Zhouri, A; Laschefski, K. (org) Desenvolvimento e conflitos ambientais. UFMG. 2010

ZHOURI, A.; VALENCIO, N. (Org.). Formas de matar, de morrer e de resistir: limites da resolução negociada de conflitos ambientais. Belo Horizonte: UFMG. 395 págs, 2014.

ZHOURI, A.; LASCHEFSKI, K. "Desenvolvimento e conflitos ambientais: um novo campo de investigação". In: Zhouri, A.; Laschefski, K. (org.). *Desenvolvimento e conflitos ambientais*. Belo Horizonte: UFMG, 2010.